

Exame prenupcial

P. LEONEL FRANCA, S. J.

Despistar a tempo as enfermidades contagiosas ou as taras transmissiveis que poderiam comprometter a saúde das familias e o vigor physico e moral da prole — eis essencialmente a finalidade do exame prenupcial. Quantas vezes a ignorancia ou a deslealdade de um homem leva á intimidade de uma familia, com o germe contaminador, a fonte envenenada de soffrimentos secretos e inconfessaveis! Quantas, um inconsciente que não póde arcar com os deveres da paternidade transmite a uma próle infeliz os estigmas da degenerescencia! Postado, como sentinella vigilante, no limiar dos novos lares, o exame prenupcial apresenta-se como guarda sollicito dos interesses physicos e moraes da familia e da raça, do presente e do futuro.

E', em synthese, o que nos dizem os eugenistas em prol da medida que se pretende introduzir na nossa legislação. (1).

*
**

Para attingir este objectivo, a mesma instituição fundamental póde revestir modalidades differentes.

Cumpre distingui-las e caracterizá-las com cuidado, porque nem todas apresentam a mesma proporção de vantagens e de inconvenientes. Estas differenças, por vezes profundas, não as poderá deixar de levar em conta um juizo que aspire a justo e equilibrado na sua distribuição de louvores ou censuras.

Num primeiro relancear de olhos apresentam-se-nos

(1) O Snr. Nicolau Vergueiro apresentou recentemente á Camara um projecto de lei sobre certificado prenupcial. Não o examinaremos aqui por meudo; discutimos apenas a questão no seu aspecto geral.

para logo duas fórmulas bem diversas que chamaremos a do *exame* e a do *certificado* prenupcial.

No primeiro caso, o candidato ao matrimonio procura voluntariamente um medico da sua confiança, submete-se-lhe ao exame em vista das responsabilidades futuras, e d'elle recebe um *boletim de consulta*, documento estrictamente particular que lhe indicará a orientação a seguir e que o consulente, por dever de justiça e lealdade, communicará ao outro interessado. (2). Estamos, como se vê, em face de um simples *exame prenupcial*. Introduzido com prudencia e generalizado como costume social, o seu uso poderá prestar serviços relevantes, assegurando vantagens reais e indiscutíveis e evitando inconvenientes graves.

Afim de diffundir com mais rapidez esta pratica, algumas municipalidades, na Belgica e na Hollanda, costumam distribuir aos nubentes uma folha volante em que brevemente se expõe e se inculca a utilidade de uma visita medica nas vespuras de se assumirem as responsabilidades matrimoniaes.

*
**

No segundo caso, o resultado do exame medico já não é um simples *boletim de consulta* mas um *certificado*. Ao documento particular succede o papel mais ou menos official, o attestado que deverá ser exhibido para prova do cumprimento de um *dever legal*. Tocamos assim a differença profunda que separa as duas hypotheses. A primeira é um acto livre e espontaneo dictado á consciencia do futuro esposo pela convicção de suas vantagens e pela percepção viva de futuras responsabilidades. A outra é a satisfação, mais ou menos formalista de uma obrigação imposta por lei.

Esta *obligatoriedade* do exame prenupcial ainda assim é susceptivel de gráus; póde revestir uma expressão suave e outra forte. Por vezes, a lei contenta-se com exigir dos nu-

(2) Poderia talvez adoptar-se outra formula mais pratica. Os medicos das duas familias, por ellas dispensados do segredo profissional, trocariam ideas sobre as probabilidades eugenicis do casamento projectado e communicariam aos futuros esposos as suas impressões fundamentadas. A intervenção do medico da familia, com a competencia assegurada por uma longa experiencia e a autoridade que lhe dá a confiança commum, só poderá trazer vantagens na eventualidade de um matrimonio.

bentes um attestado de que foi feita a consulta medica e reciprocamente communicada a resposta ás partes. Outras ainda, entre os papeis exigidos para o casamento include-se o attestado do exame prenupcial. Se foi positivo o seu resultado, dá-se aos nubentes um certificado de habilitação eugénica. Se negativo, communica-se-lhe o conteúdo desfavoravel, mas os candidatos ao casamento, assim advertidos do risco que os ameaça, *conservam ainda a liberdade* de proceder como melhor lhes aprouver.

Na sua expressão forte, a obrigatoriedade do certificado, implica, *como sanção nos casos negativos, a interdição legal, temporaria ou definitiva, do casamento.* Para esta forma radical tendem alguns eugenistas anglo-saxões. Parece-lhes a unica medida efficaz para tutelar os interesses da saude na familia e na sua descendencia. Onde os exames medicos denunciam um perigo de contagio ou de transmissão de degenerescencias, intervem a lei e prohibe o matrimonio. O effeito natural desta sanção legislativa seria elevar o nivel eugenico de um povo, estancando as fontes contaminadas das descendencias indesejaveis e concedendo só ás nascentes puras o privilegio de alimentar as correntes da vida.

Esta primeira impressão, porém, produzida pela visão superficial de uma questão, em extremo, delicada e complexa, para logo se desfaz á luz de um exame mais sereno, reflectido e comprehensivo. O certificado nupcial suscita tantas e tão graves difficuldades, scientificas, umas, juridicas e moraes outras, que o tornam não só de todo ponto inaceitavel senão ainda contraproducente.

*
**

Antes de tudo, os nossos *conhecimentos scientificos*, no estado em que actualmente se encontram, não permitem de modo algum a certeza de prognosticos indispensavel para justificar a gravidade de uma medida legislativa de tão penosas e incalculaveis consequencias. O estudo da hereditariade, não obstante os seus innegaveis progressos, está bem longe ainda de nos subministrar, uma base segura de previsões. Incerta muitas vezes é a nossa diagnose, timida e conjectural a prognose. A experiencia infringe-lhe cada dia

desmentidos inesperados e desnorteadores. Parecem esquecer-lo alguns eugenistas entusiastas; não o esquecem, porém, os grandes mestres da sciencia. “Numa familia tarada, escreve o Prof. JOÃO PIÉRI, o caracter doença (character dominante) póde transmittir-se á geração seguinte, mas isto *não é fatal*. Na mesma familia, o caracter bôa saúde (character recessivo) póde perfeitamente reaparecer nas gerações seguintes. O estado morbido, aliás, attenua-se muitas vezes á medida que envelhece na descendencia. E’ o que acaba de enunciar na lei seguinte, BÉNARD (*J. Méd. Français, Sept. 1926*): “Quando numa affecção hereditaria de proporção mendeliana, o primogenito de uma phratria (familia) se acha indemne, os outros filhos serão igualmente indemnes e póde considerar-se extincta a doença neste ramo”. O character hereditario não é, pois, fatal. Mais. O outro gerador, se sadio, tem todas as probabilidades de actuar mais na prole com a sua influencia, segundo uma *lei de preponderancia*, muitas vezes averiguada. Se quizeramos applicar o principio da selecção pelo estudo da hereditariedade, a cada passo tropeçaríamos em novas difficuldades”. (3). “Em geral, escreve por sua vez o Dr. VERVAECK, o diagnostico da grande probabilidade, senão da fatalidade da transmissão familiar das taras perigosas de certos grupos de doentes e anormaes, será difficil, senão impossivel. As razões são complexas: incerteza das leis da hereditariedade no homem; possibilidade da latencia de tendencias perigosas na descendencia directa e probabilidades de seu desapparecimento nas gerações seguintes sob a influencia de uniões felizes, da sobriedade, da vida higienica, de uma reeducação moral ou pedagogica apropriada ou de uma therapeutica efficaz. Emfim e sobretudo será difficil distinguir num anormal ou doente se as taras ou tendencias perigosas são de origem hereditaria, se são devidas ás blastotoxias ou se são consequencia de enfermidades ou infecções contrahidas na infancia” (4).

O Dr. LÖWENTHAL, num artigo notavel publicado no *Mercure de France*, 1 de Abril de 1934, julga poder formular a seguinte lei, que presidiria á hereditariedade humana: “A

(3) J. PIÉRI, em *L’Église et l’Eugénisme*, Paris, 1930, pags. 80-81.

(4) Cit. por de GUCHTENHEERE, *La limitation des naissances*, Paris, 1929, pag. 112, que, por sua conta, conclue: “Estamos aqui num dominio mal explorado, no qual, independentemente das opiniões ou preconceitos possivelmente hauridos em outras fontes, a todos os espiritos scientificos se impõe a maior prudencia”. Pag. 113.

transmissão das forças psychicas e moraes, positivas ou negativas; das forças intellectuaes, scientificas e artisticas — genio, talentos, aptidões, etc. — quasi nunca é directa (de paes a filhos) mas a longo prazo, de annos e seculos. Nos numerosos casos invocados em apoio da transmissão directa, trata-se de efeitos da educação, do exemplo, do contagio, da necessidade de adaptação ao meio. Contrariamente á opinião geral, não ha dynastias hereditarias de ladrões, assassinos, falsarios, epilepticos, psychopathas, etc., como não ha dynastia hereditaria de genio, talentos, aptidões, virtudes”. Estuda, a seguir, os casos de Goethe, Beethoven e Byron, cujos paes “pertenciam a titulos differentes ás categorias dos que hoje são destinados á esterilização”. “Na maioria das vezes, diz o Dr. APERT, quando a causa cessa de actuar, quando a segunda geração deixa de soffrer a influencia morbida, quando o descendente do alcoolico não tem o mesmo habito da bebida, quando o descendente do syphilitico é convenientemente tratado, o typo familiar hereditario reaparece nas gerações seguintes”. (5).

Os eugenistas costumam fazer grande cabedal de certas arvores genealogicas cujos ramos só parecem fructificar para a enfermidade e a delinquencia. Em quasi todos os seus escriptos de propaganda apparece aquella mendiga alcoolica do seculo XVII, primeira raiz de sete gerações, nas quaes Galton pretende ter encontrado um numero impressionante de criminosos. Quem se não lembra da desditosa familia dos Yukes? Deste tronco gafado pela debilidade mental, em 709 rebentos estudados, contam-se 312 mendigos e vagabundos, 17 rufiões e 79 malfeitores. Não obstante uma primeira impressão de espanto e de compaixão, a critica retoma logo os seus direitos de exame sereno e objectivo. Infelizmente muitas destas genealogias foram organizadas com um preconceito visivel que lhes diminue de muito o valor probativo. Com excessiva facilidade classificaram-se entre os delinquentes ou tarados, individuos de que se não possuíam informações precisas. Admittiu-se, quasi com credulidade ingenua, a exactidão de todos estes diagnosticos retrospectivos que remontam a dois ou tres seculos. Esqueceu-se, principalmente, o trabalho de discriminar as origens

(5) E. APERT, *A hereditariedade em pathologia*, traduzido de “*Le Journal Méd. Français* para o *Boletim da Eugenia*, Setembro de 1930.

de todas estas deficiencias *physicas* e *moraes*. Não é mister ser grande erudito em *sciencias medicas* para saber, por exemplo, que a repetição dos casos de tuberculose, numa familia, não é devida tanto á transmissão hereditaria, quanto ao contagio produzido pelo descuido das medidas *prophy-lacticas* na convivencia de cada dia. Não são unicamente os grandes especialistas em criminologia que não ignoram *de-ver-se* a multiplicação dos delinquentes numa mesma descendencia menos a uma fatalidade biologica (a escola de Lombroso já passou) de que á influencia poderosa do exemplo, da educação, da *atmosphera moral e social* respirada nos primeiros annos. (6). Cumpre, portanto, desfalcar das responsabilidades de uma transmissão hereditaria innumeros casos que se explicam pela accção de outros factores. “Sob o nome de hereditariedade, escreve o Dr. APERT, no artigo ha pouco citado, confundiam-se com a hereditariedade propriamente dita, as affecções que podem ser transmittidas de paes a filhos por outros mecanismos — contagio, transmissão intraplacentar, educação, comunidade de condições, de existencia, habitos familiares *communs*”. Com espirito de mais imparcialidade critica algumas destas arvores genealogicas foram modernamente revistas e ao lado dos individuos *dysgenicos* se estudaram tambem os *normaes e equilibrados* que se apresentavam em proporções notaveis. Alguns resultados são interessantes. O Dr. GRIMBERT, especialista em *doenças mentaes*, acompanhou de perto os destinos de uma familia dinamarqueza. 44 casos de perturbações mentaes ao lado de uma descendencia *hygida* em que se salientaram estadistas, magistrados, pintores e inventores benemeritos. “Se a lei, observa o sabio *psychiatra*, houvesse estancado a vida desta familia, a nação teria perdido mais do que lucrado com a interdicção”. (7). Cada genealogia constitue, pois, um caso muito especial que não poderá ser conhecido com certeza senão depois de *indagações longas e complexas*. E a

(6) E' experiencia feita. Subtraidos em tempo á influencia corruptora dos paes e submettidos a uma educação sadia, os filhos de delinquentes attingem por via de regra, a mediania moral dos outros e por vezes a ultrapassam. O *Ospizio educativo pei figli dei carcerati*, fundado em 1891, por Bartolo Longo, nas vizinhanças de Napoles, tem dado á sociedade innumeros cidadãos honestos e pres-timosos. Em quase todas as nações ha instituições analogas e por toda a parte são identicos os resultados salutarees.

(7) GRIMBERT, *Les psychopathies et l'Eugénisme*, na *Revue de Philosophie*, 1930, pag. 139.

conclusão dellas será apenas de ordem *historica*, isto é, relativa ao passado. O futuro envolve-se em conjecturas mais ou menos prováveis. Ante um novo lar que se funda, impossível, na quase totalidade dos casos, predizer com segurança a sorte da prole.

Compreende-se, assim porque razão os medicos, em geral favoraveis ao exame prenupcial, não se mostram partidarios entusiastas do *certificado*. Vivamente conscientes dos limites dos seus conhecimentos scientificos e gravemente impressionados pela delicadeza do assumpto, não desejariam, sobre o fundamento precario de prognosticos duvidosos, assumir a responsabilidade de uma prohibição com a qual, muitas vezes, se jogariam os destinos de uma felicidade humana. (8) No ponto de vista rigorosamente scientifico, portanto, não possuímos ainda sobre a hereditariedade no homem conhecimentos certos que nos permittam predizer com certeza em que resultante convergirão as multiplas e complexas influencias dos ascendentes directos e atavicos. Mais ainda. Fallece-nos um criterio scientifico ou social, para estabelecer os limites precisos em que uma tara, *physica* ou moral, começa a ser uma ameaça consideravel para a saude da raça ou a conservação da sociedade. Estes deveriam ser, entretanto, no dominio da sciencia, os preliminares indispensaveis de qualquer legislação que pretendesse impôr restricções em materia de eugenia. (9).

*
**

(8) "Nenhum medico consciencioso, poderia aceitar semelhante responsabilidade". J. ARNOULD, antigo chefe de clinica *gynecologica* na Faculdade de Medicina de Marselha, *L'Église et l'Eugénisme*, pag. 119. Outro aspecto da questão que tambem os impressiona desagradavelmente é o do segredo profissional directa ou indirectamente comprometido com a obrigação legal do certificado.

O § unico do Art. 2.º do projecto apresentado ao nosso Parlamento diz: "Esses certificados não envolvem violação do segredo profissional". Solução muito simploria de um problema difficil e delicado. Como se para resolver a questão do furto uma lei dissesse: "O apoderar-se do alheio não envolve violação ao direito de propriedade". A formula legal, quando muito tira aos lesados o fundamento juridico de uma acção judiciaria, não suprime de modo algum as *razões naturaes* em que se basea a exigencia do segredo profissional. Imagine-se a situação de vexame e de constrangimento de um individuo ao qual cinco dias antes do casamento se passa um certificado de inaptidão, "com firma reconhecida" por se achar elle incluído num dos capitulos seguintes da pathologia: "tuberculose aberta, lepra, syphilis contagiante, blenorragia, cancro venereo, idiotia, imbecilidade e alienação mental sob qualquer de suas formas". Art. 1.º § 1. Imagine-se o que representa de desprestigio social e de prejuizos para as familias a revelação em documentos publicos destas intimidades penosas e humilhantes. Se o segredo profissional por sua propria natureza não está obrigado a defendê-las, é melhor "decretar-lhe" de uma vez a supressão total e promulgar-se que: "A manifestação dos segredos mais intimos, conhecidos no exercicio da profissão não envolve violação do segredo profissional."

(9) "Os nossos collegas de profissão, escreve o Dr. ROBERTO GAUPP, admittirão, sem difficuldade, que no estado actual dos nossos conhecimentos biologicos

Estas considerações já nos dão a entender as dificuldades *de ordem ethico-juridica* envolvidas na obrigatoriedade do certificado prenupcial. Achamo-nos aqui em face de uma intromissão indebita do Estado num dos dominios mais delicados da vida humana. Ao lado da sua função essencial de velar pelo bem publico da sociedade, os poderes publicos não devem esquecer o respeito aos direitos anteriores e naturaes dos seus governados. Um cidadão não é uma coisa a serviço total e incondicionado do grupo, é e continúa a ser uma pessoa, com a sua finalidade moral inalienavel, com o seu patrimonio de direitos intangiveis a condicionarem a realização dos seus destinos proprios. Recusamo-nos á idolatria da apotheose do Estado; a um Leviathan monstruoso que absorve e sacrifica todos os direitos pessoases para pô-los a serviço absoluto de uma finalidade temporal — Nação, Classe ou Sangue — não prestamos o culto de uma genuflexão humilhante.

Ora, entre os direitos naturaes do homem acha-se o de contrahir matrimonio e de fundar uma familia. E o seu exercicio prende-se a realidades *psychologicas* tão profundas, desperta resonancias moraes tão remotas que não se compadecem com as restricções exteriores frias e uniformes de uma regulamentação legal. Se em alguns casos, — e estes casos existem — a justiça e a caridade aconselham a renuncia ao direito de fundar uma familia, esta renuncia deverá ser suggerida ás consciencias, numa atmospheria moral superior ás injuncções niveladoras da lei positiva. Fóra destes casos excepcionaes, o direito ao matrimonio prevalece. A constituição normal de um lar é, para a quasi totalidade do genero humano, a condição de uma vida moral, util e serena. Mesmo, a previsão de uma prole menos perfeita não destróe este direito fundamental. Convém não perder de vista nunca a jerarchia dos valores humanos. A existencia é sempre um

ha algo de mais urgente do que inaugurar uma legislação eugenica. A tarefa real que se nos antolha é discutir os meios de substituir um conhecimento bem fundado das leis que regem a hereditariedade, a impressões vagas que se apoiam em dados isolados e insufficientes". *Die Unfruchtbarmachung geistig und sittlich Kranker und Minderwerteg*, Berlim, ap. BRUEHL, *Birth Control and Eugenes* New-York, 1928, p. 133. Isto já se vê, escrevia-se na Alemanha prehitleriana, ainda não fascinada pelo mytho do Sangue.

Outro medico de singular competencia no assumpto: "Quem quizer levar em consideração as ultimas investigações e experiencias, deve chegar a esta conclusão empirica: o estado presente dos nossos conhecimentos sobre a hereditariedade, pelas dificuldades do prognostico hereditario e do diagnostico clinico, não justifica absolutamente, no ponto de vista scientifico, a esterilização dos doentes de anomalias ou deficiencias psychicas". DR. VALLEJO NAJERA, *Higiene de la raza desde el punto de vista psiquiatrico*, Madrid, 1933, pag. 77.

benefício; se uma enfermidade póde torná-la menos fecunda ou menos agradável, não lhe destróe o valor essencial. *Melius est esse quam non esse*. Para os que se collocam num ponto de vista espiritualista e christão, uma pessoa humana possui, na immortalidade dos seus destinos uma dignidade inaufe-rível. Entre uma eternidade de vida espiritual feliz e umas dezenas de annos de menor rendimento social não ha com-paração possível. Não divinizamos o Physico ou o Physiolo-gico como o bem supremo do homem, medida de todos os demais e criterio derradeiro dos seus valores. Infelizmente nesta, como em outras reivindicações de propagandistas extremados, sob o pavilhão de eugenia embarca muitas ve-zes a mercadoria avariada do velho materialismo de vistas baixas, que não vê, no homem, outros valores acima do pra-zer e da saude que o condiciona. Dahi a tentativa de uma transposição univoca para a nossa vida social dos processos de selecção empregados no aperfeiçoamento das raças ani-maes.

Mas não se mutila impunemente a integridade da nossa natureza nem se reduz de maneira simploria a um processo de zootechnia um problema profunda e delicadamente hu-mano. Supponhamos em accção o mecanismo do certificado prenupcial. Qual será o destino de todos aquelles a quem o governo declara ineptos para o casamento? Que ingenuo acreditará na possibilidade de uma vida moral e honesta nesta legião de celibatarios forçados? Todos estes "refugos" da sociedade, privados por ella da protecção da familia que os poderia preservar, defender e melhorar, lançar-se-ão em todas as irregularidades de uma vida sexual sem lei nem disciplina. E a união livre, o concubinato, a Venus, vaga ganharão tudo aquillo que perder a honestidade normal de um lar. E como a familia é a instituição eugenica por excel-lencia, a que melhor provê á existencia e educação da prole e com mais efficacia defende os seus interesses physicos e moraes, uma baixa geral do nivel sanitario e moral do povo será a consequencia inevitavel desta medida restrictiva, ins-pirada em uma visão incompleta e unilateral do homem e das suas exigencias fundamentaes de vida. Aqui, como em tantos outros pontos, resalta o circulo vicioso em que se emmaranha o eugenismo materialista. Achamo-nos por hy-pothese em face de uma nação na qual, a quanto se nos diz,

é elevada a percentagem de tarados, (syphiliticos, tuberculosos, etc.), Em vez de tomar pelo caminho de um saneamento positivo e constructor, inculca-se como medida salvadora, a restricção legal dos casamentos. Applicar-se-á a lei em todo o rigor, para obter-lhe o preconizado fim eugenico? Será o augmento dos filhos illegitimos, das uniões clandestinas, do amor livre; a decadencia da instituição familiar e com ella a ruina do mais seguro baluarte da existencia de um povo, o envenenamento dos mananciaes mais puros da vida. Burlar-se-á a lei e abrir-se-ão as malhas de sua rêde para que passem, na sua quase totalidade, "os indesejaveis" da familia! Desapparecem, então, os motivos alarmantes com que se movimentou a propaganda de sua necessidade e se tentou justificar a urgencia de sua promulgação. Num e noutro caso, contraproducente ou inoperante, o certificado prenupcial revela-se como incapaz de attingir os fins collimados. A sua obrigatoriedade, sancionada com o véto do matrimonio, viria comprometter, por uma especie de ricochete fatal, bens superiores de ordem moral e os proprios interesses eugenicos indissolvelmente ligados á instituição da familia e ao seu funcionamento normal.



Ha ainda outro aspecto de importancia vital para a existencia de um povo: é o *demographico*. Os poderes publicos que devem zelar pelo bem social não podem esquecê-lo sem faltar a uma das suas funcções primordiales. Supponhamos, na melhor das hypotheses, que o mecanismo do certificado prenupcial funciona maravilhosamente, transformando em realidade a utopia dos eugenistas mais sonhadores: do casamento são regularmente afastados todos os desherdados da deusa *Hygis*. Admittamos ainda que todos estes infelizes, virtuosos como frades ou esterilizados como eunuchos, se mantenham nas alturas difficeis de uma continencia perfeita. Que acontecerá? No fim de algum tempo a população estará dividida em duas facções: a dos que podem e a dos que não podem casar-se, a dos descartados da vida conjugal e a dos diplomados pelas repartições officiaes como bons reproductores da raça. Sobre estes pesará toda a responsabilidade da conservação da especie. Poderá, porém, esta frac-

ção de privilegiados preencher os grandes claros abertos pelo afastamento da outra das suas funcções procreatoras? (10). Querera esta aristocracia da saúde, dura e soberba, egoista e gozadora, assumir as responsabilidades de familias duplamente numerosas? E' bem de crer que não; mas, concedamos que, num primeiro momento, não mingue este poder nem falte esta hõa vontade. A situação aggrava-se com o volver do tempo. As taras alcoolicas, syphiliticas, etc., não se transmittem só por via de herança, adquirem-se ainda por infortunios ou desregramentos pessoaes. E quem estará livre da surpresa de regressões atavicas? De anno para anno, pois, o escol dos "sem tara" irá soffrendo desfalques progressivos e irremediaveis. Chegará, inevitavel, o momento tragico em que o flagello da oliganthropia, precursor da morte das civilizações, pesará com todas as suas consequencias funebres, sobre a existencia de uma patria agonizante. Não se desprezam impunemente os direitos naturaes do homem, nem se aventuram, sem terriveis sancções, experiencias temerarias no dominio dos mysterios da vida. Nos que tratam assumptos tão transcendentos gostaríamos de ver uma percepção mais viva de suas responsabilidades e uma comprehensão mais profunda da complexidade do problema e da gravidade de suas resonancias.

*
**

A' deficiencia de solidos fundamentos scientificos, ás indeclinaveis objeccões ethicas, juridicas e sociaes que acabamos de resumir, cumpre ainda accrescentar as difficuldades de *ordem pratica*. Uma cousa é uma lei na limpidez e simplicidade de suas formulas abstractas, outra, uma instituição, a funcionar nas entrosagens complexas do seu mecanismo concreto.

Quem se encarregaria dos exames prenupciaes? A garan-

(10) A prevalecer o criterio de certo eugenismo, o numero dos "incapazes" atingiria proporções extraordinariamente elevadas.

Num dos centros mais frequentados de consultas prematrimoniaes, o de Hubner em Bonn, apenas 54% dos candidatos se achavam em condições de contrahir casamento immediato.

Sobre os outros 46% havia restricções de caracter temporario ou definitivo. Outros algarismos apresentados pelos eugenistas dão-nos sobre esta misera humanidade a mais dolorosa das impressões. 87% dos moços e 90% dos adultos são tuberculosos; 80 % são syphiliticos; 33% dos operarios são alcoolicos, etc., etc. Quem se salvará deste diluvio universal? Quando os medicos nos descrevem a existencia de myriades de microbios pathogenicos que nos envolvem no ar, em casa, na rua, no assento dos automoveis e nas notas de troco ha tambem quem tire a conclusão salvadora: para viver é mister fechar-se numa redoma de vidro saturada de antisepticos.

tia de certa eficiencia exigiria um corpo de especialistas; além do clinico geral, em muitos casos, deveriam ser ouvidos o syphilographo, o dermatologo, o gynecologo, o psychiatria perito em toda a escala das doenças mentaes. A' disposição destes facultativos deveriam achar-se laboratorios bem apetrechados que permittissem os exames — bacteriologicos, radioscopicos, serologicos — indispensaveis a um diagnostico prudente. Qualquer medico seria qualificado para assignar um certificado prenupcial? Mas quem não vê, não só os riscos de incompetencia, mas ainda a possibilidade de fraudes e explorações escandalosas? Ninguém, por certo, se ha de maravilhar se lembrarmos que, na classe medica como em todas as demais, ao lado de um escol de moral elevada e digna, ha um contingente não desprezível para o qual o codigo da deontologia profissional tem elasticidades indefinidas. Numa materia tão delicada, e onde entram em jogo interesses tão profundos não é infundado o receio de abusos graves e frequentes que poderiam bem depressa desprestigiar a instituição.

Fundar-se-iam consultorios matrimoniaes de character official ou officioso? A solução poderia assegurar melhor a eficiencia technica das installações, mas suscitaria difficuldades mais graves no conflicto das doutrinas. Uma consulta sobre aptidão ao casamento relaciona-se por vinculos muito estreitos com outros pontos que interessam profundamente a moral: a interrupção eventual da gravidez, uso de praticas anticoncepcionaes, etc., etc.. Aqui o choque das concepções moraes seria inevitavel. A pressão de clientes que pediriam instrucções equivocadas acabaria por arrastar instituições officiaes na onda do individualismo conjugal, preconizador da esterilidade voluntaria. Os consultorios do Estado transformar-se-iam em officinas de propaganda neomalthusiana. (11). E a execução de uma lei, promulgada sob a capa de melhorar a raça, acabaria por comprometter-lhe mortalmente o futuro, desencadeando sobre o paiz o flagello da deñatalida-

(11) O perigo não é chimerico, nem sem fundmento o temor. Na clinica das mães, da Dra. M. STONES, sobre as primeiras 5000 consulentes, 4834 vinham pedir receitas para não ser mães. Em Hamburgo, num instituto semi-official, destinado a consultas prenupciaes, os candidatos ao casamento representaram em 1925 apenas 10% dos consulentes. Os outros, isto é, 90%, eram mulheres casadas que vinham instruir-se sobre os meios de evitar ou interromper uma gravidez indesejada. Ao que, pondera com razão o Dr. E. JORDAN: "É muito grave, como symptoma e como presagio, e como precedente e como aviso, ver o publico immediatamente e como que por instincto tentar a transformação de um Instituto eugenico num — passe o termo — Instituto agenico". *L'Eugénisme et la morale*, Paris, 1930, pag. 17.

de, que é actualmente a mais grave ameaça á civilização occidental.

Em que *data* se faria o exame prenupcial? Outra questão embaraçosa. Muitos dias antes do casamento? A sua efficacia ficaria não pouco diminuida; no intervallo haveria toda a possibilidade de contrahir uma enfermidade contagiosa, ou manifestar-se, se já contraída anteriormente. Pouco tempo antes das nupcias? (O nosso projecto fixa o prazo de 5 dias). Nem assim se assegura a sua efficiencia despistadora da syphilis cujo periodo de incubação póde durar até mezes; e os prejuizos de ordem material e social podem attingir proporções imprevistas. Eis um futuro casal á espera do dia solemne; já feitas todas as despesas para a installação do lar; annunciado a parentes e conhecidos o enlace proximo; os sentimentos de amor e esperanza elevados á temperatura de ebullicão. Quatro ou cinco dias antes da faustosa data um certificado negativo interdiz temporaria ou definitivamente o matrimonio, por inaptidão eugénica de um dos noivos!! Imagine-se o que de soffrimentos, de prejuizos, de humilhação e de desespero póde provocar uma situação destas! E o facto se repetiria todas as vezes que a instituição funccionasse de accôrdo com a sua finalidade! Ante estas e outras difficuldades vivas não nos maravillamos de ver os paizes, que precipitadamente sancionaram a lei do certificado nupcial com interdicção legal do casamento, corrigirem, na sua abrogação pratica, as imprevidencias de um idealismo divorciado das realidades da experiencia humana. “Se em alguns estados da grande republica americana, a legislação era rigorosa e prohibia o casamento das pessoas, physica ou moralmente ineptas, as leis foram revistas ou abrogadas ou caíram em desuso”. (12).

*
**

Resumindo e terminando. Qualquer fórmula de certificado prenupcial sancionada por uma interdicção legal do matrimonio não póde ser admittida. O estado actual dos nossos

(12) Dr. J. ARNOUD, em *L'Église et l'Eugénisme*, pag. 109 e pag. 123. Mesma affirmação em outro conhecedor da legislação norteamericana: “Cumprer observar que nos Estados Unidos, onde estas leis são mais antigas, de regra geral não foram applicadas. O realismo americano temperou na pratica o que as especulações theoricas tinham de excessivo”. R. DE GUCHTENVEERE, *La limitation des naissances*, Paris, 1929, pag. 109.

conhecimentos sobre a hereditariedade não prestam uma base scientifica á intervenção prudente da lei. A fundação da familia é um dos factos mais importantes na existencia dum homem e que mais consequencias exercem em toda a sua vida, physica, psychologica e moral. Cercear-lhe, neste ponto, a liberdade, é por parte do Estado um *abuso de poder*. A sua repercussão no decrescimo das familias bem constituídas e no augmento das uniões irregulares constituiria para a sociedade uma das ameaças mais graves e um mal incomparavelmente maior do que a geração de alguns typos, dysgenicos. Os inconvenientes de ordem pratica, sob a pressão de paixões violentas, pullulariam sem medida, e além de frustrarem quase sempre a finalidade da lei, ensanchariam, sob a alta tutela official do Estado, a oportunidade de propagandas criminosas e destruidoras da raça (13).

O certificado exigido por lei mas sem character eliminatório, se evita e attenua alguns dos males apontados acima, impõe ainda reservas de uma gravidade indissimulavel.

Resta o *exame prenupcial livre*, prudentemente introduzido nos costumes sociaes. As difficuldades aqui diminuem até quase de todo desapparecerem. Aos interesses sanitarios da raça e á conveniencia de se evitarem enganos e decepções dolorosas dar-se-ia, na medida do possivel, uma satisfação justa.

Neste rapido estudo mantivemo-nos sempre num plano superior, encarando a questão em seus principios e consequencias geraes. Se lhes houveramos de fazer a applicação ao Brasil, as condições particulares do nosso meio haveriam de impor-nos attitudes mais severas. A grande falta de medicos sufficientemente especializados em todo o nosso immenso interior, a deficiencia de laboratorios e aparelhamentos technicos fóra dos grandes centros urbanos, (14), a lamentavel

(13) A prohibição legal do matrimonio por motivos eugenicos não é compativel com a doutrina catholica. Depois de Leão XIII, declarou-o mais explicitamente Pio XI na Encyclica *Casti Connubii*. Um dos seus interpretes mais autorizados, commentando o documento pontificio, escreve: "O Summo Pontifice não admite de modo algum que, por motivos eugenicos o Estado possa directamente prohibir o casamento a pessoas naturalmente capazes de lhe exercer as funções; menos ainda lhe reconhece o direito de impôr uma mutilação que prive alguém de uma faculdade natural". A. VERMEERSCH, *Catéchisme du Mariage Chrétien d'après l'Encyclique "Casti Connubii"*. Bruges, 1931, pag. 63. — O novo projecto do Codigo Civil italiano, que acaba de ser publicado, no artigo 5 dispõe: "São nuição permanente da integridade physica, ou sejam contrarios á lei, ordem publica ou aos bons costumes".

(14) De uma capital de Estado, sei eu, que até, ha dois annos, não possuia o indispensavel para uma radiosopia.

facilidade com que as nossas instituições, esquecidas da sua finalidade social, se põem a serviço de interesses individuais e subalternos, o triste estado de decadência em que se encontra a instituição da família nas camadas inferiores do povo, a rapidez com que, nas mais elevadas, se vai aclimando a mentalidade egoísta dos que declinam os deveres da paternidade e preparam talvez amanhã a um povo jovem as decadências da decrepitude precoce — tornariam no Brasil mais profundas e desastrosas todas as repercussões danosas do certificado prenupcial.

Por outras vias e com outro espírito urge trabalhar para o saneamento físico e moral do nosso povo.

10-X-936.

Carta de D. Antonio Macedo Costa

A "Ordem" tem a satisfação de publicar uma carta inédita de D. Antonio Macedo Costa que, apesar de escripta em 1874, tem, hoje, inteira actualidade. Naturalmente ha nella algumas expressões que são inactual, a doutrina é inteiramente uma rectificação. E' preciso ver entretanto, que ao tempo dessa carta Roma ainda não tinha falado sobre a politica como falaram Leão XIII e Pio XI notadamente. Devemos ver ainda que se a expressão é inactual a doutrina é inteiramente orthodoxa. E' mesmo extraordinario verificar que antes da "Acção Catholica Official", antes da agitação politica moderna, que levaram os Santos Padres a definir claramente a posição da "Igreja fóra e acima dos partidos", só cuidando da politica quando esta toca o altar — é extraordinario que um prelado precise tão bem a doutrina como quando D. Macedo Costa diz em que consiste a politica da Igreja. E tudo isto (é interessante assignalar) dito por um Bispe, não para se defender, pois era uma carta particular, mas que se encontrava preso pelo poder civil sob a accusação de se imiscuir nas questões temporais...

Sirva para dar mais luz á famosa questão religiosa...

—o—

Minha prisão na Ilha das Cobras, 9 de Dezembro de 1874.

Meu caro e Rdo. Conego Mourão,

Nenhum gosto neste mundo é completo, e as maiores consolações se misturam com dissabores. Que alegria, que conforto, que consolo immenso me não deu o bom espirito, a coragem apostolica e a união perfeita do meu Clero, nos actos de sua ultima reunião! Infelizmente sempre houve alguma coisa que não deixou de *aguar* o meu contentamento e causar-me grande cuidado e desassocego d'espirito.

O despacho telegraphico que enviei devia te-los advertido que eu estava bastante inquieto com a noticia do *partido formado pelo Clero*, em outros termos que eu não approvava que o partido Catholico se organizasse *deste modo*, por iniciativa

do governo da diocese, pondo-se o mesmo Governador do Bispado e só Padres á frente de tal partido. Eu nunca pensei em tal, quando se tratou de partido catholico. Mas infelizmente meu despacho parece não ter sido entendido, e a *Boa-Nova* continúa a advogar a necessidade de organizar o Clero um partido, o que era objecto de meu espanto e admiração telegraphica.

Vou expandir a verdadeira doutrina sobre a politica da Igreja, e fazer algumas ponderações para convence-los que o acto do Clero de pôr-se oficialmente á frente de um partido não foi nem regular, nem prudente, nem opportuno. Depois tratarei do modo de remediar ao que está feito e encaminhar as cousas regularmente.

1.º) E' doutrina certa e de fé que a Igreja não deve, nem póde, tomar parte *directa* na politica dos Estados. O Sacerdocio de Jesus Christo só foi estabelecido para a grande obra da sanctificação das almas, e fazendo essa obra, e só ella, faz *indirectamente* tudo o mais. Nós não temos Sacramentos para produzir a riqueza publica, a gloria militar e litteraria da nação, nem temos textos da Escriptura para induzir os homens a organizar estabelecimentos industriaes, estender fios telegraphicos, abrir estradas, conduzir os processos judi-
ciarios, fazer bôa policia entre os cidadãos, etc. Não nos occupamos com isso *directamente*; mas tudo isso fazemos *indirectamente* formando homens e christãos, infundindo nos individuos a fé, a caridade e o temor de Deus. Não preciso insistir sobre este grande principio fundamental de São Paulo, que tanto nos inculcaram nossos Mestres: *Nemo militans Deo implicat se negotiis saecularibus*.

2.º) Mas não ha uma politica da Igreja?

Ha, e eis em que ella consiste. Consiste em que se o Estado invade-lhe os dominios, ella tem direito de dizer que a Lei ou a medida politica do Estado é invasora de seus direitos, oppressora de sua liberdade, e como tal injusta. Assim, a Igreja não organiza finanças, mas se o Estado enriquece o publico erario confiscando os Bens ecclesiasticos, a Igreja, mestra do justo e do honesto, declara que essa medida é iniqua. Eis ainda um modo d'influir a Igreja sobre a politica; mas, como se vê, é ainda *indirecta*. Assim faz ella politica, e politica alta, e politica necessaria, na Encyclica e no Syl-

labus, condemnando os falsos principios sociaes da Revolução.

3.º) Mas não poderá a Igreja cuidar da politica de um paiz, influir em eleições, etc., uma vez que tenha só em mira um fim religioso, como seria excluir da representação nacional os que lhe são infensos? Póde o Papa, póde um Bispo organizar um partido politico, sob pretexto que só assim podem pôr paradeiro á perseguição contra a Igreja?

De nenhum modo. *Physicamente* fallando, podia Pio IX, podiam os Bispos Italianos, por ex., pôr-se á frente de um partido politico para livrarem a peninsula da praga dos Liberangas; *moralmente* não. Não o fazem, não o farão jámais. Por que? Porque nessa hypothese a interferencia da Igreja na politica dos Estados seria *directa*, e a Igreja não tem poder directo sobre o temporal. Se os Bispos têm assim intervindo na politica dos Estados, é a chamado dos povos e dos Reis. Então é que os vemos tomar assento no Parlamento, ou nos conselhos das Coroas. Mas que a Igreja s'imponha, e trabalhe oficialmente por conquistar para si ou para seus adherentes os postos de Estado, entrando ella mesma na luta dos partidos politicos, nunca. Vá mal como fôr a gerencia dos negocios publicos, a Igreja gemerá, orará, trabalhará sobre cada individuo para melhora-lo pelo ensino christão, pelos Sacramentos, pelas praticas do culto, e por esse meio realizará a reforma social e a restauração mesmo politica da nação, mas não fará *directamente* politica. Nenhum Concilio sancionará jámais essa interferencia, porque seria a confusão das *duas ordens temporal e espiritual, ordens que são, e devem ficar, absolutamente distinctas*.

Portanto si um Bispo reune seu clero e cria oficialmente um partido para influir directamente na politica, sáe do espirito da Igreja e faz um acto irregular.

4.º) O que a Igreja, porém, não póde fazer, podem-no fazer os catholicos. Os Estadistas, os Magistrados, os Politicos filhos da Igreja, vendo-a perseguida por um partido que está no poder, e o paiz ameaçado de uma horrenda dissolução moral e social pela propaganda das mais perniciosas doutrinas, podem entender-se entre si para formação de um partido Catholico que tenha por bandeira o respeito da Religião, da Moralidade e da verdadeira liberdade, de progresso pelo Christianismo. Formado este partido os Bispos, *de suas rela-*

cões particulares influirão convenientemente para que taes e taes Estadistas cordatos, verdadeiramente catholicos e amigos dedicados do paiz, sejam eleitos, negando o seu voto aos perseguidores e inimigos da Igreja. Quem ousará negar aos Padres esse direito que pertence a todo cidadão? Estão ainda em seu direito os ministros da Religião exhortando em geral os povos a fazerem boas e conscienciosas escolhas politicas e mostrando que a indiferença dos catholicos é causa de innumerados males para a Religião e para a Patria. A lei mesma não autoriza os Sacerdotes a fallarem aos povos neste sentido por occasião dos comicios eleitoraes?

Até ahi, nada haveria que censurar, antes seria tal procedimento perfeitamente legal e licito.

Appliquemos agora estes principios ao que se deu na reunião do Clero.

Se os Padres, meu caro amigo, se tivessem limitado á resolução de se desapegarem e desinteressarem-se completamente dessa mesquinha e miseravel politica dos partidos militantes, para não darem mais seu voto d'ora em diante senão a politicos serios e catholicos, essa resolução teria todo o meu louvor. Se o Clero tivesse ainda tomado a resolução de procurar fazer pela imprensa e pela palavra a grande e alta politica da Igreja, como já expliquei, refutando as falsas theorias dos revolucionarios e defendendo os verdadeiros principios sociaes do Catholicismo contra os ataques dos politicos infectados do virus do liberalismo revolucionario de 89, eu lhe daria, como lhe darei sempre, não só louvor, mas calorosa animação. Seria isto o verdadeiro modo de promover a formação de partido Catholico, pois não tomará este por seu programma a doutrina social da Igreja, senão depois que ella fôr pelo Clero bem explicada, diffundida, e sustentada. Descansemos: o partido catholico se formará por si mesmo, pela força das cousas, quando os excessos da Revolução augmentarem, e a indiferença religiosa diminuir. O movimento para a formação desse grande partido, que será verdadeiramente nacional e constitucional, partirá dos grandes centros politicos; serão os primeiros Estadistas da Nação que se porão á frente d'elle. Então tudo se organizará convenientemente.

Mas tomar o governo religioso desta ou daquella diocese a iniciativa da formação deste grande partido politico, é o

que não tem cabimento, nem póde surtir resultado algum serio e vantajoso.

Isto leva-me naturalmente ao que me resta a dizer da inopportunidade e pouca prudencia da medida de que tratamos, ainda que inspirada pela melhor bôa vontade.

Tomemos as cousas como ellas são; que probabilidades sérias de bom exito temos nós? O que poder-se-á fazer tendo-se de lutar com a fria indifferença de uns, com a hostilidade desabrida d'os outros? Onde estão os meios materiaes, os interesses *reaes* que tem de servir de nervo a essa guerra politica nestes tempos de estúpido *positivismo*? Quantos haverá que se resolverão a hypothecar seu voto aos Padres sem esperanças de postos na guarda nacional, nem de empregos, mas antes com a perspectiva de perseguições e vexames do governo e dos politicos que houverem abandonado? Onde estão os Estadistas dispostos a arrostar a impopularidade e a sacrificar-se pela Igreja? Como lutar com a força, com a astucia, com todos os manejos da corrupção a mais cynica e desenfreada? E ainda dado que se pudesse conseguir um bello resultado, o que será mandar um ou dois deputados catholicos á Camara? Compensará isso a crua perseguição que vae soffrer o Clero, não só como Clero, mas como politico? E se considerarmos as circumstancias melindrosissimas em que nos achamos, com um governo irritado e perseguidor, não é o acto do Clero um barril de petroleo atirado no meio do incendio? Conviria agora confirmar as suspeitas de que queremos tomar a nós a direcção do Estado? Depois como tomar uma resolução desta gravidade, uma resolução que ia alterar o estado da diocese, e modificar a attitude de todo o Clero em face dos poderes publicos do paiz, sem consultar primeiro o Prelado? Estou tão longe que não pudesse ser ouvido em tal conjectura? Não podiam mandar-me na vespera uma palayra pelo telegrapho? Não estava isto previsto nas instrucções que deixei, que nenhum negocio grave se resolvesse *inconsulto Episcopo*?

Mas deixemos.

Agora é ver o modo de sahir desta difficuldade, e sahir sem pesar, quando fôr possível.

Não quero, nem me parece conveniente, publicar acto algum improbatorio, mas de outro lado é absolutamente necessario desapegar a minha responsabilidade e tirar o Clero

(sem diminuição de sua força moral, quanto possível) do mau passo em que se collocou.

Primeiramente combinem entre si, no maior segredo, no modo de passar do Clero para os seculares, se fôr possível, a direcção do partido Catholico. E' preciso absolutamente, tor- no a dizer, que o Clero, e sobretudo o governador do Bispado, desistam da direcção do partido. Passando-a a outras pessoas que sejam aptas para isso, convém, todavia que esta desis- tencia se faça naturalmente e sem desar, e assim evitaremos o Bispo, o Clero, a Igreja muitos e graves inconvenientes. E ainda que fosse certo, como é problematico, e mais que pro- blematico, o exito, eu pensaria e obraria do mesmo modo, pois não se trata de conveniencias, mas de principios. Algum dos partidos dissidentes ou ambos, ou a associação catho- lica quererão entrar nesta combinação? Receio bem que não. O amor *platonico* de uns, exprimindo-se por uma approvação fria e simples; o silencio *verbo facundius* dos outros estão indicando o que podemos esperar dos politicos. Não nos illu- damos com palavras; no fundo o que ha em todos é descon- fiança e hostilidade aberta, ou concentrada. Bem poucos estão sinceramente comnosco.

Quanto á sociedade Catholica, a *Boa-Nova* é a primeira a advogar a causa da sua neutralidade. Pasmosa inversão! De modo que uma sociedade de seculares fica estranha á politica, e o Clero é que se deve metter n'isso? Devia ser o contrario, me parece.

Caso se não possa conseguir que os seculares tomem a si a direcção do partido catholico, e inda mesmo que se consiga, sempre será util e até necessario explicar, segundo estas instrucções, quaes foram os verdadeiros intuitos do Clero e a regra de sua acção nesta materia delicada.

Será preciso pôr bem claro:

Que elle se limita a fazer, não a politica mesquinha e vulgar, mas a politica larga e sublime da Igreja (no sentido em que a expliquei) preparando assim o caminho para a formação de um partido de politicos conscienciosos e catho- licos em todo o Imperio, partido que surgirá em futuro mais ou menos remoto, se continuar a governar-nos uma politica violenta e oppressora da liberdade catholica.

Que a commissão nomeada só teve por missão afastar os membros do Clero da lucta esteril e revôlta da politica

vulgar de partidos já sem bandeira e sob os quaes já não milita *tota conscientia* um sacerdote fiel.

Que logo que um dos partidos militantes inscrever no seu programma: — Respeito á Religião Catholica e Liberdade á Igreja de Jesus Christo! a este darão logo os Padres seus votos.

Que esta commissão fará todos os esforços para que o Clero se mantenha na altura de sua dignidade, de sua missão augusta nas questões politicas, evitando capitanear grupos, cabalar, etc., mas contentando-se de aconselhar a todos os seus freguezes escolhas acertadas e favoraveis á causa Catholica.

Que os politicos, se o quizerem, formarão a grande liga nacional Catholica, que é negocio delles, visto ter principalmente em vista a bôa direcção temporal do paiz, a qual o Clero por sua parte procura tambem promover ainda que de maneira indirecta.

Que neste passo do Clero não entrou o minimo pensamento de ambição, pois não querem os Padres para si os altos postos da nação, mas s'esforçarão, trabalharão como ficou dito para que estes sejam occupados por Estadistas que não se mostrem hostis á Religião do Estado.

Que o que fez o Clero relativamente á politica não tem character official, nem o de obrigação imposta pelo Prelado diocesano, mas foi uma resolução toda espontanea, tomada em vista do maior bem da Igreja, do Clero, e do paiz, uniformisando-se a linha de proceder do Clero na questão politica.

Esta explicação (sob forma de manifesto, ou outra que mais convier) dada pela commissão, tocando claramente nestes e em outros topicos, e restabelecendo em toda a sua lucidez a verdadeira doutrina acerca da politica da Igreja, alumiará a opinião, e desvanecerá muita suspeita desairosa dos nossos adversarios, e será um bem para todo o Brasil.

Peçam na oração a luz de Nosso Senhor e tudo irá bem. A doutrina que expendi a traços largos é segura e exacta. E' a doutrina da *Civiltá Catholica* e de outros bons auctores que pude consultar. O Candido Mendes e a gente de mais pêso aqui é desta opinião, se opinião se póde chamar quanto á substancia dos principios. Mas ha na applicação delles certa liberdade de apreciação, accidental, conforme a situação concreta em que nos achamos, e ás vezes um principio reflexo

modifica outro. Mas ainda nisso que é pratico estamos conformes, e o nosso juizo é tanto mais solidamente assentado, quando olhamos as cousas de fóra e friamente, livres daquelle enthusiasmo muito louvavel, muito bem intencionado, filho de excellente espirito não ha duvida, mas que nos póde levar, e nos leva de ordinario a algum excesso.

Em summa é a verdadeira doutrina, e conformemo-nos com ella. Consultem-se mutuamente e com a necessaria discricção, e vejam o modo melhor de sahir da difficuldade, sem quebra de moral. E' o que eu desejo. Logo que o negocio se arranjar, mandem para tranquillidade minha um despacho com esta só palavra: *Está*.

Esta mesma minha carta, que ninguem leu, lhes fornecera idéas e podem mesmo appropriar-se do que della lhes parecer util. O que é essencial é que tudo se faça com conveniente cautella e prudencia para não succeder que nossos inimigos se prevaleçam de qualquer palavra nossa para atacar-nos com visos de razão.

Recommendo certa reserva na polemica, sobretudo com o *Liberal*. Não convém descer á linguagem em que elle é mestre. Uma resposta sobranceira, e sempre decente, ou silencio será mais conveniente que respostas ao pé da lettra que não ficam bem.

Basta. Estou fatigado de tanto escrever. Acabo abençoando-os, e animando-os, e dando-lhes de novo mil parabens, pela bella união, e excellentes posições em que estão. Por aqui corre que o governo não proseguirá nos processos. Seja o que fôr, grande fortuna será se soffrerem por Jesus Christo.

Toda a cautella na questão dos Portuguezes, nem uma palavra que possa fazer crer que lhes queremos mal. Estimarei muito que tudo serene e que a tempestade que ameaça, se dissipe para bem de nosso querido paiz.

Adeus. Não ha mais espaço. Recebam um abraço affectuoso e minha benção de Pastor e de amigo verdadeiro.

(a) ANTONIO, Bispo do Pará.

A influencia da Eucharistia no apostolado dos moços

(These apresentada ao Segundo Congresso
Eucharistico Nacional pelo Senhor HENRIQUE
JOSE' HARGREAVES)

— 0 —

INTRODUÇÃO

— Si a conspicua "Commissão de Oradores", deste 2.º Congresso Eucharistico Nacional, me tivesse consultado, antes de distribuir as suas theses, sobre si acceitaria ou não a incumbencia que me commetteu — eu teria me recusado a tomar aos meus hombros a grave responsabilidade, que tantos cuidados me inspirou e que ainda me faz tremer ante vós. Mas, por outro lado, si ella, distinguindo-me, honrosamente, com a sua lembrança, me tivesse dado o direito de escolher o meu thema — certo, não escolheria outro, a despeito de toda minha insufficiencia cultural e espiritual.

E' que, lidando na sociedade diuturna dos joyens, ha mais de dez annos; auscultando-lhes os pensamentos; participando do dynamismo de suas volições; acompanhando-os, nas suas realizações desprendidas e nobres — nada mais comprehensivel que todas as minhas preferencias se voltassem para a these que me designastes. Já sentia mesmo necessidade de publicar os effeitos maravilhosos, para nós, dessa convivencia sempre encantadora e singular. Pois, estamos em que o apostolado moço é dos mais ricos em aspectos, que surpreendem e edificam.

Além disso, uma vista de olhos sobre o panorama social do Brasil, nos convence, para logo, de que não é licito a

ninguém furtar-se a contribuir, sinceramente, na medida de suas forças, para que o nosso patrimonio de catholicidade não perca o seu padrão, esmaeça no seu brilho, deslustre os seus braços. Ora, não escapará ao observador menos arguto, que nos preparamos, nitidamente, para uma nova vida nacional. Graças a Deus, o processo evolutivo das novas forças, que pleiteiam a conquista da alma brasileira, já sahio do seu dominio absconso e já afflora á superficie de nossa realidade social. Aquillo que, até ha pouco, só interessava á razão de nossa elite de doutrinadores e sociologos, pela feição abrupta que tomou, já constitue o *leit-motif* das conversações dos simples espectadores das ruas, porque já affecta, directamente, os seus *sentidos*.

Pois bem, é quando um facto social adquire essa posição de *logar commum* na nossa vida — que podemos affirmar que elle já incide na sua trama, já inflecte na sua marcha e vae em franca evolução. E' o que se dá comnosco, relativamente, ao reaccionarismo revolucionario. A lucta entre as legiões do Christo e do Anti-Christo já se não annuncia mais, na subconsciencia das massas, Trava-se á luz do dia. O estrepito das batalhas surdas, travadas durante quarenta annos dum laicismo republicano desaggregador das forças mais puras e mais vivas da brasilidade — deixou o dominio platonico das divagações litterarias e rebôa, tragicamente, nas nossas ruas.

E, como sempre acontece, a consciencia historica do Brasil, tambem, appella, mais uma vez, para as suas reservas. Depois de ter tudo feito, para corrompel-a, afastando-a de si mesma e de Deus, trahindo-lhe a vocação natural e transcendente para o Christo, é a ella, que, ao inverso da parábola do Filho Prodigio, se volta o nosso Estado Prodigio...

E, ai de nosso Estado, si, no seu conflicto cm a Nação, elle não contasse com o Christo, a annullar no silencio das almas, o effeito malefico de sua acção nefasta! Neste momento, não fôra isso, e elle não contaria, siquer com a minoria do bom senso que procura amparal-o, nos estertores de sua auto-destruição inconsciente.

A muitos, talvez, surprehenda esta introduccão. Parece não ter ella a minima relação com a nossa these. Não poderiamos, entretanto, attingil-a, sem este proemio. E' que desejamos pintar-vos a necessidade que temos de uma mocidade

nova, para um Brasil novo. Impossível, cuidar de livrar o Brasil de seus peccados, si cada um dos seus filhos não procurar e não quizer resuscitar na liberdade do Christo.

Eis o pensamento central de nossa these: a necessidade de crear para um Brasil novo, uma mocidade nova, que traga, em si, o sentido de uma liberdade nova, que ella só conhecerá no seu convivio diario, si possível, com o Christo Eucharistico.

No exame deste nosso thema, adoptaremos a seguinte divisão:

- PERFIL PSYCHOLOGICO DA ADOLESCENCIA.
- BREVE CONCEITO DO APOSTOLADO.
- CHRISTO-EUCHARISTICO.
- MOCIDADE NOVA.
- CONCLUSÕES.



PERFIL PSYCHOLOGICO DA ADOLESCENCIA

Abstrahindo-nos de todas as pesquisas theoricas e scientificas, sobre os problemas relacionados com a adolescencia, não indagaremos neste perfil *porque* ella é o que é, nem *como* ella deveria ser — e — sim *o que ella é*.

“O periodo da adolescencia foi assignalado como ponto critico no desenvolvimento mental e possuimos uma vasta litteratura insistindo sobre a profunda mudança mental caracteristica desta idade”. (J. C. BELL, director do “Journal of educational psychology”, cit. De La Vaissière, pag. 71, Psychologie Pédagogique).

Concomitantemente, são tambem profundas as suas modificações, social e moralmente consideradas.

“E’ no momento da adolescencia, que nasce e se desenvolve a tendencia que os psychologos cha-

maram “gregaria” e que arrasta o rapazinho a fazer parte dum grupo social, dum gremio, dum associação”. (Nos Adolescentes, Jules Renault, pag. 135).

“A percepção das sensações novas, sua assimilação á personalidade, todos os sentimentos que ellas geram, complicam, singularmente, a sua existencia moral”. (P. Janet, Obsess. et psychsténie, cit. De La Vaissière, pag. 73 cit.).

Ora, essas alterações profundas na triplice manifestação de sua vida espiritual nos mostram quanta razão têm os psychologos e educadores, que consideram a adolescencia uma idade de “equilibrio instavel”. Terreno movediço. Tudo em movimento. Fluctuação permanente. Ondulação constante. Evolução de um ser, que tende para o sentido fixo da plenitude de sua existencia, sem suppol-o, nem conhecel-o.

Dahi, ser tambem a adolescencia apresentada como a idade da indefinição, da crise, da incomprehensão, da inadaptação.

“Na adolescencia o ser é um cháos de forças desencadeadas, forças verdes, turbulentas, que o tempo disciplinará, sem duvida, mas, que, nesta phase, não se evidenciam de fórmula alguma harmonizadas e se desenvolvem anarchicamente, sem que se possa predizer em que direcção fixa ellas se orientarão em definitivo”. (Jules Renault, Avant-Propos, pag. 5, Nos Adolescentes.)

Idade da crise, que se caracteriza, segundo Spranger, pelo descobrimento do *EU*, pela formação paulatina dum plano de vida, pelo ingresso nas suas espheras distinctas. (Cit. Domingo Barnés, La Psicologia de la adolescencia, pag. 45). Crise, provocada, em nós, pelo escandalo que a vida nos causa, ao nos pormos em contacto mais directo com ella.

Idade da incomprehensão, que Stanley pinta na sua autobiographia, como sendo aquella em que assumimos a apparencia de um “ser estranho, innocente como anjo, altivo como um principe, corajoso como um heróe, pretencioso

como um pavão, teimoso como um jumento, irrequieto como um potro e irritavel como uma donzella". (Cit. Jules Renault, pag. 6, Nos Adolescentes).

Idade da inadaptação, que Daniel-Rops, tão magistralmente nos revela, estudando o drama espiritual de Rimbaud, e que podemos generalizar, porque é o que se passou na alma de todos nós:

"Radicalmente, inadaptados á civilização e á sociedade, nos quaes a sorte os fez nascer, conscientes de sua fraqueza, para romper com os liames, por vezes, amando-os em segredo e indignando-se contra si mesmos de o querer. A revolta é para elles menos uma decisão, do que um instincto. Uma força de rancor que transborda sem motivos apparentes, habita nelles, sem cessar: sua ternura inapplicada é dolorosa. O pudor mais atroz os jugula, o pudor da vida: elles têm vergonha della. (La Vie Intellectuelle, 25|3|936, pag. 511, Rimbaud, Le Drame Spirituel, Daniel-Rops).

Eis porque, não obstante a immensa litteratura a respeito, continúa a adolescencia a ser o enigma tanto da psychologia como da pedagogia. Uma cousa, porém, é certa: na adolescencia, a nossa alma se assemelha a um mar encapellado, em cuja profundeza as correntes desarvoradas de nossos instinctos, de nossas tendencias e de nossos sentimentos, os mais desencontrados, se entrechocam e se abysmam, na violencia de repetir em nós a tragedia do Paraizo Perdido...

Arrancados de nossa infancia, mas trazendo comnosco a lembrança nostalgica de nosso eden, sem sombras, eis o sentido do "mysticismo selvagem", que Claudel descobriu na alma de Rimbaud e do amor triste de que Barrés impregna a alma de todos os adolescentes, como exilados das "ilhas da melancholia"...

BREVE CONCEITO DO APOSTOLADO

E eis que é com este material humano, que precisamos iniciar a construcção do "Templo do Senhor", nos atrios amplos do tempo. E' dessa cousa indefinida, que ha de sahir

a obra mais definida de toda a realidade historica. E' com essa materia inadaptada, que haveremos de modelar a construcção mais adequada a todos os povos e a todas as épocas. E' dessa evolução em crise, que sahirá o remedio para todas as crises intellectuaes, moraes e sociaes do espirito humano. E' nessa desordem permanente que haveremos de fazer germinar a *ordem*, como reflexo mais brilhante da lei divina nas cousas.

Mais do que isto. Sendo "a acção social o emprego em beneficio dos outros, de todos os recursos e de todas as potencias de nossa vida" (Louis Ballu, Ecclesia, pg. 962) — si este *ser*, sinceramente, envergonhado da vida, que vem se misturar com ella, que vem varrel-a de tudo o que a elle mesmo lhe escandaliza, para rectificá-la e transfigurá-la.

Pois, o apostolado é cada vez mais, a preocupação, de não pescar homens, no sentido de fisgal-os, retirando-os do seu meio — mas, principalmente, de deixal-os onde elles existem, buscando, apenas, mudar a agua. (L'Action Catholique et les étudiants, Renér Dupuy, La Vie Intellectuelle, 10/6/36, pad. 206).

Em materia de apostolado especializado, nada se compara a este trecho do manual "jocista" (J. O. C.) através o qual podemos perceber, mais claramente, o sentido desta expressão "mudar a agua".

"Elles (os jocistas) devem ser christãos em toda a parte, na officina, na usina, na rua, em casa, como na igreja. Elles devem comprehender que o trabalho póde ser a mais expressiva das preces, que póde ser o mais fecundo dos sacrificios... Então... as usinas e as fabricas, ao envez de permanecerem antros de corrupção, se transformarão em sanctuarios, onde as almas se unem á missão do Redemptor, emquanto os corpos collaboram no enriquecimento e na transformação da obra do Creador".

Mas, como sarar a "apostasia das massas" com um *ser*, que mais se assemelha á apostasia do *ser*, do que propriamente ao *ser*, pela quasi nenhuma noção de unidade, de estabilidade, de permanencia, que caracterizam todo *ser*?

Evidentemente, ninguem póde dar aquillo que não tem. O pobre não póde distribuir esmolas da *sua* bolsa. Póde, porém, por delegação do millionario, distribuir com os de-

mais pobres, os seus haveres. O mesmo se dá com o adolescente na acção catholica. Sendo elle, apenas, a instabilidade, a mudança, a evolução, não póde projectar de si a força crystallizadora das grandes fórmas sociaes da *Cidade do Christo*. Póde, porém, usar da violencia, do impeto, da pujança estuante de todas as suas potencias, a Serviço do Senhor, depois que Elle, livre e espontaneamente, operar na sua origem o rito sagrado dos seus divinos mysterios. Então, não será mais o moço que age, mas o Christo que age nelle, consoante a doutrina do Apostolo das Gentes.

Aliás, isto não se dá, apenas, com o moço, mas com todo aquelle que milita na acção catholica. Pois, todos nós continuaremos, sempre, até o fim da vida, um pouco adolescentes. E' o que deprehendemos da bella oração de Sto. Thomaz, que compõe a acção de graças, depois do Santo Sacrificio da Missa:

...“Eu vos peço que esta Communhão não me seja imputada como uma falta digna de castigo, mas que interceda eficazmente, para alcançar o meu perdão; que seja a armadura de minha fé e o escudo de minha bôa vontade; *que me livre dos meus vicios; que apague os meus maus desejos; que mortifique a minha concupiscencia; que aumente em mim a caridade, a paciencia, a humildade, a obediencia e todas as virtudes; que me sirva de firme defesa contra os embustes de todos os meus inimigos, tanto visiveis, como invisiveis; que serene e regule perfeitamente os movimentos, tanto da minha carne como do meu espirito*” ... (Missal Romano Quotidiano, Monsenhor Freitas Barros, pag. 14).

Como vemos, é Sto. Thomaz quem já nos apontou como elemento de fixação de nossa vida interior, como nexos de sua coordenação, como força unificadora, como forma, emfim, de toda nossa vida espiritual, — o

CHRISTO-EUCHARISTICO

“Costumava-se dizer, nos primeiros seculos: pelo baptismo, o Senhor constróe para si um templo

em nossa alma; pelo chrisma, Elle o consagra a si; pela Eucharistia, Elle entra no templo e toma posse delle”. (Paul Vigné, Ecclesia, pg. 132).

Este texto antigo nos mostra quanto preocupava aos primeiros Padres, aos primeiros doutores da Igreja, o conceito social dos sacramentos e, maxime, da Eucharistia. Ora, nenhum outro mais interessante, novamente, para a Igreja, no momento actual, do que este:

“Commungar no Christo é commungar no corpo ecclesiastico, é unirmo-nos pelo Christo a todos os membros do Corpo Mystico, na medida em que elles mesmos estão unidos á Cabeça; por conseguinte, é unirmo-nos aos santos dos céos, á Santissima Virgem, sobretudo, ás almas do Purgatorio, a nossos irmãos da terra, e, muito particularmente, aos que, sob o Christo, são os chefes visiveis do corpo ecclesiastico: ao Papa e aos Bispos. Dahi, a utilidade da communhão para adquirir o espirito, o sentido catholico; dahi tambem a necessidade para os commungantes de por os seus sentimentos, com relação ao proximo, em harmonia com a caridade symbolizada neste sacramento. Somos um pela Eucharistia e somos representados como taes; ora, é preciso não mentir á significação do sacramento, si quizermos recolher os seus fructos. Santo Agostinho, tambem, fazia esta recommendação instante: si quizerdes receber fructuosamente, a Eucharistia, sede primeiro a realidade que ella symboliza, sede unidos á Igreja, sede unidos entre vós, sede o Corpo Mystico de Christo”. (Joseph Anger, La Doctrine du Corpe Mystique de Jésus Christ, d’après les Principes de la Théologie de Saint-Thomas, pag. 180).

A’ luz desta definição, é offuscante a clareza que ganha o conceito de S. S., o Papa Pio XI, sobre a Acção Catholica: “a participação dos leigos no apostolado da hierarchia”. Aliás, é só na communhão no Christo, que se póde conceber a acção catholica. Pois, graças á recepção da Eucharistia é que se estabelece “entre os homens uma unidade mais do que

social e exterior (como a unidade que reina entre os cidadãos de uma nação), mas, uma unidade interior e vital, tão penetrante, tão íntima, que todos não formam sinão um só corpo vivo e organico, do qual o Christo é a Cabeça". (Joseph Anger, ob. cit. pg. 174).

Por outro lado, deflue ainda daquella definição que só a communhão frequente póde gerar em nós um sentido catholico da vida. Quer dizer, só a nossa convivencia com o Christo poderá fazer que, com Elle, e como Elle, sintamos a vida. Noutras palavras: só a Eucharistia nos dotará, por assim dizer, de mais um órgão interior, capaz de reagir, livre e espontaneamente, em face das omissões, das falhas, dos erros, dos relaxamentos moraes, do empanamento, emfim, do brilho da estrella de Belém, no céu do mundo moderno. E ahí tendes o que definimos como liberdade no Christo. Isto é, a reacção immediata e incontrollavel de nosso espirito, em face de tudo o que lése a ordem estabelecida por Deus, no mundo, fonte imperecível do bem, do bello e da verdade. E é nesta liberdade que vemos a qualidade unica, indispensavel, necessaria da alma de todo apostolo. Sem esta independencia no Christo, não poderá haver apostolos, nem a

MOCIDADE NOVA

que precisa e deve salvar o Brasil.

Ao conceito naturalista de liberdade, segundo a carne, a nossa mocidade precisa oppor o conceito de liberdade, segundo o espirito. Dona de seus sentimentos, senhora, na medida do possivel, de seus instinctos, abnegada, heroica, superior, no Christo e pelo Christo — ella será a confusão de todas as que a precederam até aqui.

"Si, depois de recebermos o Christo na Communhão, nós lhe deixarmos todo o poder de agir, Elle dará á nossa vida, pelas inspirações de seu Espirito, aquella orientação estavel para o Pae, á qual se reduz a Santidade. De tal forma que todos os nossos pensamentos, toda nossa actividade se relacionam com a gloria de nosso Pae dos céos". (Le Christ dans Ses Mystères, Columba Marmion, pg. 333).

Não será, por conseguinte, irremovível a inquietação, aparentemente, invencível da adolescência e que, á primeira vista, parece, também, imprestabilizal-a para o apostolado. Ao contrario. Sem querer modificar a natureza, convenhamos em que ella póde ser rectificadã. Aproveitada no bom sentido. Basta, para tal, que Christo se aposse della, pela Eucharistia, e no fundo de sua alma opere o fructo de cada um de seus mysterios.

Quando falamos na necessidade de uma mocidade nova, para um Brasil novo, tratando da Eucharistia e o apostolado dos jovens — é que somos dos que creem que um homem sem patria é parente proximo de um homem sem Deus. E, no momento, cremos não errar, quando affirmamos que o Brasil precisa mais de grandes apóstolos do que de grandes politicos. Precisamos de politicos que creiam na realidade da Igreja, que penetrem a fundo a sua doutrina, que vivam o seu espirito. E esse typo de politico é mais o apóstolo, do que o homem que, entre nós, apenas se preocupa com dirigir a sua actividade, só por dirigil-a, e mais nada.

Ha um instante, na vida dos povos, ém que só a fecundidade da Verdade e o poder creador da vontade geram a paz. E' o momento dos apóstolos. Dos homens que só pensam em servir á Causa que defendem. Dos homens que, sem desprezar os preceitos da prudencia sobrenatural, na ordem activa, como correspondente á caridade, na vida contemplativa, buscam, entretanto, com toda a alma, a moralização sobrenatural de toda a nossa vida.

O nosso paiz vive este instante. Comprehenderam os nossos governos, queremos crêr, a tempo ainda, graças a Deus — que, divorciados do Christo e da lei fundamental de sua cruz, nunca veriam nascer a mocidade nova para a qual a liberdade é synonymo de espiritualidade e esta de mortificação da "concupiscencia da carne, da concupiscencia dos olhos, do orgulho da vida". (S. João, 1.^a Epistola, 2, 16).

CONCLUSÕES

1.^a Conclusão: — Idade da incomprehensão. Idade das crises profundas. Idade da inadaptação. Idade dos Contrastes. Maré montante. Equilibrio instavel. A adolescência é a

idade, por excellencia, para uma intimidade maior com o Christo, na Eucharistia:

- a) — porque o “Christo sempre vivo, — agindo, em silencio, mas, soberanamente, na profundeza intima de nossa alma, para transformal-a n’Elle” (Le Christ dans ses mystères, Columba Marmion, pg. 391) é o unico capaz de amainar a procella, como no lago de Tiberiades, e de andar incolume sobre as ondas de sua natureza, sem arredar o Seu pé do “Caminho Direito”...
- b) — porque “O Christo, não se tendo feito homem, para Si e, sim, para nós, a Eucharistia nos incorporando a Elle, compenetra-nos d’Elle mistura-se comnosco, accomoda-se a nós, aos nossos desejos, ás nossas volições, afim de nos unir cada vez mais a Elle: marca inconfundivel de sua ardente caridade” (Joseph Anger, pg. 175 ob. cit. e Columba Marmion, pg. 393, ob. cit.).
- c) — porque “um dos efeitos da Eucharistia, sendo cumular a alma de suavidade sobrenatural, que a torna prompta e devotada ao serviço de Deus” (Columba Marmion, pag. 391, ob. cit.) — toda aquella turbulencia, toda aquella estuancia de movimento e vibração que caracterizam a adolescencia, como que apenas, traduzem a ansia de encontrar a “fonte dessa piedosa alegria, dessa ingenua, innocente serenidade, que faz o encanto todo de nossos templos e que se encontra no tabernaculo” (v. Le Vrai Visage du Catholicisme. pg. 267, K. Adam.).
- d) — finalmente, porque “A graça propria da Eucharistia, sendo a de entreter em nossa alma a vida divina, fazendo-nos participar do Christo” (Columba Marmion, ob. cit. pg. 394) — encontra a adolescencia no Sacramento do Altar um meio perfeito de deixar a sua personalidade abrir-se, manifestar-se, livremente, porque o Christo de nada se scandaliza e até gosta, tem necessidade de um pouco desse “calor humano”, que tantas

vezes o deleitou quando de sua passagem por este mundo.

2.^a *Conclusão*: — Sem a communhão frequente, não póde haver apostolado. Mas, isto não vale só para a adolescencia. E' principio geral:

- a) — porque a Eucharistia é o remedio divino contra o nosso egoismo individual e colectivo. Ora, si ha alguma idade, em que o egoismo mascarado das mais nobres apparencias, por vezes, se torna até imperceptivel é a adolescencia. E' bem verdade, como diz Mendousse, que a “suprema Contingencia, em sua prodigalidade, para com a natureza humana, inseriu em cada vida individual um periodo, durante o qual todas as determinações podem ser realizadas, digo, podem ser ensaiadas, sem que nenhuma deixe na alma uma impressão definitiva”. Quem, entretanto, milita na Acção Catholica, entre os jovens, conhece os desastres que esse ensaio de determinações, a que se refere Mendousse, produz. O apego a suas opiniões. A hyper-sensibilidade typica da idade, com os seus pruridos vivos de uma vaidade insolita, frequentemente, prejudicam as melhores iniciativas. Ah! a ridicula vaidade litteraria!... Isto, quanto ao egoismo individual. — Agora, muito peor ainda, quanto ao *collectivo*. Que torpeza horrivel, por exemplo, a desse espiritozinho meudo, catador, de certos grupos de jovens, na Acção Catholica, que só encontram perfeição, espirito da Igreja, catholicidade, nas suas obras, nos seus nucleos, no seu estylo social de viver o Christo como si fossem pequeninos burguezes, orgulhosos do seu pharisaismo e suppondo-se “grandes proprietarios” na vida religiosa (v. Esprit et Liberté, Nicolas Berdiaeff, Introduction, pg. 14). Ora, para tudo isto, o unico remedio é a Eucharistia, que nos desprende de nós, nos leva a excedermos a nós mesmos e penetrar melhor o sentido da unidade pessoal do Christo, na multiplicidade das vocações sociaes.

- b) — porque, para construirmos, no tempo, a *Cidade do Senhor*, precisamos conviver com Elle, para conhecer-Lhe os pensamentos, os desejos e os planos de acção. Ora, “a vida que o Christo nos dá pela Communhão é a sua vida *total*, que passa para nossas almas, afim de se tornar o exemplo e a fórmula da nossa, afim de produzir em nós os diversos sentimentos do coração de Jesus, afim de nos fazer imitar todas as virtudes que Elle praticou em seus estados”. (Columba Marmion, ob. cit. pg. 394). Logo, não ha outro meio, sinão a união eucharistica para sondar os planos de Jesus e realizal-os.
- c) — porque, si de accordo com São Paulo, o conhecimento de Christo que devemos annunciar ao mundo, deve possuir a suavidade do odor dos sacrificios — o apóstolo joven, ou, adulto, que não viver, unido ao Christo, na Eucharistia, será, apenas, um “boateiro” do Evangelho e nunca um pregador da Verdade. Serão os falsos prophetas, que São Pedro e São Thiago nos pintam, admiravelmente, como sendo: “fontes sem agua... nuvens agitadas pelo vento em todas as direcções... arvores de outomno, infructiferas... marulhar oceanico, que atira á praia a espuma dos seus erros... estrellas cadentes... aos quaes aguarda a tempestade das trevas, por toda a eternidade”. (2. Pet. 2, 17 — Iud. 12, 13 — cit. de Juan de La Cruz Martinez Gomez, *Que Hay Sobre El Infierno?*)

3.^a *Conclusão*: — a adolescencia, a mocidade nacional, unida ao Christo, pela Eucharistia, salvará o Brasil.

O grande mal do mundo moderno, no dizer de Daniel Rops, é ter perdido a verdadeira noção do peccado. O homem se julga livre porque se esquece do peccado. Satisfaz-se com uma especie de sancção social, para os seus actos e conforma a sua consciencia profunda com essa consciencia superficial, mobilista, quasi nulla. Este é, sem duvida, o signal do “homem velho”. Do hamem que não póde pretender arrançar o nosso paiz do barathro dos seus erros.

Pois, não basta trazer nos lábios a sciencia dos evangelhos, para dizermo-nos christãos. “Não é christão senão aquelle que, mesmo no meio de seus mais graves desvios, conhece sua miseria, se sabe peccador e não se esquece de que uma gotta de sangue foi derramada por elle tambem”. (La Vie Intellectuelle, Rimbaud, Le Drame Spirituel, 25/3/936). Ora, adolescencia nacional, para reintegrar-se no Christo, precisa começar por christianizar a sua sensibilidade de consciencia.

Assim como, pelo exercicio de nossos sentidos physiologicos podemos realizar maravilhas: vendo o que o commum dos homens não vê; ouvindo o que elles não ouvem; sentindo pelo tacto, pelo olfacto e pelo paladar o que elles não sentem. Emfim, assim como, poderemos nos converter em verdadeiras ventosas para o mundo concreto, adaptados á carne, ao corpo do universo. Assim, tambem, poderemos operar maravilhas, si pela ascese espiritual, procurarmos activar em nós a vida dos nossos sentidos moraes. Noutras palavras, si desenvolvermos em nós, a vida, segundo o espirito, como o fazemos, segundo a carne.

E esta é a suprema necessidade do Brasil. Uma mocidade que tenha vida de espirito. Que possua “alma”. Pois, o peso da carne é tal, que quasi o espirito já não se manifesta mais. E, para desenvolver em si, essa vida do espirito, só a Eucharistia. Sem ella, nunca o mundo adquirirá para nós aquella transparencia, aquella diaphaneidade, aquella transluminação, indispensavel á leitura do pensamento de Deus, no fundo das cousas. Ora, tudo, para nós no Brasil, se reduz, apenas, a uma capacidade nossa maior de descobrir no fundo de nossa realidade ambiente, o sentido profundo, da ordem estabelecida por Deus, na realização de nosso destino historico. E, como a revelação dessa ordem só se fará ao “homem novo”, á adolescencia renovada pela graça — o Brasil Novo clama pela sua mocidade nova, pondo nos lábios da sua adolescencia a oração “postcommunio” que a Igreja manda rezar, na Quarta-feira de Paschoa:

“Dignae-vos, Senhor, livrar-nos de todos os restos do homem velho, e fazei com que a participação de vosso augusto sacramento nos confira um novo ser”...

187

O Cântico Espiritual de S. João da Cruz

VERTIDO DO TEXTO CRITICO HESPAÑHOL ADOPTADO
POR DOM CHEVALLIER, MONGE DE SOLESMES

Minhas bemdictas Irmãs Carmelitas Descalças do Carmelo São José, em Petropolis

Sirvamos ao Senhor com alegria.

Quiz a Mãe Santissima, pela vossa nobilissima gentileza, hospedar-me numa dependencia deste Carmelo, que tanto é a casa em que por tres mezes convalescerei, na alma e no corpo, das chagas havidas em meus desditosos recontros pelo nome e a gloria de Deus. Velho Cruzado sem armas e sem trophéus humanos, trazendo a Cruz como espada e gonfalão, cheguei a esta Casa de Nazareth em busca da Paz. Abraçado á gloria de São João da Cruz — o Poeta da Noite — cheguei. E com elle tenho vivido no silencio de uma especie de cella, que a vossa bondade me offertou nesta antiga morada. Em frente á janella, uma pobre e velha arvore — um loureiro — tenta em vão abrir ao sol de Deus suas folhas que a tradição hellenica immortalizou. Coberto deervas más, tristissimo, mergulhado no crepusculo do seu fim, o humilde heroe é o symbolo de um poeta, de alma despojada de gloria, á espera da morte. Tirei-lhe aservas damninhas, que lhe roubavam a seiva, libertei-o da sombra aziaga das parasitas, e espero vel-o resurgir. Delle vos envio, prezadissimas Irmãs, algumas folhas, interpretes do meu desejo da victoria de todas vós nas pugnas espirituaes para a conquista do Amôr. Da serenissima vida do grande Carmelita Descalço, tragovos algumas gottas do mosto vivo, na lembrança da versão portugueza do seu maravilhoso “Cântico Espiritual”, Cântico

dos Canticos da Nova Alliança, resumidamente commentado, quasi inteiramente com palavras delle, tiradas das suas riquissimas “Annotaciones e Declaraciones” mysticas. E’ uma ousadia minha, que se poderá denominar de crime, bem no sei; mas é humilde maneira de amar do peccador, imitar os santos.

Symbolizando, embora, a parasita impenitente que esconde á luz do sol o loureiro immortal, espera o perdão das vossas mãos benignas o

indigno irmão em Nosso Senhor Jesus
Christo,

DURVAL DE MORAES

Villa Nossa Senhora da Saudade, Janeiro de 1934.

ARGUMENTO

A ordem destas canções corresponde ao caminho seguido pela Alma, desde o momento em que começa a servir a Deus até o em que chega ao ultimo estado de perfeição, que é o matrimonio espiritual; e assim nellas se tratam os tres estados ou vias do exercito espiritual, pelas quaes passa a alma até chegar ao dito estado e que são: purgativa, illuminativa e unitiva, e sobre cada uma dellas se declaram propriedades e effeitos particulares. A via purgativa é propria dos principiantes e está contida nas primeiras canções. A via illuminativa se relaciona com os que obtiveram algum adiantamento, e nella se realizam as nupcias espirituaes; della se diz em outras canções. As canções seguintes tratam da via unitiva, que é a dos perfeitos, na qual se effectúa o matrimonio espiritual. As ultimas canções tratam do estado beatifico, unica ambição da alma que alcançou o estado de perfeição.

—o—

A Esposa

— 1 — Aonde te escondeste,
E me deixaste a mim com o meu gemido,
Amôr, cervo celeste?
Após ter-me ferido,
Atrás de ti corri; tinhas partido.

- 2 — Pastores, que subirdes
 Pelos apriscos, que vão ter ao morro,
 Se porventura virdes
 Meu Bem, dá-me soccorro,
 Dizei-lh eque adoço, e peno, e morro.
- 3 — Buscando meus amores,
 Irei por estes montes e ribeiras,
 Alheia ás proprias flores
 E ás féras carniceiras,
 Atravessando fortes e fronteiras.
- 4 — O' bosque frondeante,
 Plantado pela mão do meu Amado,
 O' prado verdejante
 De flores esmaltado,
 Dizei-me se por vós elle ha passado.

Resposta das creaturas

- 5 — Mil graças derramando,
 Passou por estes bosques com presteza.
 As arvores fitando,
 Vestiu a natureza
 Com a luz da sua mystica belleza.

A Esposa

- 6 — Ai! Quem virá curar-me!
 Acaba por ser meu inteiramente.
 Não queiras enviar-me,
 Por mensageiro, um ente
 Que tremulo emmudeça em minha frente.
- 7 — E todos quantos vagam,
 Tuas graças divinas relatando,
 O coração me chagam,
 E me vae acabando
 Um não sei quê que occultam balbuciando.

- 8 — *Vida, como perduras*
Longe do seio em que viver devias,
E sob as flexas duras,
Que em tuas agonias
Julgas serem do Amado as alegrias?
- 9 — *Meu coração chagado*
Por tuas mãos, Amôr, não no curaste.
E, após tel-o roubado,
Assim o abandonaste.
Leva comtigo o roubo que roubaste.
- 10 — *Apaga meus tormentos.*
No mundo ninguém mais póde apagal-os.
Aos meus olhos nevoentos
Dá luz; são teus vassallos.
Sómente para os teus devo guardal-os.
- 10' — *Quero a tua presença,*
Mate-me, embora, a tua formosura.
A espiritual doença
De amôr, somente cura
A presença da amada creatura.
- 11 — *O' fonte crystallina,*
Se em teu claro semblante prateado
A apparição divina
Surgisse: — o olhar do Amado,
Que tenho na minha alma debuxado.

A Esposa

- 12 — *Desvia-o, meu Amado,*
Vou voar do meu sêr.

O Esposo

Pomba, regressa.
O cervo mutilado
Respira, ergue a cabeça
Ao teu voar, sobre a floresta espessa.

A Esposa

- 13 — Meu amado: — as montanhas,
Os solitarios valles nemorosos,
As insulas estranhas,
Os rios sonorosos,
O sibilo dos ares amorosos,
- 14 — A noite socegada,
Como no instante de surgir a aurora,
A musica calada,
A solidão sonora,
A ceia que deleita e que ennamora.
- 15 — Nosso leito florido,
De leoninas covas circumdado,
Em purpura tingido,
Em paz edificado,
De mil escudos de ouro coroados.
- 16 — Decorrem no caminho
As donzellas seguindo o teu perfume,
Ebrias do claro vinho,
Claros do vivo lume,
Exhalações de balsamo no cume.
- 17 — Na interior adega
Do meu Amôr, bebi; quando sahia,
Levava a vista cega,
Do mundo não sabia,
E meu gado perdi, que antes tangia.
- 18 — Alli me deu seu peito
E me ensinou sciencia deleitosa.
Dei-me toda ao Eleito.
Sem nada e venturosa,
Fiz a promessa, alli, de ser-lhe esposa.
- 19 — Fielmente o acompanho,
Sem medir soffrimento ou sacrificio.
Não tenho mais rebanho,
Nem bens nem beneficio.
Amal-O unicamente é meu officio.

- 20 — Se nas praças da vida,
 Não fôr, por vós, pastores, encontrada,
 Direis: — Está perdida.
 Andando ennamorada,
 Perdida ficando, fui achada.
- 21 — De flores e esmeraldas,
 Pelas manhãs suaves, escolhidas,
 Teceremos grinaldas
 Do teu amôr nascidas
 E de um cabelo meu enternecidas.
- 22 — E do sedoso fio
 Que no meu collo esvoaçando viste,
 No meu collo macio
 Prisioneiro cahiste,
 E num dos olhos meus tu te feriste.
- 23 — Quando tu me miravas,
 Teus olhos em meus olhos se imprimiam,
 Por isso me enleavas,
 Por isso mereciam
 Amar os meus o que em teus olhos viam.
- 24 — Não queiras desprezar-me.
 A côr morena que em meu rosto viste,
 Se foi; pódes mirar-me.
 Depois que me miraste,
 Que formosura e graça em mim deixaste.
- 25 — Raposas sequiosas
 Vem caçar; floresce a nossa vinha.
 Enquanto nós, de rosas
 • Juntamos uma pinha,
 Ninguém mais da collina se avizinha.
- 26 — Detém-te norte, morto;
 Vem, austro, que recordas os amores.
 Vem desejar meu horto.
 Exhalem seus olores,
 E o Amado pascerà em meio ás flores.

- 27 — Já penetrou a Esposa
Na suavidade do horto desejado.
E candida repousa,
O collo reclinado
Sobre os braços gentis do Bem-Amado.
- 28 — Da macieira florente,
Alli, á sombra, foste desposada.
Prendi-te a mão tremente
E foste reparada
Onde foi tua mãe violentada.
- 29 — A vós, aves ligeiras,
Leões, veados, gamos saltadores,
Montes, valles, ribeiras,
Aguas, brisas, ardores,
E das noites tormentos veladores,
- 30 — Pelas amenas lyras
E cantos de sereias, vos conjuro
Que cessem vossas iras,
E não toqueis no muro
Para a Esposa dormir somno seguro.

A Esposa

- 31 — O' nymphas da Judéa,
Emquanto sobre flores variadas
O ambar voluteia,
Nos bairros, afastadas,
Ficae, sem traspassar nossas moradas.
- 32 — Occulto, meu Esposo,
Fica olhando as montanhas altaneiras.
Calmo e silencioso,
Contempla as companheiras
Da que transpõe as ilhas estrangeiras.

O Esposo

- 33 — A pomba côr de arminho
Voltou trazendo o ramo desejado.
Pela rola, sozinho,
O companheiro amado,
Nas margens verdejantes foi achado.

- 34 — Em solidão vivia,
 Na solidão, seu ninho construído;
 A' solidão a guia,
 Sozinho, seu querido,
 Também na solidão de amor ferido.

A Esposa

- 35 — Gozemo-nos, Amado,
 Revendo-nos em tua formosura,
 Na montanha e no prado,
 Nascentes de água pura,
 E entremos mais adentro na espessura.
- 36 — E depois ás erguidas
 Cavernas da alta pedra nos iremos,
 Alli bem escondidas;
 Unidos entraremos
 E o mosto das granadas gostaremos.
- 37 — Mostrando-me o sentido
 Daquillo que minha alma pretendia,
 Tua alma, Bem-Querido,
 A Vida me daria
 E aquillo que me deste em outro dia:
- 38 — Aspirar o ar lavado,
 O canto da sonora philomela,
 O bosque bem cuidado
 Na noite pura e bella,
 Com a flamma que consome e não flagella.
- 39 — Ninguem mais a mirava,
 • Aminadab não mais apparecia.
 O cerco socegava
 E da cavallaria
 O rio, em frente ás aguas, descendia.

(Continúa no proximo numero)

Quem é o Autor do Te Deum Laudamus

Padre HELIODORO PIRES.

(Nos dominios da Historia da Liturgia)

A TODOS QUANTOS NO BRASIL CULTIVAM
A LITERATURA LITURGICA

SUMMARIO: — Recordando gestos fidalgos do Emn. Cardeal, de D. Duarte e D. Kruse — Uma lenda a respeito do autor do Te Deum — O silencio de S. Agostinho — Uma liberdade que S. Ambrosio não tomava — As pesquisas de D. Morin e BURN, de Cambridge — Valor dos manuscriptos irlandezes — Um Francisco de Salles do IV Seculo — 10 manuscriptos dos mais antigos — A vida de um Bispo no cyclo de idéas do Te Deum. — Na fronteira de duas civilizações — Nicetas, autor do Te Deum Laudamus.

—o—

O esforço que empreguei para escrever e publicar o livro “Nos Esplendores da Poesia Liturgica” é destes que só se fazem uma vez na vida. Aquelle trabalho de pacientes e demoradissimas pesquisas nos dominios da Historia da Liturgia representa mais de 12 (doze) annos de leituras.

Para escrever os varios capitulos e terminar as consultas bibliographicas tive de encerrar-me durante quasi dez mezes na bibliotheca dos Revmos. Benedictinos de São Paulo. E quanto me era grato trabalhar á sombra daquella alma de eleito que foi o Exmo. Abbade D. M. Kruse!

Como é que o nobre, o santo benedictino, sem que eu lhe expuzesse os pormenores do livro, adivinhou immediatamente meus projectos? E elle abriu-me o mosteiro e a alma como sabem e podem fazer os principes.

Tinha o espirito de um principe aquelle D. Miguel!

O Eminentissimo Cardeal D. Leme, ao saber do plano, assignou 500\$000 para a impressão do livro.

Gesto de um neto de bandeirantes, cuja alma vibrou na terra dos Palmares.

O Metropolita de São Paulo, esta figura de sabio que pelo espirito e pelas virtudes enche o Brasil, teve para com o humilde e desconhecido padre do norte, recentemente chegado a São Paulo o mais lindo dos gestos: abriu o coração e o bolso: assignou tambem 500\$000 para a publicação do trabalho. Serei sempre grato á fidalguia da familia Dr. Macedo Soares naquelles dias.

Passaram-se oito annos; o sentimento de gratidão vibra com a mesma intensidade em meu espirito.

Emin. D. Leme, Exmo. D. Duarte, D. Kruse (que agora já está no céu), muito obrigado!

Depois que o livro saiu á publicidade pude verificar que os eruditos e pesquisadores da Historia da Liturgia haviam chegado a aspectos e conclusões novas em dois problemas dos mais interessantes. Quanto ao *Dies irae*, hoje a opinião de grande numero dos criticos é que não foi Thomas Celano o autor. Tentei resumir a questão no trabalhinho *A Poesia da Igreja no Occidente* (esgotado).

A segunda questão é a que motiva estas annotações: quem é o autor do *Te Deum*?

Em 1928 eu não conhecia ainda a obra *Nicetas of Remesiana, His Life and Works*, escripta por Burn, de Cambridge, (1905), nem o artigo de D. Morin sobre o assumpto numa revista européa em 1894.



O *Te Deum* é o cantico do jubilo, das acclamações da alma christã e da Igreja universal.

Nesta prece, observa Louis Rouzic, (*Les Plus Belles Prières*, tomo II, Lethielleux — 1923.), á falta da quantidade syllabicas, da cadencia medida e regular da rima, encontramos a expressão de um vôo extraordinario da alma, sorte de explosão entusiastica de fé, adoração e amor. Desdobrando-se rythmo livre, esta composição não deixa de ser uma obra prima lyrica. As phrases concisas que se seguem como acclamações vibrantes, em gradação crescente,

elevando a alma cada vez mais alto, enchendo-a de novas emoções mais intensas, fazem pensar nas vagas do oceano que compellem umas as outras para melhormente assegurar a invasão das praias.

O leitor deve conhecer sem duvida as phrases de Joseph de Maistre, no VII entretenimento, a respeito do *Te Deum*:

“Este cantico inimitavel não conserva o mais ligeiro vestigio de meditação e de trabalho; não é uma composição; é uma effusão; é uma poesia ardente que se libertou da metrificação; é um dithyrambo divino em que o enthusiasmo, voando pelas proprias azas, despreza todos os recursos da arte. Duvido que a fé, o amor e o reconhecimento tenham jámais falado linguagem mais verdadeira e mais penetrante”.

*
**

Quem é o autor do *Te Deum*?

Quem foi que transformou os trechos expressivos e lindos do canon da S. Missa no formoso cantico do *Te Deum*?

Nem S. Ambrosio nem S. Agostinho.

As antigas edições do breviario romano inscreviam no *Te Deum: Hymnus sanctorum Ambrosii et Augustini.*

O breviario repetia o sentimento commum que existe desde a idade média.

A mais antiga affirmativa deste sentimento remonta ao fim do seculo VII, affirma um publicista na publicação *La Tunisie Catholique.*

Naquelle tempo eram apontados como autores do *Te Deum* S. Hilario de Poitiers e outros, mas prevaleceram os nomes de S. Ambrosio e S. Agostinho. Presumiam até o conhecimento das circumstancias em que os dois santos haviam composto o cantico.

Na noite do baptismo de Agostinho, quando o neophyto subia da piscina o Bispo Ambrosio havia entoado o *Te Deum Laudamus*; Agostinho continuou e, assim, respondendo um ao outro, haviam improvisado o *Te Deum.*

E' uma lenda; e esta deixa na sombra muitas difficuldades. Esquece, antes de tudo, a testemunha essencial.

O autor das *Confissões* falou em termos commovidos a respeito do seu baptismo, das lagrimas que derramou naquelles dias, da maravilhosa doçura quando escutava os canticos da Igreja. Como é que não escreveu uma só palavra de referencia ao cantico que elle e S. Ambrosio haviam composto?

Pelos fins do IV seculo nas funcções liturgicas não havia mais logar para a livre inspiração prophetica.

Tinham já fixado ou estavam quasi fixos os ritos solemnes; ninguem irá suppor que S. Ambrosio tomasse a liberdade de interromper esses ritos. Tambem não podemos affirmar que S. Ambrosio tivesse a visão dos destinos promettidos a Agostinho.

Continúa o publicista tunisiano: ao evocar nas *Confissões* o acolhimento do Bispo de Milão, Agostinho affirma que S. Ambrosio o recebeu bastante episcopalmente: *satis episcopaliter*.

Ambrosio não previa, sem duvida, que o professor de rhetorica que recebia o baptismo iria tornar-se maior do que elle na consideração dos seculos.

A attribuição do *Te Deum* a S. Ambrosio e a S. Agostinho, quatro seculos depois que o cantico entrára no uso da Igreja, prova simplesmente que o esquecimento havia cahido sobre o nome do verdadeiro autor. Seguiram então a regra commum em casos semelhantes: procuraram os nomes de mais prestigio e relevo.

Quantas obras foram desta maneira attribuidas a Ambrosio e a Agostinho!

O autor seria Nicetas de Remesiana.

A questão da origem, isto é do autor, do *Te Deum* estava aberta ás pesquisas dos eruditos.

Recebera o problema soluções diversas. Em fevereiro de mil oitocentos e noventa e quatro (1894), Dom Morin, em um artigo sensacional da *Revue Benedictine*, reclamava as honras da autoria do *Te Deum* para Nicetas, Bispo de Remesiana pelos fins do quarto seculo na Dacia.

Tão decisivos eram os argumentos de D. Morin que forçaram a adhesão geral dos criticos.

Um scholar de Cambridge, Burn na admiravel edição das obras de Nicetas — *Nicetas of Remesiana, His Life and*

Works — 1905 — iria trazer um supplemento de provas á these de D. Morin.

Esta these repousa sobre um facto capital posto em relevo pelas pesquisas pacientes do erudito beneditino: dez entre os mais antigos manuscriptos do *Te Deum* (muitos dos quaes de origem irlandeza) attribuem este cantico a Nicetas.

Esta affirmação constitue autoridade não só pelo valor proprio destes manuscriptos, como porque é inverosimil que attribuissem o *Te Deum* a um autor totalmente desconhecido: si este autor não fosse designado pela tradicção primitiva, os copistas não teriam inventado o nome de Nicetas.

O argumento adquire força particular quando se trata dos manuscriptos de origem irlandeza.

E' sabido que a Irlanda depois da primeira evangelização passou muito tempo sem communicação com o continente; os manuscriptos de seus mosteiros devem a esta circumstancia terem conservado intactas as tradições do V seculo.

O que sabemos da vida de Nicetas leva-nos a acceitar o testemunho dos manuscriptos.

O que se sabe a respeito de Nicetas.

Nicetas era bispo de Remesiana no fim do IV seculo.

Remesiana, hoje aldeia servia Bela-Palanka, entre Nish e Pirot, era uma das estações da grande estrada militar de *Singidunum* (Belgrado) a Constantinopla.

Fóra destas paginas breves nada conheceríamos de Nicetas si elle não tivesse viajado.

Veu a Roma pelo menos duas vezes, em 398 e em 402.

Nas duas excursões dirigiu-se a Campania e chegou a Nola; ia venerar o santo que ali vivia.

Paulino, personagem consular, homem extremamente rico, abandonára a vida da sociedade, construiu uma basilica a S. Felix, e os christãos iam a Nola afim de venerar Paulino, um Francisco de Salles do IV seculo.

Das grandes figuras da christandade que naquelle tempo visitavam a Italia, muitas dirigiam-se a Nola; tambem Nicetas fez esta romaria.

E Paulino, que era poeta, dedicou a Nicetas dois poemas, um em 398 e outro em 402, exactamente nas visitas do bispo de Remesiana.

Pelos poemas de Paulino sabemos alguma coisa da actividade de Nicetas.

Este levava ás regiões dos barbaros a lingua, a civilização e a paz dos romanos.

Nicetas consagrara-se até mesmo á conversão dos faisca-
dores de ouro nas montanhas de sua região.

Na cidade episcopal Nicetas ensina os fieis a celebrar o Salvador em seus canticos.

E até mesmo durante a viagem, no proprio navio que o conduz ao seio do rebanho espiritual, Nicetas ensina os marinheiros a cantar hymnos... e os monstros marinhos escutam o *Amen: Audient amen tremefacta cete...*

Depois de janeiro de 402 e dos ultimos adeuses de Nola, nada mais sabemos a respeito de Nicetas.

Até os ultimos dias teve de trabalhar e soffrer no meio das guerras que devastavam a Dacia.

Quando elle morreu o povo da região o venerou como um santo.

O Bispo de Remesiana, observa o publicista, não podia ser senão um bispo missionario.

Quasi todos os bispos do IV seculo são de certo modo bispos missionarios mesmo no interior do Imperio Romano, mesmo quando o Christianismo já affirmára suas conquistas. Dava-se o mesmo e com razão maior naquella fronteira do Imperio, em que as duas civilizações, a grega e a latina, eram assediadas de dois modos pelos barbaros, pela violencia e pela infiltração.

Na posição em que se encontrou, Nicetas conheceu perfeitamente as duas civilizações.

Sabe o grego quando na Igreja latina já começavam a ignorar-o, lacuna que vae crescer e cavar um fosso entre as duas metades do Christianismo, fosso que até hoje não desapareceu.

Nicetas está collocado nos confins da civilização; sabe o grego, cita S. Basilio, inspira-se nas instrucções das celebres *Catecheses*, de S. Cyrillo de Jerusalem.

Suas preocupações porém, não são as de um litterato, mas de um bispo missionario, de um catechista.

O pouco que nos ficou de sua obra mostra-nos um Pastor preocupado em formar as ovelhas.

Elle prepara para o baptismo os catechumenos: artigo por

artigo explica-lhes o symbolo. Na leitura de suas instrucções comprehendemos o testemunho de Gennadio autor do livro *De viris illustribus*: a palavra de Nicetas era simples e clara, qualidade muito rara entre os oradores do tempo.

Elle exhorta os fieis a frequentar os officios; enaltece os beneficios do canto liturgico; regula com detalhes precisos a execução das funcções liturgicas para o povo.

Naquelle evo as ondas barbaras submergiam o imperio. O Occidente esqueceu-se de Nicetas, e até mesmo do nome de sua cidade episcopal.

Alguns manuscriptos de martyrologios confundem Remesiana (civitas romatiana) e Roma.

O nome de Nicetas chegou deste modo a figurar em listas dos papas do primeiro seculo.

Quanto aos fragmentos de sua obra foram attribuidos parte a S. Agostinho, parte a S. Ambrosio, parte a Niceto de Treves.

Estava reservado á erudição de nosso tempo restituir a Nicetas sua personalidade e seus escriptos, restituir-lhe, em particular, a obra prima que a liturgia lhe deve: o *Te Deum Laudamus*.

Já vimos que os mais antigos manuscriptos lhe attribuiam o celebre cantico liturgico.

Ora a vida do piedoso bispo nol-o mostra, por assim dizer, enquadrado no cyclo de idéas do *Te Deum*: expôr com simplicidade a fé em Deus, na Trindade, no Christo, e foi este o trabalho do bispo missionario e sua actividade de catechista.

Passou a vida ensinando o symbolo. E que é o *Te Deum*, senão um symbolo cantado? Sabemos ainda principalmente pelos trabalhos do mesmo Nicetas *De Psalmodiae Bono*, e *De Vigiliis*, e tambem pelo testemunho de Paulino de Nola, que o zeloso Pastor de Remesiana preocupava-se em afervorar a piedade de seu povo pelo canto liturgico. Ao lado do testemunho dos manuscriptos, estas verificações corroboram-n'o, e emprestam-lhe força comprobativa.

O amigo de Paulino, cuja piedade e sciencia eram admiradas pelo solitario de Nola, está bem no caso de ter escripto o *Te Deum Laudamus*. A exposição do publicista tunisiano é aqui apresentada com escrupulo.

A Hypertrophía Urbana

JENNER BARRETO BASTOS

(da 5.^a série da Faculdade de Direito da Bahia)

(Conclusão)

VIDA NATURAL

O campo está mais protegido do nocivo artificialismo da civilização.

Esta, a civilização, é, sem duvida, um inestimavel bem para a humanidade. Mas, como todas as obras humanas, tem também os seus excessos que são os germens da sua propria destruição. O homem é um ser sempre sujeito a elles. Perseguido por um *mal de origem* a sua posição mais frequente, — perpetua condição humana, é o desequilibrio.

Os excessos da civilização constituem indiscutivel contingente para o tão prejudicial artificialismo da vida urbana. O homem, passando além da medida, deixa de utilizar a sua valiosa intelligencia na defesa e no melhoramento da vida, — o que seria justo, — para descambar nos excessos, utilizando-a em artificiosos requintamentos, prejudiciaes ao equilibrio do espirito e á saude do corpo e claramente violentadores da natureza.

Vejamos o que delles escreve Carton num dos seus excellentes livros em capitulo intitulado “La tuberculose maladie de civilisation”.

“Entre as taras originadas dos excessos de civilização, as affecções microbianas agudas e chronicas se encontram entre as mais angustiantes sancções expiatorias. Se reinasse uma mais exacta concepção das causas de apparição e das razões de sua diffusão muitos soffrimentos humanos seriam

evitados. Então, não se procuraria mais remedios chimericos, não mais se esbanjaria tempo e dinheiro em trabalhos utopicos, apanhar-se-ia o mal na sua raiz, nos erros de conducta humana, e ao mesmo tempo se obteria não só deter os flagellos morbidos como tambem a permanencia da saúde phisica e moral.

As affecções microbianas, com effeito, nascem, antes de tudo, das destruições da resistencia operadas pelos habitos, pelas violações das leis naturaes que commettem sem cessar a maioria dos humanos. E' a alimentação viciosa, toxica e superexcitante, a hygiene falseada, sem bases naturaes, os abusos do commercio e da industria, o máu uso das riquezas, o conforto excessivo, a sedentariedade, a falta de freio das paixões que deterioram os orgãos, esgotam as forças vitales e cream no homem a aptidão infecciosa (Obra cit. p. 117-118).

E adiante accrescenta o mesmo autor "nada demonstra melhor a importancia do terreno na propagação da tuberculose do que o estudo de sua disseminação, tão differente da cidade para o campo ou ainda de um povo civilizado para um povo ainda jovem".

E' uma verdade trivial verificar que a vida de ar livre e de alimentação simplificada e natural que levam os camponeses, bastante afastados dos centros urbanos, constitue a melhor garantia contra a tuberculose.

E que, ao contrario, na grande cidade em que reinam o alcoolismo, o abuso de alimentação de industria e de carne, a casinhola e o trabalho de officina e de escriptorio, a tuberculose se dissemina com facilidade. Da mesma fórma, cada vez que uma collectividade vive em estado natural e se conduz com simplicidade, ella ignora a maior parte dos flagellos infecciosos que róem os civilizados; e cada vez que os civilizados penetram entre estes povos e lhes levam os seus vicios alimentares (alcool, abuso de carne, de assucares, fumo, etc.) e seus habitos de commercio intensivo e de industria desmesurados, immediatamente a tuberculose se espalha — (obra cit. p. 119).

E continúa: "Todo ser que abandona as condições naturaes de existencia (regimen puro e vivificante, exercicio ao ar livre) se entrega á degenerescencia e á infecção. Isto se passa entre os homens como entre os animaes". "Os bois

selvagens de Madagascar e das stepes argentinas são indenes de tuberculose. A domesticação a faz apparecer e se torna mais frequente e mais grave nos rebanhos submettidos á estabulação prolongada do que naquelles que passam toda a sua existencia em semi-liberdade nos pastos.

“A tuberculose é para o homem uma consequencia da civilização” como escreveu o proprio Calmette. (Revue d’Hygiène et Police Sanitaire, Agosto 1921). Ainda escreve o Dr. Carton: “Um de nossos amigos, que viveu muito tempo nas colonias, nos contou recentemente que nunca havia verificado um só caso de tuberculose entre os indigenas que vivem nas aldeias situadas em pleno sertão africano, bastante affastados por conseguinte dos centros de vida civilizada. E o que prova que é a vida natural, pacifica e simples que é a razão desta immunitade, é que alguns destes indigenas reingressos nas aldeias depois de ter sido arregimentados na Europa e depois ter sido reformados por tuberculose incuravel, della se restabeleciam perfeitamente e contra toda verosimilhança ao ponto de poder fazer todos os trimestres, sem fadiga apparente, dez dias de marcha para vir receber a sua pensão, no posto militar.

Sabemos igualmente que casos analogos de cura incrível de tuberculose entre os indigenas reformados e reingressos nos seus lares, bastante afastados dos pontos civilizados, teem sido verificados na Indo-China, (p. 129-130, idem).

A estes mesmos excessos de civilização é que se refere o higienista brasileiro Fontenelle quando escreve: “Não é difficil pôr á mostra alguns dos estigmas da multiforme degeneração do homem civilizado, tão completa e magistralmente estudada por Francis Heckel. Sem pretender entrar em minucias, a tal respeito, convém assignalar, embora por alto, alguns factos que attestam esta desgraça humana. A decadencia corporal se traduz em paramorfias variadas. São bem conhecidas as inversões diametraes e volumetricas entre o thorax e o abdomen, fazendo o homem civilizado passar do typo thoraxico ao typo abdominal, isto é — em vez do peito saliente e do abdomen chato, o thorax reintrante e o ventre abahulado. O pescoço estreita-se lamentavelmente, chegando ao exaggero do “pescoço de cisne”, que as mulheres tanto parecem presar, e que é indicio indiscutivel de debilidade, se não já, talvez, de tuberculização. A insufficiencia dos mus-

culos dorso-lombares explica a inclinação da parte superior do corpo para deante, tal como se vê no geral da gente das cidades. Como estigmas da *decadencia visceral*, ou antes, *funcional*, não se póde deixar de assignalar desde logo, a insuficiencia nervosa, com diminuição do tono que estimula todas as outras funcções, cuja alteração, por sua vez, tão inconvenientemente retroage sobre o proprio systema nervoso: esses circulos viciosos são muito commumente encontrados na pathologia.

Todas as funcções dependem da intervenção do systema nervoso: o psychismo, a motricidade voluntaria e reflexa, e toda a vida vegetativa, esta ultima largamente influenciada pelas infinitas ramificações do systema vaso-sympathico. Dahi, perturbações da circulação, das secreções, da nutrição, da sensibilidade, da tonicidade muscular e da motricidade. O aparelho digestivo é fortemente victimado pela insuficiencia nervosa, demonstrando variadas perturbações puramente funcionaes, sem lesão material, englobadamente conhecidas com o nome de neurasthenia digestiva. No dominio, circulatorio ainda é maior talvez, o descalabro devido ao desequilibrio somato-psychico. A arterio-esclerose e a hypertensão sanguinea dominam por completo a pathologia do adulto e quer se considere uma secundaria á outra, ou vice-versa, de nenhum modo se póde deixar de reconhecer o quanto dependem da *sedentariade da vida moderna*, caracterizada pela defeituosa circulação.

Das 24 horas do homem moderno, passa elle 10 sentado, 8 deitado e o resto de pé, a curtos intervallos, sem grandes movimentos. Disso decorre a degeneração do funcionamento cardiaco, a diminuição da potencia do coração, o infartamento das visceras, o accrescimo de resistencia capillar, o augmento da tensão sanguinea e a degeneração dos vasos, com a esclerose e friabilidade das arterias e com a formação de dilatações varicosas das veias. Tal é a gente da cidade.

De outro lado, expressa-se tambem a decadencia psychica com as manifestações de tristeza, de indiferença, de melancolia, de tedio de viver e, sobretudo, de hyperemotividade. Esta ultima, aggravada, cria temores, fobias, verdadeiras nevroses de angustias. Entre nós, infelizmente, tudo isso se crystaliza numa personificação de pessimismo, de pusilanimidade, de preguiça, de egoismo, de sensitividade e, porque

não dizel-o, de apagamento da vontade, exigindo estimulantes chimicos viciosos, tudo a contrastar, em evidencia com a fortaleza de animo, a ousadia, o destemor e a confiança no futuro, de que deram tanta prova nossos antepassados Bandeirantes.

Muito naturalmente, portanto, na esphera collectiva torna-se facil perceber-se a degeneração social da communi-
dade, expressada, por exemplo, na desordem politica, na falta de direcção, no excesso de functionalismo, no aproveitamento descommedido das posições e na mediocrização de todo o povo. O homem moderno é, assim, um desequilibrado. E tanto será mais necessario procurar o justo equilibrio somato-psychico, arrancando nosso corpo ao abandono em que tem vivido e fazendo a educação physica volver ao nivel em que a collocaram os antigos, fortes de espirito mas sadios de corpo. (J. J. Fontenelle, Compendio de Hygiene, 4.^a edição 1932, Rio, p. 603-604).

Deixei, de proposito, falar quicá demasiadamente os especialistas sobre as incalculaveis desgraças organicas provenientes dos excessos de civilização.

Muito mais se poderia dizer e sob muitos outros aspectos. A vida cosmopolita e nomade que as grandes metropoles modernas occasionam, sacrificou uma incalculavel riqueza espiritual. Ella seccionou o homem do seu ambiente, de sua gente, de sua tradição. Destruiu portanto a sua originalidade e o seu modo de ser proprio. Fez delle um ser sem ligacões sentimentaes, um aventureiro vagabundo, um desenraizado. Este é o miseravel homem que Barrès focalizou, creio eu, no seu "Deracinés", este o "maniacó" de "olfato perverso para as mais radicaes ideologias" que Papini genialmente fez viver na figura symbolica de "Gog".

Agora é tempo de concluir em favor da vida campesina. Ella está livre de todos os males originarios de um artificialismo exaggerado. Nella se dá um contacto directo entre o homem e a natureza que é sem duvida um contacto salutar. Este contacto fórma uma tempera mais dominadora e mais audaciosa e plasma uma resistencia mais teimosa e mais confiante. O viver campestre está mais de accordo com a natureza. Nelle não acham poisada os males e vicios decorrentes da pernicioso "vida nocturna" amolecedora da vontade e esbanjadora da energia natural. O campesino deita-se

quando se põe o sol e levanta-se quando se levanta a aurora. E' amigo da luz, amigo da ordem natural que tambem é luz. Qual formoso girasol enamorado do céu, vive impregnado de um encantador heliotropismo que lhe dá saude e alegria. Aproveitador da bôa luz do dia que Deus lhe dá de graça, é obediente ao convite da natureza quando a noite lhe acena ao repouso.

E assim, nesta docilidade ás lições da natureza, forma-se tambem uma alma simples e um coração afinado ás harmonias da criação e ao sentido sagrado de existencia. E é por isso que a terra está ligada intimamente com os valores moraes da familia, da tradição e da religião.

O espirito domestico, — fundamental para a vida de um povo —, encontra no campo o ambiente mais propicio para o seu desenvolvimento. E isto se dá principalmente quando a familia está radicada a uma propriedade territorial que, fornecendo a base economica indispensavel para a sua estabilidade, representa, ao mesmo tempo, um valor moral de inestimavel preço. Porque nella se reflecte a personalidade dos que já se foram pelo trabalho que elles conseguiram lhe incorporar em vida. E nella se ha de transmittir aos filhos uma marca da propria personalidade, um sinete representando o esforço laborioso e o poder creador de cada um.

Indispensavel e primordial como factor puramente economico, e portanto *condição sine qua non* do commercio e da industria, — o trabalho rural possui um significado espiritual profundo. Não ha quem duvide de que o campo é a base physica da existencia humana e de que, da terra dependem todos os homens. O velho Castilho já escrevia: — “Difficilmente encontraremos com objecto que, no todo ou em grande parte, não devesse o seu ser á industria agricola”. (A. F. de Castilho, “A Felicidade pela Agricultura”, p. 18). “A verdadeira riqueza economica, escreve de sua parte o sociologo patricio Tristão de Athayde, é baseada no trabalho humano da terra, com os seus fructos lentos e demorados, filhos de um esforço que se mede, se toca de perto e, portanto, se ama e se perpetua”. (Tristão de Athayde, Introduccão á Eco. Mod., p. 47). Este mesmo escriptor, da riqueza especulativa, ao contrario, diz que é “perigosa e fluctuante, dissolvente para a alma dos povos e nociva”. (obra cit. p. 47, 2.^a edição).

Julgamos, portanto, bastante esclarecida a preferencia que a vida campestre deve merecer.

Mas com isso não queremos negar a necessidade dos centros citadinos.

Digamos antes com Castilho.

“Longe de nós o insensato pensamento de negarmos ás cidades a sua importancia! Abaixo das chóças aldeanas, nada mais nobre que as cidades, nada, que as Leis mais devessem favorecer, depois dos campos. Os metaes preciosos, de que uma invenção profunda, e quasi inspirada compoz, porque assim o digamos, o sangue que devia circular por todo o corpo social necessitavam, como o sangue no coração de cada individuo, deposito amplo e energico, para onde confluíssem de toda parte, e que outra vez por toda parte deramasse. A cidade foi o coração do paiz agricola, e centro unitivo de sua vida. (Obra cit. p. 19). O que affirmamos porém, é que a cidade deve obedecer a uma medida e a uma proporção, a uma regra e a um plano; e que este, deve entrosar-se harmonicamente na vida geral do paiz.

Aliás devemos assignalar que o problema da applicação destas normas está hoje sob um dos seus aspectos collocado em condições inteiramente novas, em condições bem mais propicias. Apontámos atrás como uma das influencias que mais contribuíram para a hypertrophia urbana, a necessidade de concentração que a technica economica da machina a vapor exigia.

Ella constituia portanto uma grande difficuldade á descentralização. “Ora, com a passagem da machina a vapor para a electricidade essa difficuldade technica desapareceu e hoje em dia, cada dona de casa já póde ter em sua machina de costura um pequenino motor de $1\frac{1}{4}$ de cavallo, que é uma pequena maravilha de technica industrial, e que lhe permite beneficiar das vantagens da machina sem deixar o seu lar e os filhos sob a sua guarda.

— A electricidade, transmittindo a força motriz a grandes distancias e levando-a a cada casa, bem como o progresso das invenções mechanicas, adaptando a machina ao homem, vieram ambas realizar um passo immenso no sentido da economia humana, e domestica”.

(Tristão de Athayde Politica 1.^a edição p. 228-229).

Vêde tambem a este respeito todo o capitulo: “O pro-

blema Economico no Brasil” da obra acima citada, e mais Anhaia Mello “Novos subsidios para a Regulamentação dos Serviços de Utilidade Publica”. (Obra citada por Miguel Beale, na p. 73, do seu “Capitalismo Internacional”).

“O cuidado de se tornar a existencia agradavel nos centros agrarios”, (Organização Nacional, p. 183), como preconizou Alberto Torres, é hoje portanto tarefa perfeitamente realizavel. E é seguramente o meio mais efficaz de impedir que a cidade exhorbite de sua verdadeira funcção. Para deter as populações no campo, para fazer que elle seja desejado e procurado pelos citadinos é indispensavel levar-lhe os reaes progressos da civilização, mas que elles sejam levados, com todas as suas vantagens e isentos de todos os seus vicios.

Para finalizar este nosso modesto estudo sobre a hypertrophia urbana damos abaixo algumas das nossas conclusões geraes:

1.º) — As cidades correspondem a necessidades *permanentes*: a) — como centros directores do governo e administração; b) — como centros economicos principalmente de distribuição; c) — como centros de cultura.

2.º) — Afim de que as cidades não se desviem da sua verdadeira funcção, é necessario: a) — que correspondam a necessidades reaes do paiz ou região, isto é, que não tenham origem exclusivamente artificial e sem ligação com a zona de que vivem e a que devem servir; b) — que obedecam a um plano e a um limite que attendam no maximo não só á sua funcção peculiar como ás condições e finalidades proprias de toda e qualquer cidade; c) — que a população da zona rural por ella servida esteja para a sua população, como a regra está para a excepção.

3.º) — Para que possa haver relativo equilibrio entre a cidade e o campo é preciso: a) — collocar ao serviço deste as vantagens actuaes das cidades: iluminação, canalização, transportes rapidos, prevenções hygienicas, instrucção, etc.; b) — organizar a economia em sentido que permita uma distribuição perfeitamente racional dos centros de vida.

Em torno da imprensa catholica na Bahia

ANTONIO OSMAR GOMES

A situação actual da imprensa catholica na Bahia, se não é de extraordinario desenvolvimento, como sincera e ardentemente a desejaríamos, não deixa, comtudo, de se nos apresentar firme, perseverante e mesmo evolutiva atravez dos seus órgãos constitutivos.

Aqui, como alhures, soffre ella a guerra tremenda desencadeada pelo espirito do mundo que, por todos os meios possiveis, lhe procura cercear a accção benefica, no maldito afan de lhe não permittir progressos nem victorias. E' a classica lucta da mentira contra a verdade, aquella, armada das seduccões, de vantagens e gozos immediatos que a humana fraqueza acceita e prestigia, para o seu proprio mal; e esta, reflexo, essencia da lei divina, fóra da qual não ha felicidade completa, não ha vida perfeita. E, sendo a Igreja de Christo a depositaria genuina e unica propagadora autorizada da verdade contida nessa lei de Deus, contra ella é que se volvem furiosas todas as potencias do mal, unidas e obedecendo a um commando só, isto é, á voz de Satanaz, pois, segundo a veneravel palavra de S. Santidade o Papa Pio XI, "quando se trata de combater mais violentamente a Igreja de Christo, vemos que, dando treguas a discordias intestinas, cerram fileiras num só exercito, e unidos (os filhos deste seculo) trabalham com todas as forças por levar a effeito o commum intento". (Enc. "Quadragesimo Anno").

No sector da imprensa é assim tambem, e nem assim poderia deixar de ser, uma vez que se trata de um dos mais importantes campos de accção, onde se travam os mais renhidos embates entre o bem e o mal.

A sociedade moderna, esta sociedade que se procura desviar de Deus e, por isto mesmo, se torna cada vez mais pervertida e perversa, avassalada pelo egoismo, em transigencias de toda a especie; a sociedade moderna se vae utilizando das mais bellas conquistas da civilização e da intelligencia humana, para a sua obra nefanda de ruina e de morte.

A imprensa, este genial invento de Gutenberg, lhe está nas mãos, utilizada, brandida, a tôrto e a direito, qual poderoso camartello infernal de destruição.

Ora é a accção a descoberto dos livros e jornaes corrompidos e corruptores, atirados á publicidade, impunemente, senão até prestigiados, não somente pela preferencia dos espiritos incautos, fracos ou indefezos, como tambem pelos governos tolerantes ou sectarios. Invoca-se, para essa tolerancia, um falso principio de liberdade irrestricta, causa sempre de incalculaveis males sociaes, pois enquanto se affirma que a imprensa é “o unico recurso prompto e certo contra os maus”, ou se diz, como Sieys, que “não ha liberdade sem a da imprensa”, ou ainda como Royer Collard, que “a imprensa ainda mais que uma necessidade politica, é uma necessidade social”, ou, emfim, como ouvimos constantemente dizer que “a imprensa é a garantia de todas as garantias” e que “a civilização, extincto o jornalismo, nos daria a impressão de um como fim do mundo”; por outro lado, Pitt, o eminente estadista inglez, entende que “a imprensa deve tocar o encargo de se corrigir a si propria”, assim como entende o nosso grande Ruy Barbosa que “não ha, para qualquer sociedade, maior desgraça que a de uma imprensa deteriorada, servilizada, ou mercantilizada”. (“A Imprensa e o Dever da Verdade — Conferencia, Bahia, 1920).

Ora é a actuação desta coisa absurda, chamada geralmente de “imprensa neutra”, como se houvesse possivel neutralidade entre a mentira e a verdade; esta imprensa que S. Eminencia o Cardeal Dom Sebastião Leme chama de “má imprensa” e da qual diz que “são para temer ainda mais os que não atacam directamente a religião e a moral. Fazendo-o, soffreriam logo a repulsa do povo catholico. Mais perigosos se nos afiguram, pois, os que diplomaticamente vão abusando da nossa ingenuidade. O veneno, elles o ministram em dosagem acautelada, aromatizando a minuscula poção

com a flor de laranja de uma interrogação, uma reticencia. Preferem outros a conspiração do silencio, arma insidiosa que manejam até em insignificantes reportagens de factos sociaes. Taes hypocritas causam maiores ruinas religiosas do que os insultos brutaes dos escriptores francamente perversos”.

Entre nós, tudo isso se verifica, talvez até com caracteristicos mais accentuados, por uma questão de meio e de indole, o que aliás não deverá de forma alguma contribuir para que se nos entibie o animo e se nos afroixem as convicções não só na defesa dos principios eternos de nossa Santa Religião, como tambem na tarefa que nos cabe, a nós todos, catholicos de acção, de diffundil-a tanto quanto nos permittam as nossas forças, pela graça de Deus e para a Sua maior honra e gloria.

Assis o entende o nosso Amado Pastor, este esclarecido espirito e grande coração, todo entregue aos trabalhos da vinha do Senhor; assim o entende elle, o Sr. Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, S. Excia. o Sr. Dom Augusto Alvaro da Silva. E por assim o entender, D. Augusto, apenas chegado a esta abençoada terra, para succeder ao saudoso e não menos querido Prelado, Sr. Dom Jeronymo Thomé da Silva, viu logo a necessidade inadiavel, premente, da fundação de um jornal que fosse ao encontro das aspirações do publico ledor, pelo caminho recto da verdade, em todas as suas manifestações, desde a mais simples reportagem local até ao editorial mais substancioso, visando-se em tudo tão sómente o saneamento social, a prophylaxia das consciencias, pela salutar applicação do remedio eterno da palavra do Mestre nos ensinamentos de sua doutrina salvadora.

Sob esse santo influxo, surgiu a “Era Nova”, orgão diario da imprensa local e que é, ao mesmo tempo, um dos attestados mais frizantes da ferrea tenacidade, da inquebrantavel força de vontade, apanagio da fé immensa que anima ao espirito do nosso Antistite nas luctas constantes pelo bem das almas que, em bôa hora, fôram confiadas aos seus paternaes cuidados. O que tem sido, nestes sete annos, de sacrificios e abnegações, a vida da “Era Nova”, só Deus o sabe, pois assim o tem permittido, nos seus impenetraveis designios. Hostilidades surgem de onde só se deveriam esperar senão auxilios materiaes, ao menos conforto moral, pois nos proprios

arraiaes catholicos a indifferença, esta maldicta e nunca assaz condemnavel indifferença dos “commodistas” catholicos, se manifesta a cada momento e a todo proposito. Mas nem por isto ou talvez por isto mesmo, “Era Nova” jámais deixou o campo da lucta e, se actualmente se acha com a publicação suspensa em virtude dos grandes reparos pelos quaes estão passando a sua machinaria e os materiaes annexos, a sua direcção promette fazel-a reaparecer o mais breve possivel, sempre fiel no seu programma de defender a Igreja e educar o povo dentro da doutrina christã, para “a restauração moral da sociedade, atravez da formação de caracteres sãos — unica fôrça de construcção social”. (“Era Nova”, n.º 1887 — 5/6/1935).

De circulação mais restricta, pela razão mesma da sua finalidade dogmatica, é a “Revista Ecclesiastica”, órgão official da Provincia Ecclesiastica da Bahia e da Diocese de Aracajú, já em seu 27.º anno de publicação, sob a direcção redaccional do Revmo. Conego Annibal L. Matta, sacerdote e jornalista dos mais ardorosos e denodados.

Publicação mui recente desta Archidiocese é o hebdomadario “Boletim da Acção Catholica”, cujos fins estão claramente denunciados em seu proprio titulo, obedecendo á efficiente direcção do brilhante intellectual catholico Dr. Thales de Azevedo e sob a assistencia ecclesiastica do Revmo. Conego Edmundo Carneiro, consummado orador sacro, que tem o dom de prender os auditorios de sua palavra evangelizadora.

São esses os órgãos de publicidade periodica aqui mantidos pelo Clero secular.

Dentre as Ordens religiosas, é a dos Franciscanos Menores a que, em nosso meio, occupa o primeiro lugar no periodismo catholico. Ha 37 annos, os Filhos do Pobresinho de Assis, desta Cidade do Salvador mandam para os quatro cantos do Brasil o seu conhecido quinzenario “Mensageiro da Fé”, ininterruptamente semeando por toda a parte a bôa semente do Evangelho de Christo, através da collaboração litteraria, poetica e religiosa, doutrinaria e deleitavel, das pennas mais dexteras do nosso mundo intellectual catholico. Delles tambem é o delicioso jornalzinho quinzenal “O Amigo da Infancia”, redigido expressamente para a intelligencia dos jovens, que em suas columnas encontram o deleite

espiritual de uma leitura sã e edificante, para os preservar do veneno lethal das leituras mundanas. O programma desse pequenino jornal, que já conta dezoito annos de existencia, está calcado nestas palavras do Divino Mestre: “Deixae vir a mim os pequeninos, e não os embarceis; porque dos taes é o reino de Deus”. (S. Luc. C. XVIII-16).

Ainda dos Religiosos Franciscanos, da Bahia, é o popular “Almanack do Mensageiro da Fé”, que editam ha 22 annos, ao qual nenhuma outra publicação congenere, em nosso paiz, supera, tal o esmero de sua feitura, sob todos os pontos de vista, cada anno mais aprimorada e melhor apresentada.

Mas não cessa ahi, embora muito apreciavel já o seja, a actividade franciscana nos arraiaes de nossa imprensa catholica. Ha 9 annos já que elles publicam mensalmente a bem feita revista mensal de doze paginas, intitulada “Orbe Sera-phico”, mais dedicada aos assumptos que dizem respeito á Ordem Terceira; do mesmo modo, o “Anuario das Missões Franciscanas”, por elles aqui editado tambem ha nove annos, trata tão somente da sua grande obra missionaria entre os povos, tornando-a cada vez mais conhecida e estimada dos homens de bôa vontade, grangeando assim novos elementos de assistencia material e de vida espiritual.

Em seguida, são os abnegados Filhos de São João Bosco que se nos apresentam com a sua revista mensal “Echos”, que acaba de vencer o seu undecimo anno, como órgão do Lyceu Salesiano do Salvador. As suas 38 paginas são bem os “echos” alviçareiros da abençoada tarefa desses infatigaveis obreiros do Senhor, que obedecem fielmente e vão dando a maxima amplitude possivel aos ideaes altamente realizadores que fizeram do excelso fundador da Obra Salesiana este homem extraordinariamente grande, que, faz pouco tempo ainda, a Igreja santificou para a gloria dos altares e veneração dos fieis.

De publicação menos regular, mas nem por isto menos efficiente em sua alta finalidade, é a volumosa revista “Pharol”, órgão da Academia “Ruy Barbosa”, do Gymnasio N. S. das Victorias, dirigida pelos alumnos do Collegio, sob a orientação immediata dos modelares educadores catholicos, os Irmãos Maristas.

Por fim, cumpre-nos salientar, nesta desataviada enumeração que vimos fazendo do que é realmente, na actuali-

dade, a imprensa representativa do Catholicismo na Bahia, uma pequena revista mensal, que já conta nove annos de effectiva publicação, modestamente intitulada como sendo "A Pequenina Semente". Dirige-a o Revmo. Pe. Anisio Esteves, tendo como gerente M. A. Souza, sob o patrocínio da Congregação da Doutrina Christã da Archidiocese da Bahia.

"Pequenina Semente" é o seu nome; propagar a doutrina christã é o seu fim. Aos espiritos superficiaes parecerá, talvez, que um nome tal não caiba bem num tal fim. Nós outros, porém, sabemos que é das sementes pequeninas que provêem, muitas vezes, as arvores gigantes das florestas immensas.

E a semente da palavra de Deus é pequenina, é simples, e há muita gente até que chega á insensatez maldicta de consideral-a desprezível, incapaz de brotar, crescer e fructificar.

E' esta semente que a bôa imprensa semeia e que, infelizmente, a maior parte das vezes, cõe em terreno safáro, hostil, onde não póde medrar, onde não póde causar os beneficios enormes que encerra na sua apparente pequenez.

E' a semente da Verdade divina que a imprensa catholica, aqui como acolá, na Bahia como em toda a parte, distribue nas escolas, nos lares, na sociedade, entre as camadas populares como no seio das elites intellectuaes, sem distincões nem preferencias, sem proventos materiaes nem intuitos inconfessaveis, mas só e só para que os corações se elevem para Deus e o Seu reinado de Paz se estabeleça, pleno na terra, entre os homens de bôa vontade.

Cairú

(Conferencia pronunciada no Instituto Nacional de Musica, sob o patrocínio do Ministro da Educação, em 23 de Outubro de 1936, pelo Sr. Alceu Amoroso Lima).

Nasceu José da Silva Lisboa em pleno seculo XVIII, isto é, no fim de uma civilização. E empreendeu a sua vida publica, no inicio do seculo XIX, isto é, no começo de outra civilização. Projecta-se, portanto, sua figura gigantesca entre dois mundos. E a imagem permittiria mesmo tres interpretações: — na historia universal, na historia brasileira e na historia de sua propria vida individual.

Figura da *historia universal*, elle o foi porque em sua intelligencia, em sua vida e em sua obra, podemos estudar essa transição de uma vertente da historia para outra, separadas pelo vertice da Revolução Franceza. E no dia em que sua obra puder ser conhecida nos grandes meios cultos, surgirá sem duvida o historiador ou o sociologo que estudem a historia da sociedade, nesse periodo, pela historia do nosso immenso Cairú.

Na *historia de nossa terra*, é tambem Silva Lisboa o homem a cavalleiro sobre dois mundos, a Colonia e o Imperio ou, como elle o dizia, o “systema colonial” e o “systema liberal”●

Tambem na *historia de sua vida*, foi elle o homem de dois mundos, pois foi tão profundamente europeu como americano, tão cioso até certo tempo da união do Brasil com Portugal, quanto, depois da politica recolonizadora das Côrtes de Lisboa, campeão do “Imperio do Equador”, como elle appellidava a nossa patria independente.

Esse o homem que, a 16 de Julho de 1756, nascia na ci-

dade do Salvador, onde fez seus primeiros estudos, revelando-se desde logo de uma prodigiosa precocidade. Filho de pae portuguez, architecto de profissão (Henrique da Silva Lisboa) e de mãe bahiana (D. Helena Nunes de Jesus) tinha tambem, em seu sangue, a herança de dois mundos. E desde tenra idade revelou o que teria por toda a vida — uma fome illimitada de cultura, que se estendia tanto em profundidade como em extensão. Aos oito annos já conhecia bem a propria grammatica latina, e dedicava-se ao estudo da philosophia, sob a direcção dos Carmelitas bahianos. E, para revelar a multiplicidade do seu genio em flôr, cultivava a musica e chegou mesmo a tocar piano! Era o menino prodigio, que em breve iria revelar-se tambem o adolescente e o moço prodigiosos. Pois, vendo os dotes excepcionaes do filho, deliberou o pae mandal-o para Coimbra, onde então se ia formar a fina flor dessa intelligencia brasileira, que fundou o Imperio e fundaria tambem nossa Cultura superior. Ultimados em Lisboa, com o famoso professor Pedro José da Fonseca, seus estudos de humanidades — que foram extremamente solidos como veremos e modelaram maravilhosamente o seu engenho, para a vida intensa que iria ter por mais de meio seculo no Brasil — ingressou, o joven Silva Lisboa, nos cursos juridico e philosophico da velha e gloriosa Universidade, em 1774, isto é, apenas com 18 annos de idade. Como o fizesse contra a vontade do Pae, que o destinava á carreira ecclesiastica, cortou-lhe esse a mesada e teve o moço bahiano de ensinar para estudar! (1) Começava a vida sem nada, inteiramente só! Como que a Providencia assim o deixava para que melhor pudesse pôr á prova a capacidade e a coragem desse brasileirinho imberbe e sem vintem, que meio seculo mais tarde seria um dos homens mais poderosos do Imperio brasileiro.

Começava então nova phase de seus estudos, desses estudos que nunca abandonaria até morrer e que iam fazer desse homem excepcional o Patriarcha da Cultura, no Brasil. O estudo do direito e da philosophia, emprehendidos a fundo, numa universidade em que os lentes se gabavam em Congregação de que — “os Soberanos punham Mestres nas Academias para ensinar o difficil, pois que o facil cada um aprendia

(1) — A. DO VALLE CABRAL. Vida e Escriptos de José da Silva Lisboa. Rio, 1881, pagina 57.

em sua casa" (2) — os estudos das materias basicas do seu duplo curso não o impediram de proseguir no cultivo dessas humanidades classicas que o iam em breve tornar uma autoridade no assumpto. Como era visceralmente religioso e empenhado em aprofundar os seus conhecimentos das Sagradas Escripuras, não ficou apenas no latim, que desde creança cultivava. Passou-se ao grego e mesmo ao hebraico. E em pouco tempo, com o vigor de intelligencia que possuia, assenhoureou-se de tal modo dessas duas linguas difficilimas que ainda estudante teve a audacia de entrar em concurso na propria Universidade, para lente dessas materias e, aos vinte e dois annos, conquistava brilhantemente a cadeira! Se tivermos em mente o rigor dos estudos classicos em Coimbra e, nessa época, dos estudos em geral — pois a phrase que ha pouco divulguei era de um professor de mathematica — veremos que o feito do nosso joven bahiano foi realmente assombroso! E prenunciava o homem immenso que iria ser por toda a vida.

Alumno e lente cathedratico ao mesmo tempo, numa Universidade! A quantos terá succedido identica aventura? Que eu saiba, a ninguem. Um anno mais tarde, com 23 annos de idade, recebia Lisboa o seu duplo gráo de bacharel em direito e em philosophia. E partia para a capital portugueza com o intuito de ingressar na magistratura. Pungiram-lhe, porém, os espinhos da nostalgia. Quasi meio seculo mais tarde, tentando descrever em um de seus melhores livros o que é o amor, não só da grande patria mas do nosso pequenino "torrão da naturalidade", como o diz, traça um quadro psychologico em que sentimos reviverem os sentimentos que o levaram a trocar as ribas do Tejo e tudo o que lhe promettiam de risonho, pelas margens da Bahia de Todos os Santos. — "Ninguém ignora", escrevia elle, em 1819, "a força deste amor (do pequenino torrão natal), com especialidade na ausencia; elle é tanto mais vivo e produz saudade intensa, quanto a distancia é maior e ha menos esperanças de retorno. Sem duvida tal amor é um sentimento complexo, pela associação das idéas, não só de nossos paes, parentes, amigos, conterraneos, mas tambem das coisas inanimadas, com as quaes nos habituamos a viver e a contemplar e que tem sido a fonte dos nossos mais puros, communs e innocentes prazeres, como os fructos

(2) — *Annaes do Senado* — Sess. 26-5-1830.

da terra, montes, valles, bemfeitorias rusticas e urbanas, etc.. A imaginação nos apresenta, dia e noite, os seus retratos em magnificas perspectivas, que frequentemente exaggeramos em conversação com os estranhos quando louvamos as suas vantagens. A natureza é a que nos profundou nos corações este sentimento". (3).

Não estamos revendo, nessa commovida elegia encastoadada num severo tratado de Moral Civica, o nosso brasileiro, em conversa com os collegas á beira do Mondego ou pelas vielas tortas da velha Lisboa, a gabar os sitios e os homens e as casas e os ares da sua Bahia longinqua? E não estamos vendo como as saudades de sua Bahia o tocavam de novo para o Brasil, fazendo-lhe abandonar os projectos de uma carreira brilhante, facil, como lente de Coimbra que já era, como magistrado, que seria em breve sem maior esforço, dada a fama immensa que já levava do seu curso excepcional da Universidade? Ah! se Cairú fosse apenas esse "aulico consumado", como tão injustamente o chama um grande historiador moderno, (4), que oportunidade para chegar-se á Côrte de D. Maria I e fazer a vida palaciana dos aulicos e cortezãos!

Era, porém, de outra tempera muito diversa o nosso menino prodigio. As saudades do Reconcavo punham-lhe o coração de vinte annos e em breve dizia adeus, de bordo de uma caravella, á Torre de Belém, para em pouco saudar, commovido e esperançoso, o forte de Santo Antonio da Barra na entrada da sua saudosa São Salvador.

Voltava á patria, para ganhar a vida. E por vinte annos ia lutar duramente, bravamente contra ella, mas sem outros recursos que não os que lhe vinham do seu trabalho, para sustentar não só a si mas á familia que em pouco fundava e onde por quatorze annos, cada anno, mais uma boquinha ia pedir o pão de cada dia. Bem quizera continuar apenas professor, dedicar-se apenas aos seus amados estudos, se bem que já voltasse com a intenção de dedicar-se á agricultura. (4.^a) Mas

(3) — JOSÉ DA SILVA LISBOA (Visconde de Cairú). Constituição Moral e Deveres do Cidadão. Rio — 1825, parte III, pags. 31/32.

(4) — TOBIAS MONTEIRO. Historia do Imperio. Vol. 1.^o A elaboração da Independencia — Rio — 1933, pag. 65.

(4-A) — "Os seus designios de se applicar á agricultura o farão sem duvida recommendavel". Trecho da carta de Martinho de Mello e Castro ao Marquez de Valença, que Cairú trouxe consigo ao voltar á Bahia, depois de terminados os estudos e divulgada por Rodolpho Garcia (*Varnhagem*, Historia Geral do Brasil, 2.^a ed., t. V, pag. 15, nota 33).

o grego que ia ensinar por cinco annos, em cadeira que foi o primeiro a professar no Brasil e a philosophia racional e moral para que foi nomeado pela Real Mesa Censoria da Bahia — não lhe dariam o sufficiente para manter a grande familia que fundou. E teve então de dedicar-se á advocacia. Com que magua o contaria, logo no anno seguinte á sua chegada, ao seu amigo Domingos Vandelli, director do Jardim Botânico de Lisboa.

— “Eu tenho já mais de uma vez representado a V. S. a situação opprimida a que me reduziu, nestas terras, a dureza da minha sorte. Obrigado a ganhar a minha subsistencia de mendiga advocacia, vida pouco analoga á constituição do meu genio, era preciso que desamparasse inteiramente os estudos philosophicos, para me ir perder nos profundos abysmos das minucias e formalidades das intrigas forenses, o que demandava muitas applicações e pratica de negocios deste genero, que faziam incompativeis meditações sobre coisas de outro porte”. (5).

Aos vinte e cinco annos de idade começava assim a luta pela vida e sentia o gosto amargo, que cada um de nós bem conhece, do abandono dos estudos mais queridos pelas necessidades do ganha pão. Até hontem, a vida dedicada exclusivamente á delicia de aprender e de ensinar, ao gozo da intelligencia pura e da phantasia, — nos terrenos da philosophia, da philologia classica, do direito, da exegese, da musica; hoje, as intrigas judiarias, a lida com os meirinhos, o trato com os juizes, as lutas com as partes, toda essa cozinha forense que tem afastado para sempre, da advocacia, tantos e tantos que nella ingressaram cheios de illusões.

O drama de Silva Lisboa na Bahia Colonial, ia ser o de todos os que começam a vida, mas, passado, vejam bem, entre um homem de cultura muito superior á dos melhores do seu tempo e que hoje não encontraria porventura igual em nosso meio intellectual e um ambiente miseravel como seria o da velha metropole decahida. A realidade era bem diversa do quadro que a saudade lhe pintava no coração, quando ausente.

O povo, indolente e festeiro, “O povo da Bahia”, escrevia na preciosa carta já citada, “é de um caracter pacifico e docil;

(5) — In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXXII. Rio — 1914. pags. 494 e segs.

as desgraças publicas o fazem gemer, mas não blasphemar. Inclinados aos prazeres, são enervados em o corpo e espirito. Delle se não podem presumir nem confiar empresas que necessitem de assiduidades penosas e esforços de braços. Havendo carne barata no açougue, farinha abundante nos caes e liberdade dos seus divertimentos e das suas favorecidas danças, o magistrado póde bem descansar e qualquer ronda da policia á noite previne as desordens que na Bahia não são muitas". (6).

Se da parte do povo miudo essa indolencia era a regra, da parte do povo graúdo o que dominava era a vaidade. Da tropa de linha, diz elle — “se se costumasse vencer inimigos com a riqueza luzida dos uniformes não haveria no mundo tropa mais respeitavel nem mais invencivel”. (7).

E não é menos sarcastico com o bello sexo de sua terra. “Nenhuma mulher, a não concorrerem simultaneamente as qualidades de ser extremamente pobre e de tal idade que não tenha já esperanza de tirar algum partido deste mundo, não se resolve a sahir a pé de dia... O ornato feminil é excessivo e rico, porém de máu gosto; consta de muita sêda, muito galão de ouro; apresentam-se como taboletas carregadas de ouro e ainda com a indecencia nauseosa (como vêm, minhas senhoras, razão tinha Salomão para dizer que nada ha de novo debaixo do sol...) de uma camisa bordada, que lhes deixa ver o peito todo, indignidade que comtudo não offende os olhos das gentes do paiz, porque são muito aferrados aos costumes barbaros dos antigos indigenas”. (8). E veja-se bem que elle fala das “minhas senhoras patricias” e não das classicas “bahianas” de ébano, hoje quasi que reduzidas a bonecas de panno para turistas...

Não vamos, porém, encontrar nesse documento precioso do inicio da vida pratica de Cairú, apenas informações pittorescas e pertinazes sobre a Bahia Colonial e seus costumes. Vamos vêr tambem um outro aspecto do seu espirito, que revela o novo rumo que iam tomar os seus estudos, nessa ansia de tudo saber que por toda a vida o dominou — o interesse pelas coisas economicas, que, como vimos, já trazia de Portugal e reflectia o ambiente do seculo. O relatorio que ahi faz da situação do trabalho na Bahia, dos seus productos

(6) — Ibid., pag. 506.

(7) — Ibid., pag. 498.

(8) — Ibid., pag. 505.

principaes, especialmente do algodão e da canna, de cujo cultivo traça um quadro magistral; do trafico de escravos, cuja deshumanidade salienta, mostrando-se já o anti-escravagista que ia ser por toda a vida; e de tudo o que interessa á vida agricola desse centro da economia brasileira — tudo isso já revela o grande economista “en herbe”, que trinta annos mais tarde se affirmaria como o fundador da sociologia economica brasileira.

Em pouco mais de um anno, o humanista, o professor de grego e hebraico, o philosopho, o jurista, a despeito da sua “mendiga advocacia”, que lhe tomava o tempo e a paciencia, já se revelava perfeitamente enfronhado em tudo o que dizia respeito á vida economica da Colonia. A plasticidade da intelligencia lhe era tão extraordinaria quanto o vigor e a capacidade de penetração.

Ia então começar, para Cairú, o que podemos chamar — o periodo de incubação. Por cêrca de vinte annos, de 1781, data do inicio de sua vida pratica, a 1797, data da sua nova viagem ao velho Reino, não ha noticia de sua carreira. Foram os annos em que fundou familia e trabalhou com afinco para sustentá-la.

Não se apressava em publicar coisa alguma. Accumulava saber e experiencia; observava a realidade da Colonia; acompanhava de longe os acontecimentos do mundo. E que acontecimentos! Nada mais nada menos do que a Revolução Franceza, o fim de uma civilização no continente europeu: a Revolução Industrial ingleza, o inicio de outra civilização; a morte de Pombal (1782), fim de toda uma época historica do absolutismo; a Inconfidencia Mineira, os prodromos da nossa Independencia! O silencio, a pacatez, a monotonia, da vida bahiana, dividida entre o fóro, as aulas, o templo e a sua bibliotheca — eram interrompidos, de longe em longe, pelos écos que lhe vinham de fóra, de acontecimentos que abalavam o mundo e que as tardas charruas ou as lestras caravellas, com dois mezes ou mais de atrazo, traziam ao conhecimento desse homem ardente e severo, que amadurecia no anonymato, armazenando em sua prodigiosa memoria a maior somma de saber do seu tempo.

Aos quarenta e um annos volta então a Portugal, para obter a sua jubilação como professor regio. Levava comsigo os originaes de uma obra inedita, sobre assumpto inteiramente

te virgem na bibliographia portugueza e que revelava o primeiro fructo dos longos annos de estudo e meditação, nas horas livres de sua absorvente advocacia bahiana — o “Direito Mercantil”. Com a publicação, em 1798, do primeiro tratado, que se occupa com o “Seguro Maritimo”, impoz-se Silva Lisboa, de um momento para outro, á attenção dos seus contemporaneos. Era, para a época, uma obra de extrema originalidade (9), e chegou a servir por muitos annos de Codigo Commercial. (10).

Antes, porém, de apparecer o seu grande livro, voltava á sua Bahia, para nunca mais rever as plagas portuguezas onde passara os primeiros annos de sua formação intellectual superior.

Ia começar, então, a terceira parte de sua vida — a do serviço publico e da elaboração da obra intellectual. Vinha occupar, na Bahia, o logar de deputado e Secretario da Mesa de Inspeção. As funcções que competiam a essa instituição eram as de fiscalização e superintendencia de tudo o que dissesse respeito á vida economica da região, que era, sem duvida, sob esse ponto de vista, a mais importante de toda a Colonia. E pelo testemunho de toda a Mesa de Inspeção sabemos que o cargo não lhe foi uma sinecura. Entregou-se a elle com o ardor extremo que sempre, em toda a sua vida dedicou a todas as tarefas que empreendeu. (11).

Esse homem de gabinete, mettido nos livros, escrevendo

(9) — “Cabe (a José da Silva Lisboa) incontestavelmente, o direito de haver sido o seu fundador (do direito mercantil) em Portugal e no Brasil. Foi o tratado que elle escreveu, o primeiro que se publicou na lingua portugueza”. (J. M. PEREIRA DA SILVA. Os varões illustres do Brasil, durante os tempos coloniaes. 2.^a ed. Rio — 1863. T. II, pag. 176).

(10) — “Como obra unica no genero, em lingua vernacula, servia na época de Codigo Commercial”. (CANDIDO MENDES — *pref. aos* “Principios de Direito Mercantil”, de Silva Lisboa, 6.^a ed., Rio, 1874, pag. VII).

(11) — “Attestamos que o Bacharel José da Silva Lisboa, deputado secretario desta Mesa, por criação nova e provimento de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, tomou posse deste logar a 23 de Julho de 1798 e tem servido constantemente com muita honra e zelo do Real Serviço e Fazenda, carregando com todo o oneroso exterior expediente da Agricultura, Commercio e Arrecadação dos Reaes direitos, que estão a cargo desta Mesa, fiscalizando a arrecadação e remessa dos fardos da Real Derrama do Contracto da India, Direitos Reaes dos escravos de Angola, Benguela, novo imposto do algodão, tendo além disto feito serviços extraordinarios na viagem ao Reconcavo desta Cidade, determinada por Ordem Regia, cujo resultado mereceu a Real approvação: propondo em Mesa frequentemente varios melhoramentos a beneficio da lavoura e trafico do paiz e com especialidade o que pertence ao dito algodão que está em progresso, sem que tenha requerido ajudas de custo, percebendo aliás o modico ordenado de quatrocentos mil réis de Inspector, com tenues emolumentos annexos á Secretaria. Pelo que se faz digno de toda a graça que S. A. R. fôr servido fazer-lhe. Bahia, 25 de Fevereiro de 1805. — José da Motta Azevedo. Antonio Fructuoso de Menezes Doria. Manoel Marques da Silva, Silvestre José da Silva, José Domingues.” (Documento manuscrito, existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro).

tratados de direito commercial e lendo os classicos, que sabia de cór, citando a cada passo versos inteiros de Lucrecio, Juvenal, Virgilio, Horacio, etc., e estudando avidamente a nova sciencia economica que surgira, na França e na Inglaterra, — esse homem, que aos vinte annos ensinava hebraico e aos quarenta elaborava um Codigo Commercial, revela-se de um momento para outro um homem de acção, um administrador, um inspector acabado de usinas, um conselheiro financeiro a quem mais tarde, em 1816, o seu amigo Antonio de Araujo, Conde da Barca, iria consultar sobre o problema da moeda no Brasil. (12).

Ardente, desinteressado, pratico, avido de progresso e não saudosista e anachronico, como falsamente o descrevem seus inimigos, (13) apaixonado pelas realidades positivas tanto quanto pelas especulações metaphysicas — eis como vemos Silva Lisboa nesses annos com que se vae findando o periodo colonial e em que elle, como que providencialmente, se prepara para ser um dos fundadores do Imperio independente.

Sacrifica aos seus encargos publicos os seus interesses particulares, pondo em pratica a maxima com que annos mais tarde, no Senado, iria definir lapidariamente o civismo — “a principal virtude civica é o constante habito de fazer cada individuo o sacrificio do seu interesse particular ao interesse publico”. (14).

Por dois lustros, dos quarenta e dois aos cincoenta e dois annos de idade, preencheu assim o primeiro cargo publico que occupou e em que serviu á sua patria.

Nelle ia enconral-o o Principe Regente quando em Janeiro de 1808 aportou á Bahia. Quatro annos antes, em 1804, publicara o segundo dos seus livros, os “Principios de Economia Politica”, em que se mostrava discipulo entusiasta e vulgarizador das idéas de Adam Smith.

Era Silva Lisboa, como vimos, um homem, entre dois

(12) — “Parecer acerca das moedas de Portugal e Brasil”, 1816. Nesse parecer, que existe em manuscrito no Instituto Historico (numero 13.397, cat. Exp.), sustenta que — “pelos genuinos principios da Economia Politica, os Estados não podem alterar o valor das moedas”... e mais que — “a peça de 6\$400 deve ser, a meu ver a nossa virgem pura”...

(13) — “Nada de retrogradar para o caduco systema prohibitivo de liberdade de commercio. Temos os olhos na frente para ser a nossa vista prospectiva e não retrospectiva” (*Annaes do Senado*. Sess. 20-7-1826). “E' inutil e indecente fazer-se agora a censura do passado; o meu systema é prospectivo e não retrospectivo”. (*Annaes do Senado*. Sess. 26-9-1830).

(14) — *Annaes do Senado*. Sess. 5-7-1826.

mundos. E a *psychologia* de sua cultura também reflectia esse character de sua *personalidade*. Formado na mais solida cultura classica era ao mesmo tempo avido de todas as novidades literarias.

Em seus livros, em seus *periodicos*, em seus discursos, vemos a cada *passo* citações de livros apparecidos pouco antes e sempre lidos, está se vendo, nunca pela rama mas a fundo. Devia possuir uma enorme bibliotheca e seleccionada, cada anno enriquecida por tudo o que sahia dos prelos inglezes, francezes, italianos, hespanhoes, portuguezes, norte-americanos e traducções do que ia vindo a lume na Allemanha, na Austria e mesmo na Russia, como a obra do economista Storch, de que era grande apreciador! Era realmente, para o seu tempo uma encyclopedia viva e bem avisado andou o nosso governo dando o nome do grande brasileiro, ao Instituto que visa elaborar a primeira Encyclopedia brasileira.

Até os ultimos annos de sua vida, timbrou sempre em estar ao par da cultura universal mais moderna. Respondendo certa vez, no Senado, com quasi oitenta annos de idade, ao joven e escandaloso Martiniano de Alencar, liberal exaltado e portanto seu adversario que, — embora dizendo respeitar — “muito as luzes do nobre Senador e até mesmo (apreciar) muito a firmeza do seu character, sempre decisivo em suas deliberações, sem capitular com o tempo nem as circumstancias”, — accusava com flagrante injustiça — “sua literatura, posto que vasta, (mas que) quando muito poderia ser propria para o seculo passado até 1789”, — poude em resposta, o nosso grande e então já olympico Cairú, fulminar o irreverente antagonista, dizendo-lhe — “Bem que eu seja mais de septuagenario e nutrido á leitura dos antigos grandes mestres da Humanidade, comtudo (vaidade á parte) creio que, em literatura moderna, pelo menos estou ao par de quem mal ostenta seu verdor de annos e cujos talentos admiro mas não invejo”. (15).

A resposta não teve contradita, nem poderia tel-a. Pois o velho Cairú, já quasi octogenario, continuava tão ao par da literatura moderna, como quando se embebia da literatura de Adam Smith, de Hume, de Franklin, de Bentham, de Burke, de tudo quanto na Europa se publicava em materia economico-social, historica e juridica.

(15) — *Annaes do Senado*. Sess. 23-5-1832.

A sciencia nova, porém, a Economia Politica, que era a grande revelação intellectual do seculo, essa é que Silva Lisboa mais avidamente assimilava nesses ultimos annos que precederam a chegada da Familia Real ao Brasil.

Não ia, porém, ser um simples divulgador de sciencia alheia. Certo, as grandes theses de Adam Smith, que lhe haviam sido reveladas, na Bahia, em 1796, pelo nosso grande dictionarista Moraes e Silva (15.^a), foram aquellas em que ia assentar os fundamentos de suas obras, desde o que dellas já continha o “Direito Mercantil” até o primeiro volume sobre a materia em 1804 e sobretudo a sua grande obra “Estudos do Bem Commum e Economia Politica”, publicada em 1819, e, que, a meu ver, não tendo o renome do “Direito Mercantil”, é obra que de muito se avanta a esta, e possui até hoje importancia consideravel.

Na impossibilidade de analyzar devidamente essa grande obra, seja-me permittido apenas, para provar a actualidade das idéas economicas de Cairú e, de outro lado, a sua autonomia em face de seu mestre Adam Smith, relembrar um traço essencial de sua theoria da producção *economica*. Haviam os physiocratas collocado a *terra* como elemento capital da producção. Veiu Adam Smith e accentuou o elemento *trabalho*. E com o manchesterianismo, o *capital* é que passou de facto a ser considerado como elemento basico da producção.

Pois bem, o nosso grande Cairú, no seu tratado de 1819, mencionando embora a acção de cada um desses elementos, dá sobre todos elles a preeminencia a outro factor que só modernamente, depois da luta entre o socialismo e o liberalismo de todo o seculo XIX, é que viria a ser destacado — a *Intelligencia*. “Nestes Estudos, escreve elle, fiz particular empenho de examinar um dos mais importantes problemas de Economia Politica, indicado por Smith, logo na introducção da sua obra, mas não desenvolvido por elle, nem até o presente, pelos seguintes economistas, sendo aliás de uma consequencia que vae além de todo calculo, a saber: “se para a riqueza e prosperidade das nações mais contribue, e em que proporções, a quantidade do trabalho ou a quantidade da intelligencia”...

(15-A) — Adam Smith, “que assi mesmo excitou a electricidade luminosa, não menos que energica, que a sua probidade e zelo das coisas do nosso Augusto Soberano e do bem publico, fez resplandecer em escriptos bem pensados e bem falados”. Carta de Moraes e Silva, datada do Engenho Novo de Muribeca, Pernambuco, 23-9-1813, cit. por Rodolpho Garcia, op. cit., nota 32.

Intento mostrar que o officio do Economista deve ser, não o carregar a Sociedade de trabalhos mecanicos, braçaes e penosos, mas inquirir os efficazes meios de os aliviar indefinidamente... Se todos os governos se convencessem que a Intelligencia, nas operações da Sociedade, é *quasi tudo* para o acerto e influxo na boa ordem dos povos e na riqueza e potencia dos Estados, — seriam incessantemente desvelados na Educação Nacional, para propagar as luzes das Artes e Sciencias, que habilitem a todas as classes á util cooperação social... Esta theoria é com especialidade interessante nesta parte do Mundo Novo... Cumpre-lhes pois adquirir superiores forças intellectuaes, para usarem mais do *imperio do animo* que do *serviço do corpo*". (16).

Esse texto memoravel, tão novo para sua época em que Silva Lisboa revelava o largo vôo do seu talento sociologico, não apenas divulgador mas creador, poderia ser hoje subscrito pelos mais modrenos economistas. Basta dizer que a theoria do dominio do factor intellectual, na producção, é o nervo da mais moderna das doutrinas economicas, a "technocracia" baseada na *racionalização* da economia. Cairú é o precursor de Ford, de Taylor, de Stackhanoff, a um seculo de distancia! E o Brasil, até hontem, lhe dera apenas o nome a um becco da capital...

A visão economica de Silva Lisbôa antecipou-se de um seculo. Elle não foi, como a alguns pôde parecer, o pae do individualismo economico no Brasil. Como aliás não o foi Adam Smith em relação ao liberalismo economico mundial. Adam Smith foi uma figura singular, de pesquisador original, que até hoje se mantem isolado no portico da economia contemporanea. Invocam-no, como patrono, as escolas e os temperamentos mais contrarios. Mas o que fica de sua figura é realmente qualquer coisa de extremamente complexo, em que se destaca a importancia capital do *trabalho* e da *liberdade*, na organização da economia. Os liberaes Mancheste-rianos só quizeram ver nelle a *liberdade*. Os socialistas, o *trabalho*. E o resultado foi deformarem a figura do velho patriarcha.

(16) — SILVA LISBOA. Estudos do Bem Commum e Economia Politica. Rio. 1819. t. 1. paginas XII/XIII: — "Quanto maior fôr a intelligencia mais energica será a sua industria e mais productivo o seu trabalho" (ibid., pag. 161); e ainda o "Ensaio economico sobre o influxo da intelligencia humana na riqueza e prosperidade das nações", publicação posthuma na revista "Guanabara". Rio — 1851 t. 1, pags. 41/51.

Silva Lisboa não se deixou levar por nenhum desses exaggeros unilateraes. E se bem que tenha acreditado demais nas possibilidades immediatas da Economia Politica como sciencia, (17), quando um seculo mais tarde os economistas ainda affirmam que a sciencia economica apenas engatinha, — o facto é que o nosso grande Cairú tirou de Adam Smith e de seu proprio engenho, um systema economico que se funda no *trabalho* e na *liberdade*, mas governados ambos pela *intelligencia* e pela *justiça social*. Hoje, como ha um seculo, o essencial de suas idéas póde ser subscripto por qualquer homem de Estado, por qualquer economista, por qualquer sociologo, ao par dos mais modernos ensinamentos da sciencia, dos mais exigentes preceitos de moral e dos mais altos interesses do bem commum.

Nada de mais contrario por exemplo ao espirito e á letra do systema economico definitivo de Cairú, do que o “laissez-faire, laissez-passer”, dos physiocratas, (18) tão avidamente assimilado pelo capitalismo burguez. Cairú não repudiava, de modo algum, a justa intervenção do Estado, em materia economica. Entre os sete deveres fundamentaes que elle attribuia ao Governo, inclue o seguinte: — “Dirigir com circumspecção a Industria Nacional para aquelles ramos que são evidentemente de maior e constante interesse do Estado, com especialidade para o que mais contribuir á sua segurança, afim de que o interesse egoistico ou immoral, dos individuos, não prevaleça á Causa Publica”. (19).

Podemos ver em Cairú, menos o precursor da economia liberal, do que o da economia dirigida para o bem da sociedade. Pois se bem que em todos os seus escriptos se tivesse tornado o campeão do “systema liberal” contra o “systema colonial”, isto é, da liberdade de commercio e industria contra os privilegios e monopolios do mercantilismo, anteriormente dominante — nunca deixou de mostrar que a lei mo-

(17) — Até o fim da vida conservou Cairú a sua crença inabalavel na Economia Politica, que as illusões da lua de mel com a nova sciencia lhe faziam crêr inabalavel: — “Regulo-me pelos principios da sciencia economica”, dizia elle no Senado, poucos annos antes de morrer, — “evidencia dos factos e não por prejuizos do vulgo” — *Annaes do Senado* — Sess. 28-9-1830).

(18) — “Ninguem mais do que eu ama a racional e varonil liberdade politica e economica; mas sempre a considero subordinada ao interesse nacional” (*Annaes do Senado*. Sess. 1-81826); “Nenhum direito é illimitado na sociedade, todos são coarctados pelo interesse do Estado... Em todos os codigos dos Governos regulares observamos saudaveis restricções do direito de propiedade e seu traspasse por contracto” (*Annaes do Senado*. Sess. 1-7-1826).

(19) — “*Constituição Moral*”, op. cit., parte III, pag. 24.

ral governa a vida economica e que o interesse individual deve sempre curvar-se ás exigencias do interesse collectivo. “Quando em um Estado”, escreve no seu periodico “Imperio do Equador”, que em 1822 ia publicar no Rio, em favor da independencia brasileira, — “prevalece o egoismo nos corpos e individuos, cada um não cuida senão na coisa privada e não na causa publica, isto é, no interesse e bem de todos. Este vicio capital se tem visto em todos os Estados corruptos, qualquer que seja a sua constituição”. (20). E sempre que se trata do direito de propriedade, se bem que o patrocine com ardor, como base de toda ordem social justa, não deixa de mostrar, com a mais pura doutrina orthodoxa, que esse direito é limitado pelas exigencias do interesse social.

“Muito respeitavel é o direito de propriedade”, dizia elle no Senado em 1826. “Sem a sua inviolabilidade não ha estímulo do trabalho, nem interesse de produzir e accumular os fructos da industria, sem o que é impossivel vasta e progressiva propriedade; mas nenhum individuo póde reclamar o *seu* de um modo inteiro, absoluto e sem restricção, porque toda propriedade só se fórma, mantém e accumula pela instituição de Governo, que assegura por lei e força publica a posse de qualquer coisa a seu dono e. portanto, com razão se póde dizer que qualquer propriedade, em grande parte, é a obra do mesmo governo e, em consequencia, deve ser subordinada ao interesse da commuidade”. (21)

Palavras lapidares que contêm, até hoje, a mais perfeita das definições do direito de propriedade.

Longe, pois, de ter ido beber em Adam Smith, durante esses annos de preparação intellectual na Bahia, uma doutrina de illimitado individualismo, o que Silva Lisboa elaborava era o mais orthodoxo dos systemas economicos, tanto em face das exigencias moraes como das exigencias nacionaes.

Para estas o que sobresahia no momento e aquillo em que Silva Lisboa instituiu com certo exaggero sem duvida, desde as paginas do “Direito Mercantil” até as do seu primeiro compendio de “Economia Politica”, era a *liberdade* de commercio, de navegação, de industria, para acabar com

(20) — “*Imperio do Equador*”. Breve resposta á cabala anti-brasilica” — Rio — 1822, parte II, pag. 63.

(21) — *Annaes do Senado*. Sess. 5-7-1826.

o odioso “systema colonial”. Em 1804, escrevia: — “Parece que a mais innocente e melhor economia consiste em se permittir *industria activa, trabalho discreto, instrucção franca, commercio livre* e se póde reduzir a este unico postulado — pede-se como coisa possivel que se deixe a cada individuo livremente trabalhar, instruir e dispôr em hũa fé do fructo do seu trabalho honesto”. (22).

E mais ainda — “A liberdade de industria e commercio deve dar ás nações o maior possivel grau de energia, riqueza, polimento, virtude e felicidade”. (23) Todo o livro é um hymno, um tanto utopico á liberdade, em que chega por vezes a sustentar o mais absoluto e condemnavel liberalismo economico. (24) Estava ainda no idyllio com as novas idéas, que iria depois corrigir de muito, em sua obra economica definitiva, quinze annos mais tarde.

Quando o Principe Regente e a Familia Real chegaram á Bahia, em 1808, estava Silva Lisboa em plena actividade, em pleno dominio da sua intelligencia, já com 51 annos de idade e com todo o liberalismo britannico na intelligencia e no coração. Amigo do governador Conde da Ponte, que bem lhe conhecia as idéas, foi por este levado ao Principe Real. E como conhecia tambem D. Fernando Portugal, futuro Marquez de Aguiar, poudo convencel-o da necessidade de abrir os portos do Brasil ás nações estrangeiras. (24-A) As duvidas que, em 1908, levantou Eunapio Deiró sobre a intervenção decisiva de Silva Lisboa nesse passo capital de nossa historia, e que Rocha Pombo tambem insinua, estão hoje completamente desfeitas depois da argumentação do Sr. Tobias Monteiro e da divulgação que fez do manuscripto da época, existente na Bibliotheca Nacional, em que Tomás Antonio Villanova Portugal refere como “D. Fernando (Portugal) foi *capacitado* por José da Silva Lisboa... para fazer assignar por El-Rey o decreto para abrir todos os portos do Brasil ás nações estrangeiras”. (25).

(22) — SILVA LISBOA. Principios de Economia Politica. Lisboa — 1804, pag. 109.

(23) — Ibid. pag. 88.

(24) — “O unico codigo racional de Commercio será *deixae fazer, deixae passar; dexae comprar, dexae vender*”. (Principios de Economia Politica — 1804, op. cit., pag. 91).

(24-A) — Meio seculo antes, era o contrario o que o Marquez de Alorna aconselhava a Dom José, depois do terremoto: — “D. José, afflicto e aterrado, perguntou em certa occasião, que se havia de fazer?” O illustre General Pedro de Almeida, Marquez de Alorna, respondeu promptamente: — “Sepultar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos”. (FORTUNATO DE ALMEIDA — Historia de Portugal — Vol. IV, pag. 311).

Ia então começar para Silva Lisbôa outra phase da sua vida, já agora a da plenitude de sua irradiação intellectual e politica.

Estava com 52 annos; havia publicado uma obra juridica famosa; aprofundára-se em estudos economicos e sociaes que lhe permittiriam ser de grande recurso para a obra que o Principe e D. Rodrigo de Souza Coutinho iam iniciar, fundando o novo Imperio; era homem que conhecia de perto os problemas mais urgentes da Colonia, como filho della e como estudioso de assumptos sociaes.

Delle não podiam prescindir o Principe e os seus estadistas. Foi nomeado desde logo para reger uma cadeira de Economia Politica, no Rio de Janeiro, que aliás nunca leccionou, passando-se da Bahia para a capital da Colonia, já então liberta de facto, pela Carta Regia de 28 de Janeiro, que foi, no dizer de Cairú, — “a *Magna Charta* de sua Constituição Economica” (26) e “a base que sustenta a nossa carta constitucional”. (27).

Soffre com a mudança para o Rio, onde uma erisypela supurada quasi o leva á sepultura. (28) Restabelecido começa a trabalhar, como membro da commissão de censura, para a qual foi nomeado no mesmo anno de 1808. Aproveitados assim os seus meritos de jurista, tambem o foram os de economista, sendo nomeado em Agosto do mesmo anno para “deputado da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação do Estado do Brasil”.

Estava então na plena posse de seus recursos intellectuaes. Começa por defender, em livros e folhetos a abertura dos portos e os principios de liberdade economica que os justificavam. (29) Inicia a elaboração de um Codigo de Commercio, que não terminou.

(25) — TOBIAS MONTEIRO — op. cit., paginas 63/65.

(26) — SILVA LISBOA. Desforço Patriotico contra o Libello Portuguez do Anonymo de Londres, inimigo da independencia do Imperio do Brasil, 1824: — “Felizmente o Sr. D. João VI se immortalizou dando ao Brasil a sobredita Magna Carta de sua Constituição Economica, em que faz a base do Liberal Systema de Harmonia e Correspondencia com todas as Nações”.

(27) — E ainda — “esta Carta Regia bem se pode diztr que é a nossa *Magna Charta* e a principal fonte de riqueza do Brasil” (*Annaes do Senado* — Sess. 13-7-1826).

(28) — VALLE CABRAL — op. cit. pag. 20.

(29) — Observações sobre o Commercio Franco no Brasil”, 1809; “Reflexões sobre o Commercio de seguros”, 1810; “Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes principios da nova Legislação do Brasil”, 1810; “Observações sobre a franqueza de industria”. 1810; “Refutação das reclamações contra o commercio inglez”, 1810, passim.

Presentindo de longe, a approximação do tropel revolucionario e a agitação do espirito de "anarchismo" ou "jacobinismo", como então se dizia, jogou-se desde logo, com desassombro e sem temor, contra a corrente demagogica, traduzindo Burke (30); escrevendo biographias (31); mostrando os beneficios do governo de D. João VI (32), e defendendo o espirito de conciliação, pelo Reino Unido, com a capital no Rio de Janeiro, contra o de immediata separação (33); apregoando os beneficios da ordem, (34) e acompanhando em pequenas gazetas por elle mesmo redigidas o movimento de independencia, num diapásão cada vez mais inflammado em favor do rompimento definitivo entre Portugal e Brasil.

Inspirado sempre no espirito britannico, que seus adversarios chamavam de *anglomania*, (35), foi talvez o maior esteio da grande influencia intellectual e politica que teve a Inglaterra sobre o Brasil na primeira metade do seculo passado. E graças a essa influencia e á accção de homens como elle, que para aqui canalizaram o equilibrio britannico contra o jacobinismo francez daquella época — é que o Brasil poude em grande parte livrar-se da contaminação revolucionaria, que certamente o levaria ao desmembramento, como levou a America Latina.

Podemos dizer que o Brasil não deve apenas a Cairú a influencia decisiva para a sua independencia economica, de 1808, que precede de quatorze annos a sua independencia politica. Deve-lhe tambem em grande parte a sua unidade cultural e politica, apesar de nunca ter elle participado do poder publico, talvez pelo genio agreste e independente e pela sua predilecção pela vida de gabinete. Como homem de estudo, aliás, é que a sua figura avulta no mesmo plano de um José Bonifacio.

Foi, durante o governo de D. João VI, uma especie de Ministro sem pasta. Amigo pessoal de Linhares, cujas refor-

(30) — Extractos das Obras politicas e economicas de Edmundo Burke", Rio, 1812, passim.

(31) — "Memorias da vida publica de Lord Wellington", Rio, 1815, passim.

(32) — "Memoria dos beneficios politicos do Governo de El-Rei Senhor D. João VI", Rio, 1818, passim.

(33) — "O Conciliador do Reino Unido", periodico, Rio — 1821, passim.

(34) — "O Bem da Ordem", periodico, Rio — 1821, passim.

(35) — "Prescindo de imputação de anglo-mania que só entram na cabeça dos que avaliam os outros pelas proprias fantasias, vou direito á verdade como entendo. Digo e direi sempre, quem não é por nós é contra nós" (SILVA LISBOA. Refutação das reclamações contra o commercio inglez. Rio — 1810, op. cit., pag. XII).

mas muito devem ao conselho de Cairú de cujo temperamento progressista participava, amigo também do Conde da Barca, era frequentemente convidado a participar do Conselho de Ministros (36) e consultado para os actos importantes desse periodo extraordinario de nossa historia, em que foi lançado o fundamento definitivo do que é hoje o Brasil. Não faltou, porém, quem censurasse o seu afastamento dos cargos officiaes e da Côrte, attribuindo-o a desinteresse pela Causa Publica. Elle mesmo se encarregou, generalizando, de responder em um de seus livros á critica e de traçar a sua propria imagem na historia de sua terra: — “Sem duvida, os sabios de gabinete, por isso mesmo que parecem ao vulgo e ainda á Côrte, *fazerem nada* (em italico, no original) por não se occuparem em negocios interesseiros da vida e ordinarios esforços d’ambição, são muitas vezes capazes de melhor conhecerem as conveniencias verdadeiras do Estado, pelo continuo estudo e exame das geraes e particulares relações dos povos e governos.

Assim, pódem fazer muito bem á sua Nação e á sociedade, demonstrando os reaes inconvenientes e máos resultados das praticas estabelecidas e a possibilidade de melhor ordem de coisas. Porém, extrema prudencia e circumspeccão é indispensavel, por terem que lutar com interesses de poderosos e prejuizos do povo”. (37).

O que lemos neste trecho é o retrato psychologico do nosso Cairú, no silencio de sua bibliotheca ou nos seus trabalhos de magistrado e de escriptor, ou mesmo de jornalista ardente entre 1808 e 1823, quando a Constituinte, que ia lançar as bases juridicas do Imperio, exigiu os seus trabalhos num palco mais em evidencia. Foi por esta época também, em 1819, que deu a lume os seus “Estudos do Bem Commum”, obra que em seus pontos essenciaes não envelheceu, e constitue porventura o que até hoje de mais profundo se escreveu no Brasil sobre a Sciencia Economica. Datam dessa época também as suas polemicas com Evaristo da Veiga e

(36) — “E’ notorio ter o supplicante bem servido nestes empregos, até deliberações presididas pelo S. Magestade de lhe fazer por vezes a honra de mandar assistir a deliberação maior interesse da Corôa e da Fazenda e até proximamente nomeando-o um dos membros da Commissão para o Regimento dos Consules, de que já apresentou os planos” (Trecho de um manuscrito autographo, do proprio punho de Cairú existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, em que Cairú, pauperrimo, pede a graça de “Conselheiro Honorario do Conselho de Fazenda desta Côrte”, para poder deixar uma pequena pensão a quatro filhas e um filho menor).

(37) — “Constituição Moral” op. cit., parte III, pags. 34/35.

contra os revolucionarios de 1824, em que revelou toda a sua força dialectica e tempera de lutador de idéas, nem sempre isentas de paixão, como no seu preconceito anti-jesuitico, em folhetos que por vezes chegavam a extrema violencia de linguagem. (38)

Incarnava Cairú, por essa época, a propria Cultura do Brasil, no que tinha de mais alto. E por isso mesmo, já sendo Censor Regio, desde 1808, foi, em 1821, “por aclamação do povo fluminense... confirmada por D. João VI”, como diz Valle Cabral (39), nomeado “inspector geral dos estabelecimentos literarios” e logo em seguida “Director dos Estudos”.

Aliás, desde a sua chegada ao Rio, em 1808, fôra nomeado membro da Junta Directora da Impressão Regia e nesse posto permaneceu por 18 annos, sem interrupção, comparecendo diariamente á typographia e dirigindo pessoalmente os seus trabalhos. (40) Alcançava assim, o velho e glorioso bahiano, o posto supremo na hierarchia de nossa vida intellectual da época. Respeitado por todos, mesmo pelos maiores adversarios, pelo seu vastissimo saber e caracter incorruptivel, voltou-se então para o problema da educação nacional e da formação da cultura superior entre nós. Lançou a idéa de uma sociedade de homens de letras, que só nos fins do seculo Machado de Assis e Joaquim Nabuco tentariam realizar, escrevendo em 1821, num dos muitos periodicos que gostava de publicar sozinho (por vezes anonymo ou sob pseudonymos como “Fiel á Nação”, “Filopátris”, “Escandalizado”, etc.), o seguinte: “O redactor ha muito tempo meditava fazer uma *Companhia domestica* de homens de letras, para em amigavel conferencia se lerem e discutirem as obras sobre este assumpto”. (41) E já sonhava então com aquillo por que tão valentemente se bateria na Constituinte de 1823,

(38) — “Atalaia”, 1823; “Rebate brasileiro contra o “Typhis Pernambucano”, 1824; “Apelo á honra brasileira contra a facção federalista de Pernambuco”, 1824; “Historia curiosa do Mau fim de Carvalho e Companhia á bordoada de pau-brasil” 1824; Pesca de tubarões do Recife, em tres revoluções anarchistas de Pernambuco”, 1824; passim.

(39) — VALLE CABRAL — op. cit., pag. 25.

(40) — SILVA LISBOA era de uma assiduidade admiravel na Imprensa Nacional e parece mesmo que, em seu tempo, a maior parte dos officios da Junta Directora, dirigidos ao Governo, eram de sua lavra. Pelos livros de registro, que felizmente ainda existem, se vê o interesse que elle revelava pelo bom andamento e progresso da nossa primeira officina typographica. Trabalhou e concorreu poderosamente Silva Lisboa para o engrandecimento da arte typographica entre nós (Valle Cabral, op. cit., pag. 43).

(41) — VALLE CABRAL, op. cit., pag. 2.

a fundação da primeira Universidade brasileira. “Assim se estabelecerão as bases de uma bem fundada Universidade, de que tanto se ha mistér nesta grande terra d’America Meridional”.

Se a Carta Régia de 1808 fôra a *Magna Charta* de nossa independencia economica, seria a Universidade a *Magna Charta* de nossa independencia intellectual. E por isso lançou a idéa e bateu-se longamente na Constituinte pela fundação de uma Universidade na Capital do Imperio, a “Roma Americana”, como dizia, onde, — “já estão os alicerces de um grande estabelecimento literario. Temos, por assim dizer, bom casco de navio e vê-se já o edificio levantado, bem que ainda em miniatura, com aulas das sciencias maiores, da academia de marinha, medicina, com bibliotheca e typographia publica, jardim botanico e de plantas exoticas e museu. Nos conventos e no seminario do Bispo Diocesano se ensinam theologia, instituições canonicas, etc. Só faltam os estudos de Direito, para um curso juridico, que o thesouro póde pagar sem grave encargo. Eis pois já uma Universidade quasi formada”. (41-A) E propondo que a esse corpo de estudos se incorporassem tambem “as artes”, isto é, os estudos hoje chamados “technicos”, pois que — “assim se removerá o schisma, com que até agora, por vaidade e injustiça, se separavam as sciencias e bellas letras, das artes, não sendo aliás cada arte mais do que uma sciencia pratica, em que nas operações mecanicas mais ajuizadas se proporcionam meios e fins para immediato uso e proveito da vida”. (42). Havia, pois, em Cairú, o sentido da verdadeira Universidade, daquelle corpo harmonioso de estudos, como que reproduzindo o proprio corpo humano ou social em que todas as fórmulas de investigação se acham representadas, desde as mais praticas ás mais abstractas, desde a historia humana ou natural á metaphysica, desde as artes mecanicas até ás sciencias theologicas. (43).

Sua divisa era então — “Vida sem letras é morte”. Na mão dos escriptores via elle os destinos do mundo, tanto para o bem como para o mal, de modo que a elles cabia a maior das responsabilidades na marcha da civilização e no

(41-A) — *Annaes da Constituinte*. Sess. 27-8-1823.

(42) — *Annaes da Constituinte*, 1823, passim.

(43) — TRISTÃO DE ATHAYDE — Estudos — 4.^a série, 1931, pags. 218/220.

equilibrio social. — “Os escriptores que imprimem as suas obras, escreve elle então, vêm a ser os mestres do mundo e têm por consequencia, em suas mãos, o circular veneno ou balsamos literarios, para destruir ou instruir o espirito dos povos”. (44)

Começava então a phase final da vida publica desse nosso grande antepassado. Ia ser o seu canto de cysne por 10 ou 12 annos mas tão alto, tão poderoso, tão benemerito, que nelle como que concentrou o supremo esforço de sua gloriosa existencia. A atmospheria brasileira estava electrizada pela luta em favor da independencia. O velho lutador sentiu-se rejuvenescer ao calor daquelle ambiente carregado e mantendo intacta a pureza de sua attitudo contra revolucionaria, empenhou todo o seu saber e todo o seu extraordinario vigor em collaborar para a independencia sem perda da unidade nacional, que foi sempre a primeira de suas preoccupações politicas, e sem ruptura do regimen estabelecido. Foi elle então o maior esteio moral e intellectual da dynastia e dos homens illustres que a cercavam. Tal era o ardor patriotico de Cairú nessa phase agitada de nossa existencia nacional, que distribuia elle mesmo, das janellas de sua casa, com quasi setenta annos de idade, os folhetos que redigia e imprimia, em defesa da independencia nacional! (45).

Um colosso como esse não poderia faltar á Constituinte. E não faltou. Lá o encontramos, em 1823, como deputado pela Bahia, falando sobre tudo, collaborando dia a dia, com o seu immenso saber, (46) a sua memoria prodigiosa, a sua dialectica luminosa, o seu conhecimento fabuloso de historia, o seu passado de jurisconsulto, de economista, de magistrado, de professor de philosophia, de humanista profundo, tudo, tudo, a serviço da construcção do Imperio. Sim, o que sentimos nessa geração de gigantes entre os quaes a figura de Cairú é, sem duvida alguma, das mais gigantescas, o que nella sentimos é a consciencia serena e sublime de estarem construindo um Estado, com uma sabedoria, com

(44) — “Constituição Moral”, op. cit., parte III pag. 131.

(45) — VALLE CABRAL — op. cit., pag. 34.

(46) — Discordando certa vez de Cairú, dizia entretanto Araujo Lima, o futuro Marquez de Olinda, regente do Imperio: — “Sr. Presidente, o honrado membro (Cairú) apresenta uma massa tal de conhecimentos, que facilmente esmagará aquelles que, como eu, se lhe offerecem em campo” (Annaes da Assembléa Constituinte. Sess. 28-8-1823).

uma prudencia, com um conhecimento de causa que nunca mais encontramos na historia politica de nossa patria.

Dissolvida a Constituinte, voltando Cairú para os seus estudos e os seus trabalhos, não diminuiu em nada a sua prodigiosa actividade intellectual. Antes, como que se retemperou depois dessa campanha da Constituinte. Logo em 1824, quasi septuagenario, começou a publicar outra obra que só por si bastaria para immortalizal-o em nossas letras. E' um tratado de Civismo que vinha completar, no dominio da éthica social, o que elle publicára cinco annos antes, no dominio da economia social. E' a sua tão injustamente esquecida — “Constituição Moral e Deveres do Cidadão”, livro que até hoje conserva uma vida e uma actualidade es-pantosas.

Quando, diz elle, todo o mundo fala em “constituição politica e direitos do homem”, disseminados pelas idéas revolucionarias de França, que irradiaram pela America, é preciso que alguém mostre aos homens inflammados pela “politica” e pelos seus “direitos” que — “não menos importam ao Bem Geral e ainda mais influem na felicidade dos Povos e duração dos Estados... (o estudo) da *Constituição Moral e Deveres do Cidadão*”. (47).

Isso que Augusto Comte iria apresentar como uma de suas grandes contribuições contra a Revolução Franceza, que só falava nos Direitos do Homem e esqueceu os seus deveres, o nosso patricio o apresentava muito antes d'elle, de modo magistral e com fundamentos muito mais profundos, (48), nessa Ethica Social em que até hoje tanto podemos aprender. No dia em que o Instituto Cairú possa reeditar todo elle ou parte desse livro admiravel para ser distribuido gratuitamente pelas escolas publicas do Brasil, terá dado ás novas gerações brasileiras não só a quintessencia da sabedoria do seu velho patriarcha, mas um catecismo civico como hoje não poderia ser escripto melhor.

Outros volumes ainda publicou Cairú, por essa época, para uso das escolas e para ensinamento moral e religioso

(47) — “*Constituição Moral*”, op. cit., intr.

(48) — “A razão humana solitaria, isto é, destituida do auxilio da Revelação Divina, não é sufficiente para bem entender e ainda menos para bem observar a Lei Natural e fazer um systema de Moral Pura” (“*Constituição Moral*”, parte I, pag. 31).

das novas gerações. (49). O velho patriarcha seguia o conselho que elle mesmo déra aos outros, aproveitando a sua gloriosa velhice para dar á mocidade a summula do seu saber e da sua experiencia. (50).

O Governo por seu lado quiz aproveitar por esse tempo o seu singular conhecimento de todos os acontecimentos politicos de que participára ou a que assistira, durante a sua longa existencia, no momento mais agudo e dramatico da historia do Brasil, entre a Colonia e o Imperio, encarregando-o de ser o historiador official do Imperio nascente. Por um motu proprio de 7 de janeiro de 1825 foi comettida a Cairú a tarefa de escrever a historia politica do Brasil, particularmente a partir de 1821 e tão depressa se poz em trabalho apezar de seus quasi setenta annos, que no mesmo anno de 1825 publicava uma "Introducção" á mesma e de 1827 a 1830, varias partes da "Historia dos Successos Politicos", que ficou incompleta. (51).

Só por esta época aliás, em Outubro de 1825, é que o velho José da Silva Lisboa, foi agraciado com o titulo de Barão e depois Visconde de Cairú.

No anno seguinte, com a reunião do primeiro Senado brasileiro, foi escolhido Senador pela sua propria provincia. Ia ser essa a ultima das suas tribunas. Por nove annos a fio, participou assiduamente dos trabalhos senatoriaes, com o mesmo ardor, a mesma superioridade, a mesma espantosa erudição com que assombrara a Constituinte tres annos antes. Seus discursos são, quasi sempre, notaveis pela alta cultura e extraordinario bom senso. Orador sem rhetorica, de cenho carregado, pequena estatura, corpo engelhado pela molestia que o curvava para o solo, sem elegancia de gestos ou de fórmulas, tinha entretanto, na tribuna, a mesma veemencia de replica, a mesma torrente de citações e argumentos,

(49) — "Escola Brasileira ou instrucção util, a todas as classes, extrahida da Sagrada Escripura, para uso da mocidade". Rio — 1827, 2 vols., passim; "Leituras de economia politica... dedicadas á mocidade". Rio, 1827, passim; "Cartilha da Escola Brasileira, para instrucção elementar da religião no Brasil". Rio, 1831, passim.

(50) — "Quanto mais os homens de letras crescem em idade, tanto é seu maior dever applicar o seu descanso em uteis trabalhos literarios. Que aprecia-veis beneficios podem fazer os que souberem com *bons compendios* facilitar a instrucção do povo, especialmente em seus deveres moraes e religiosos e nos misteres que mais asseguram e estendem os commodos da vida?" ("Constituição Moral", op. cit., parte III, pag. 132).

(51) — "Introducção á Historia dos principaes successos politicos do Brasil", Rio, 1825, passim; "Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil" 4 vols. (parte I, 1826; parte X, sec. I, 1827; id. sec. II, 1829; id. sec. III, 1830).

que o faziam um conversador inexgotavel e um tremendo discutidor. (52). “As idéas vêm em tropel”, começa assim um de seus discursos, “nem sei bem como as dirija”. (53). Assim era sempre, tal a riqueza da sua argumentação, cortada de citações de versos latinos, de textos das Ordenações do Reino, de artigos da Encyclopædia Franceza ou Britannica, de casos historicos, de livros recentemente publicados! O Visconde de Barbacena, outro gigante da época, dissentindo delle certa vez na discussão de uma lei sobre navegação, não teve em si entretanto que não exclamasse: — “A profunda sabedoria e espantosa erudição com que o nobre orador que me precedeu pronunciou o seu longo discurso, fez com que nós estivessemos attentos sem que o chamássemos á ordem”. (54).

Era essa a opinião geral do Senado, (55), que ao dizer de Armitage, adversario das idéas de Cairú, era dominado por este. (56). O Senado continha, então, um grupo de ho-

(52) — “Tinha estatura pequena, corpo mirrado, physionomia severa; seu maior prazer era discutir, para ter occasiões de falar. Parecia brigoso, irascivel, atrabiliario. Era, porém, immensa a sua bondade e generoso e grande o seu coração”. (PEREIRA DE SILVA. Os varões illustres do Brasil Colonial, op. cit. vol. II, pa. 170).

(53) — *Annaes do Senado*. Sess. 27-7-1826.

(54) — *Annaes do Senado*. Sess. 20-7-1826.

(55) — RODRIGUES DE CARVALHO: — “Eu respeito e sempre respeitei muito o illustre Senador”; VISCONDE DE NAZARETH: — “Meu digno e sabio mestre cujas Luzes respeito”; VISCONDE DE CARAVELLAS: — “Grandes e bellas ideas tem produzido, com a sua costumada erudição, o illustre Senador, e bem dignas de se adoptarem”; JOSÉ IGNACIO BORGES: — “Mais instruido do que eu na historia” e outra vez — “todas as vezes que fala o nobre Senador eu sempre aprendo” (*Annaes do Senado*, Sess. de 13 e 17 de Julho e 1.º de Agosto de 1826; 28 de Setembro de 1830).

(56) — “A lei abolindo os privilegios da primogenitura e dos vinculos, que passara na Camara dos Deputados, na sessão antecedente, foi nesta rejeitada no Senado por uma maioria de um voto, o que foi principalmente devido aos esforços do Visconde de Cairú, de quem já se tratou sob o nome de José da Silva Lisboa. Era um magistrado que contava perto de oitenta annos de idade, de uma integridade sem mancha; pobre, podendo ter se enriquecido, se se houvesse comportado como outros muitos, amavel no trato privado e de muita erudição; porém com idéas religiosas e politicas atrazadas, de um seculo pelo menos (Armitage era protestante e liberal), acerescendo mais que quasi sempre exprimia essas idéas com demasiada violencia e fanatismo (se o “fanatico” é quem crê sem argumentar, foi Cairú o menos fanatico dos homens, pois passou a vida justificando longamente as suas menores convicções). Pode-se facilmente comprehender a preponderancia deste individuo (é força de expressão...) em uma corporação, cujos systema representativo”. (JOHN ARMITAGE — *Historia do Brasil*, pag. 120). Como vimos exuberantemente demonstrando, nada de mais falso que esse *anachronismo* brava em estar sempre ao par do que de mais moderno se publicava e em 1821, escrevia. — “Os povos atrazados em litteratura são como os meninos travessos que estragam tudo quanto lhes cahe á mão”. (“*O Conciliador do Reino Unido*”, periódico, Rio, 1821, n. 7). E não menos falsa a accusação de que se recusava encarar gogia e Valle Cabral conta que, sabindo uma vez do Senado, em dias agitados de 1830, e murmurando alguém, do meio do povo, que elle respeitasse a opinião publica, respondeu á multidão, com a sua coragem civica de sempre — “Não conheço essa senhora” (op. cit., pag. 50). Mas antes já affirmara a necessidade de

mens de primeira ordem. Posso affirmar, por exemplo, que a discussão que ahi se travou por essa época, e na qual tomou Cairú parte saliente, sobre o problema da usura, fica sendo até hoje o que de mais profundo se tem escripto em lingua portugueza sobre o problema! E foi, como todas, uma discussão em que o orador quando precisava ler qualquer texto de lei tinha de pedir a autorização expressa do Presidente!

Nessa assembléa de homens verdadeiramente superiores é que Cairú deixou o ultimo rastro luminoso de sua luminosa trajectoria, ao longo desses annos que marcaram a época até hoje mais gloriosa de nossa historia.

E a sua coragem civica só se igualava á sua memoravel erudição. O elogio que elle, em uma de suas obras, do *Espirito Publico*, elle o realizou integralmente em sua vida ao serviço do bem commum. “O *Espirito Publico*”, escrevia em 1824 no seu tratado de *Ethica Social*, “é o maior ornamento do bom cidadão, que até se offerece ao serviço nacional, ainda com sacrificio de sua vida e propriedade. Isso é o que formou os heroes da historia antiga e moderna. A nação onde o Patriotismo predomina ao Egoismo, o Interesse do Estado prevalece ao Interesse dos individuos e ha grande copia de homens dotados de *Espirito Publico* adquire credito de invencibilidade em todas as Nações”. (57).

Foi elle e continua a ser, para nós, o modelo do varão intrepido, regiamente dotado de *Espirito Publico*. E esse espirito de sacrificio á causa social fazia-o sempre resistir á onda demagogica, que por tantas vezes tentou submergir o Brasil naquella época, como um seculo mais tarde continua a tentar submergil-o. Em 1830 dizia no Senado: — “Bem attesta a historia politica, religiosa e literaria, ter havido homens que se animaram a oppor-se a milhões e afinal reconhecer-se e adoptar-se a sua razão e verdade”. (58). E a 17 de Novembro desse anno tragico, na famosa

se attender ao espirito do tempo no que tem de justo e irresistivel: — “Diz-se que a *Opinião*”, escrevia em 1821 no seu periodico “O *Conciliador do Reino Unido*”, — “é a rainha do mundo, o que é grande verdade; em vão se luta contra ella, quando está fortemente pronunciada. Só cegos voluntarios não viam os signaes dos tempos. E’ inutil e mortifera a vacillação e demora, quando a irresistivel força das coisas impelle para a acção e obra.. Então a Resolução é a Cardinal virtude dos Cabeças das Nações” (“O *Conciliador do Reino Unido*”, 1821, numero 1).

(57) — “*Constituição Moral*”, op. cit. parte III, pag. 33.

(58) — *Annaes do Senado*. Sess. 28-9-1830.

sessão conjuncta com a Camara dos Deputados, naquella atmosphera febricitante em que vivia o Brasil desde que aqui haviam chegado as noticias da revolução de 1830, em Paris, foi Cairú, no testemunho insuspeito de Armitage, o unico Senador que teve a coragem de afrontar a opinião dominante: — “O Senado estava descoroçoado”, escreve Armitage. “Muitos dos seus membros não compareceram á sessão geral e dos que estavam presentes, poucos defenderam suas emendas. O Visconde de Cairú foi o unico que sustentou suas opiniões com eloquencia e coragem”. (58-A). E no anno seguinte quando a patulêa assanhada pelos demagogos, apedrejava a casa desse homem, tão sabio quanto destemeroso, dizia sarcasticamente o ancião encanecido ao serviço da patria, com o desdem pela morte daquelles que têm a consciencia immaculada: “Deixem entrar esses phariseus. Provavelmente quererão fazer pelle de vaqueta da minha barriga”. (59).

Approxima-se dos oitenta annos! Ia chegando ao fim essa existencia memoravel e, entretanto, não cançava a penna inexgotavel e a palavra candente. Ao mesmo tempo que no Senado diariamente acompanhava os debates sobre os assumptos graves da hora, proseguia em sua obra de sociologo, publicando em 1832 o seu “Manual de Politica Orthodoxa” (60) e os seus “Principios da Arte de Reinar”, em que reúne uma admiravel serie de maximas e de principios, na arte difficil de reger os povos. E no mesmo anno vinha a lume o seu “Catecismo de Doutrina Christã”, com que se impunha tambem, entre tanta outra coisa de que foi o iniciador entre nós, como precursor da Acção Catholica no Brasil!

A proximidade da hora suprema da vida eleva-lhe o espirito a tratar daquelles themas, que mais dizem respeito á eternidade que ao tempo. O sol chegava ao occaso. Já no Senado começa a rarear a sua presença. Uma insidiosa molestia de espinha curva-lhe cada vez mais as costas e fal-o soffrer

(58-A) — John Armitage. op. e loc. cit.

(59) — VALLE CABRAL — op. cit., pag. 45.

(60) — “Parece-me que o principio cardial da Politica Orthodoxa é o Bem de todos”. (“Politica Orthodoxa”. Rio, 1832, pag. 92) — “Ainda que uma Boa Constituição Politica muito contribua para a Prosperidade Nacional, elevando o espirito de todas as classes de pessoas, promovendo a instrucção publica e garantindo os direitos de todos por Leis justas e regular Administração, comtudo é necessario que cada um *faça o seu dever*, desde o Chefe da Nação até os individuos que carregam com os mais penosos trabalhos da vida.” (ibid. pag. 95).

dores cruciantes. Sua voz, de vigorosa que era, torna-se velada e indistincta. E' o fim que se approxima. E pouco antes que soassem as oitenta badaladas desse sino que, por toda a vida, só chamou os que o ouviram, para o bem e para o alto, entrega a alma a Deus em 20 de Agosto de 1935, esse homem cuja figura enche de santo orgulho os fastos de uma nação e só não pertence á galeria dos homens universaes (61), porque temos sido até hoje ingratos para com essa vida e essa obra immortaes.

Saibamos, já agora, reparar a nossa grande falta! Saibamos revelar de novo á posteridade, a esta patria que tanto lhe deve, ás gerações de moços que elle tanto amou, o que foi esse varão de Plutarcho, fundador intellectual de um Imperio e honra da nossa raça e do nosso engenho. "Um dos estudos mais instructivos e deliciosos", escreveu elle em uma de suas obras, "é o da biographia ou descripção das Vidas dos Homens Illustres. Quem não sente intenso affecto aos Heróes que deram dignidade á especie humana?" (62).

Se as gerações brasileiras se habituaram a chamar José Bonifacio de Patriarcha da nossa Independencia politica, é mister que a posteridade se habitue a chamar Cairú de Patriarcha de nossa Independencia Moral e Intellectual.

Como elle proprio o disse certa vez no Senado: — "A's vezes um só homem vale mais que mil para illustrar uma nação". Foi o seu caso. Pois esse grande brasileiro, que enche de luz as origens da nossa independencia, soube, a exemplo dos mais illustres varões da historia universal, não só bem servir á sua Patria, mas ainda dignificar, como poucos, a Especie Humana.

(61) — Cairú foi, como vimos, um humanista consummado e propulsor da cultura universal, pregando sempre a necessidade de se abrir, não apenas os portos do Brasil ao commercio do mundo, mas ainda as portas da intelligencia brasileira á sciencia e á sabedoria universal. "Os inventores nas artes e sciencias, — dizia no Senado, defendendo a facilidade de naturalização para todos os que pudessem concorrer ao nosso progresso intellectual, — desde a mais alta antiguidade foram olhados como entes superiores... Ainda os artistas distinctos em Artes liberaes, como pintores e musicos, são dignos de attrahirem ao nosso gremio, sem prévias e rigorosas formalidades. A's vezes um só homem vale mais que mil para illustrar uma nação. O genio deve ser cosmopolita, de todos os paizes. O facil, e gracioso recolhimento de tão uteis estrangeiros dá credito ao Estado. Temos tido tanta facilidade em attrahir ao Brasil Cafraria, e não temos franqueza para, de braços abertos, facilitar-se a importação da sabedoria?" (Annaes do Senado. Sess. 26-5-1826).

(62) — "Constituição Moral", op. cit., parte III, pag. 8.

“Justitia socialis”

PROBLEMAS TERMINOLOGICOS AO REDOR DE UM NOVO CONCEITO (1)

Eduardo M. Lustosa, S. J.

O termo “justiça social” é relativamente novo e, como tal, exposto a um sentido vago.

A linguagem do jornalismo apossou-se d'elle, bem como desse outro: “questões sociaes”, sem jámais se haver preoccupado com a respectiva definição.

Que cousa é justiça social? Como inseril-a no indice geral das virtudes humanas e sobretudo na sua cathegoria geral da justiça?

Não só a linguagem periodistica senão também o proprio falar dos technicos e mestres descuidou largo tempo da delimitação exacta desse termo commodo, sonoro, mas elastico e complexo: a justiça social.

Sem duvida, a vulgarização do vocabulo se deve em grande parte ás encyclicas dos Papas. A designação passou a distinguir seus proprios autores: Leão XIII e Pio XI, os Papas da justiça social.

Mas, nem por isso se acclarou o conteudo da formula magica.

Só depois da energica insistencia com que a *Quadragesimo anno* manuseou a idéa, descrevendo-a, amplificando-a, propondo-a como grande remedio da questão social, é que os autores se dedicaram á investigação precisa da sua noção e classificação no quadro geral da moral sociologica.

E' admiravel a diversidade com que se exprimem, podendo-se catalogar, pelo menos, uma duzia de opiniões, resumiveis, porém, em duas correntes: a innovadora, dos

(1) Transcripto de “Estudios”, de Buenos Aires, numero de Agosto p. passado.

que vêm na *Justitia socialis* algo de inteiramente novo e autonomo no reino das virtudes; a conservadora, que trata de reduzir o rebelde e complexo neologismo aos moldes antigos da *philosophia* e *theologia* escolastica.

Procuraremos resumir essas opiniões, juntando-lhes nossa critica e conclusão.

I

O “*Manuale Theologiae Moralis*”, de Prümmer, (1), póde ser tomado como typo dos tratados classicos que se aferram á terminologia tradicional. Para elle, justiça social é synonymo de justiça geral ou legal, isto é, daquella virtude que inclina o homem ao bem commum da sociedade.

Shilling (2), veterano da sociologia catholica, analysando a encyclica *Quadragesimo anno*, julgou encontrar um conceito bastante distincto para separal-o da justiça legal classica, comprehendendo-o totalmente subordinado á esta. Assim, a justiça social seria uma parte integrante da justiça legal e precisamente aquella que zela pelo equilibrio dos bens economicos.

Schmitt (3), numa reedição do *De principiis*, de Noldin, insere um appendice sobre o nosso assumpto. Depois de distinguir nitidamente a justiça social da legal por seu objecto e por seu fim (que não é só a sociedade civil, mas toda a humanidade e cada membro della), reduz finalmente uma a outra, porque na realidade é a justiça legal que regula os deveres sociais dos cidadãos.

Messner (4) acompanha a divisão de Schilling, mas subdivide a *Justitia boni communis* em *Justitia legalis* (propria do Estado) e *Justitia socialis* (propria da sociedade economica), com esta nota peculiar que como sujeito de direitos sociaes considera tão só a corporação ou organização profissional.

Schrattenholzer (5) adopta uma posição symetricamente

(1) D. Pruemmer, O. P.: *Manuale Theologiae Moralis*, 115, Friburgo in Br., 1928, 67.

(2) O. Schilling: *Katholische Wirtschaftsethik*, Munich, 1933, 69. Cfrt. tambem *Christliche Sozial und Rechtsphilosophie*, Munich, 1933, 64.

(3) H. Nildin-A. Schmitt, S. J.: *De principiis*, Innsbruck, 1934, 274 sgs.

(4) J. Messner: *Zum Begriff der sozialen Gerechtigkeit*, in “*Die Soziale Frage und der Katholizismus*”? Paderborn, 1931, 432.

(5) A. Schrattenholzer: *Die Lehre von der natuerlichen Gerechtigkeit und die Eigentumsfrage*. “*Neue Ordnung*”, 7 (1931), 145 sgs.

inversa, fazendo da justiça legal uma parcella da social, e não vice-versa.

A' justiça social compete regular os homens em suas relações com os outros. Na repartição dos bens terrenos, a justiça social deve procurar que os homens sejam livres de se unir em sociedades; uma dellas é o Estado, fonte da justiça legal. Mas, tanto esta como todas as outras organizações estão regidas pela virtude suprema da justiça social.

Bruculeri (6) não se aparta muito das opiniões precedentes. Attribute á justiça social um papel analogo ao da justiça legal, accentuando no emtanto a noção de *imperium* exercido por esta ultima sobre todas as outras virtudes. A justiça social participaria assim da virtude geral de subordinar as demais.

As soluções expostas até aqui encaram a justiça social como:

identica — subordinada — subordinante

em relação á justiça legal.

Seu fim *commum* é não situar o novo conceito fóra da orbita da justiça legal ou geral.

Os autores, mesmo assim, sentem cada vez mais a necessidade de ampliar a esphera da justiça social. A tecnologia corrente e a propria encyclica *Quadragesimo anno* attribuem-lhe taes objectivos que, de uma ou de outra maneira, tem que exhorbitar dos limites da justiça legal.

II

Kleinhappl (7), opta por uma completa autonomia.

A justiça social, tal qual a descreve e propõe *Quadragesimo anno*, é uma especie distincta e inedita de justiça. Ella vem pôr em evidencia, não deveres novos, mas contidos tão só implicitamente na classificação das virtudes. A encyclica desperta sua noção e urge sua obrigatoriedade. São deveres de varias ordens e attingem todos a posse da terra,

(6) A. Bruculeri, S. J.: *La Giustizia sociale*. "Civiltà Cattolica", março, abril, maio, 1936.

(7) J. Kleinhappl, S. J.: *Der Begriff der "justitia socialis" und das Rundschreiben "Quadragesimo anno"*. "Zeitschrift für die Katholische Theologie", 54 (1934), 364 sgs.

destinada por sua propria natureza a todos os homens. De tal modo que quem tem bens superfluos incorre na obrigação de os dividir com os necessitados.

Os argumentos com que pretende Kleinhappl excluir a idéia legal dos limites da justiça social são approximadamente:

1.º) — A encyclica não fala jámais de *Justitia legalis*.

2.º) — A justiça social tem como *função propria* a recta repartição dos bens (Q. a., II, 2) (8); o que não coincide com a função legal.

3.º) — Seu *objectum materiale*, portanto, são os bens economicos.

4.º) — Seu *objectum formale*: o direito de cada homem ou corporação á participação dos mesmos bens, ao passo que a legal só se occupa com o bem publico do Estado.

5.º) — O *terminus* da justiça social é, não só a sociedade, mas tambem a corporação, a classe e cada homem em quanto homem (II, 4). O *terminus* da justiça legal é o Estado.

6.º) — O *subjectum* da justiça social é o homem *simpli-citer* (II, 5); da legal, o *civis*.

7.º) — A justiça legal reúne todas as actividades dos subditos e as dirige ao bem *commum*: é uma *coordenação*. A social tende a distribuir perfeitamente pelos homens os bens economicos: é uma *dispersão*.

8.º) — Finalmente, á objecção de que a *Quadragesimo anno* attribue como fim á justiça social o *bem commum*, contesta distinguindo entre *bonum realiter commune* (fim do Estado) e *bonum logice commune* (collecção de bens individuaes, fim da justiça social) (Cfr. Q. a., II, 4; II, 5; III, 1).

Esta concepção concreta, realista e pessoal despertou em muitos sociologos vehemente opposição.

Entre elles Schuster (9), renovando a lição de Pesch, elaborou um novo systema de conciliação entre os dados classicos da sciencia moral e a doutrina dos textos pontificios.

Henrique Pesch foi um dos mais notaveis sociologos

(8) As citações de Kleinhappl estão feitas segundo a divisão que se vê á margem da encyclica em sua primeira publicação na "Acta Apostolicae Sedis", 23 (1931), 177 sgs.. Seguiremos a mesma divisão.

(9) J. B. Schuster, S. J.: *Das Verhaeltnis von iustitia legalis und distributiva zur iustitia socialis in Quadragesimo anno mit besonderer Berueckstichtinny der Lehre von Heinrich Pesch, S. J.*, Scholastik, 11, (1936), 225, sgs. Cfr. tambem Brucculeri e Tonneau, Scholastik, 10 (1935), 159.

catholicos dos nossos tempos. Não falta quem opine haverem sido muitas de suas concepções mestras ratificadas e confirmadas pela *Quadragesimo anno*.

Em seu *Lehrbuch der Nationalökonomie* (10) ha uma pagina breve mas muito opportuna para nosso thema. Começa por dissipar a nevoa que paira sobre o conceito de justiça social. A justiça póde ser compreendida sob uma significação generalissima na qual se expressa toda rectidão e moralidade, incluindo assim até a propria caridade.

Se se toma na acepção de virtude propria da sociedade, ella se distingue da caridade, que é o segundo grande principio social.

Por justiça social póde-se tambem entender metaphoricamente a ordem social objectiva, que consiste na concordia do estado de facto da sociedade com o ideal do direito.

Finalmente, num sentido estricto e exacto, justiça social é a que se contrapõe á *individual*. E' o complexo dos direitos da sociedade com respeito a seus membros e autoridades. Comprehende, pois, tanto a justiça *contributiva* (legal), como a *distributiva*, e só se oppõe á *communicativa*, que é a individual. A circumstancia que separa a contributiva da distributiva é que a primeira exige dos subditos a cooperação ao bem social em formação (*in fieri*), emquanto a segunda exige a recta distribuição e gozo do bem social realizado (*in facto esse*).

Como se acaba de vêr, a justiça social para Pesch é a applicação da justiça social no campo economico, com uma repercussão distributiva.

Ha nella aspiração e pressão, unificação e expansão, synthese e analyse do bem commum. O conceito integral de justiça social tem, pois, dois momentos: *bonum commune in fieri*, *bonum commune in facto esse*.

Tonneau (11), exercendo sua severa critica sobre varias monographias, nas quaes vinha exposto o novo conceito, faz tabua-rasa de todas ellas. A seu vêr, andaram todos errados na pesquisa de uma adequada catalogação da insu-

(10) H. Pesch, S. J.: *Lehrbuch der Nationalökonomie*, 115, 1925, Friburgo, 274. Cfr. *ibidem*, pags. 272 e 276. Cfr. G. Renard: *Théorie de l'Institution*, 1, 24, Paris, 1930. A justiça social de Pesch coincide com a institucional de Renard.

(11) J. Tonneau, O. P.: *Critique bibliographique*. "Bulletin Thomiste". IV (1935), 495.

bordinada neologia sociologica. Tenta elle então restaurar o criterio thomista de distincção das virtudes (12). Este criterio, uno e permanente, é o objecto formal mesmo do habito virtuoso. Não ha motivo para se distrahir com outros elementos, quer seja o sujeito, quer seja o fim, quer seja o objecto material.

Ora, bem. A justiça é essencialmente uma virtude altruista: *ad alterum*. Logo, o altruismo será o indice de sua distincção. Quantos forem os *bens de outro*, tantos serão as especies de justiça. Se o *outro* é um *todo*, a justiça será geral; se o outro fôr uma *parte*, a justiça será particular. A justiça legal zela pelo bem de todos; logo, é uma justiça geral.

A distributiva e a commutativa respeitam o *bem do individuo*; logo, é particular. Mas, a justiça social?

Como seu nome indica, trata do *bem da sociedade*; logo, é uma justiça geral ou legal.

Apesar disso, confessa Tonneau que hoje, praticamente, se outorgam á justiça social muitas funcções da distributiva e que a *Quadragesimo anno* se conforma com este costume.



Assim é que, sob o rotulo social, a verdadeira justiça distributiva se propõe a repartir equitativamente os bens e commodidades sociaes.

Comparando essas tres tentativas de classificação, poderemos reduzi-las a tres eschemas:

KLEINHAPPL

JUSTITIA.. {
 socialis
 legalis
 individualis (commutativa)

(12) S. Thomaz: *Summa Theologica*, 1.^a 2.^a, q. 60, a. 5: 2.^a 2.^a, q. 61, aa. 1, 2; q. 58, aa. 5, 6, 7.

PESCH-SCHUSTER

JUSTITIA..	socialis	legalis	
		(bonum commune in fiere)	
		distributiva	
		(bonum commune in facto esse)	
	distributiva e commutativa		

TONNEAU

JUSTITIA..	generalis (bonum totius)	distributiva	socialis
	(bonum partis)	commutativa	

A solução Kleinhappl revela uma tendencia empirica. Dando-se conta da tarefa multipla que á *Justitia socialis* outorga a *Quadragesimo anno*, vê-se que ella se desloca do triptico classico das justicas aristotelicas. Só assim corresponderia a classificação á realidade concreta dos textos e da linguagem dos sociologos.

A solução Tonneau colloca-se no extremo opposto por sua fidelidade á tradicção. O mais que concede á pratica é uma impropriedade de locução. Uma grande provincia da justica social dever-se-ia desmembrar e voltar a denominar-se distributiva. A justica legal seria condecorada com o epiteto de social, para melhor marcar sua actuação no seio da sociedade.

O esquema Pesch-Schuster apresenta na realidade uma posição conciliadora.

Sem admittir a revolucionaria novidade de Kleinhappl, esforça-se por engastal-a na trilogia, analysando seu rythmo em dois tempos: *in fieri*, função legal ou contributiva; *in facto esse*, função distributiva.

Poder-se-á tambem observar que as classificações Tonneau e Pesch-Schuster coincidem materialmente e que uma simples inversão de posições bastaria para identifical-as inteiramente. Ao passo que Pesch adopta como criterio o ambito da justica (individual ou social), Tonneau se aferra ao indice thomista do objecto (geral ou particular). Conforme

o primeiro ou o segundo criterio, a justiça distributiva vem catalogada como social ou particular.

III

Levando em conta as contribuições destes autorizados representantes do pensamento sociologico na Igreja, podemos nesta altura dar balanço ás opiniões, destacando as harmonias e articulando um esboço de synthese.

A *Justitia socialis* já se nos apresenta de um principio como conceito extremamente rico, extenso e comprehensivo ao mesmo tempo. Impossivel é encerral-o com uma etiqueta commoda: heterogeneo e analogico, escapa á tyrannia de uma classificação rigorosa que, por habito profissionnal, lhe quizeram impôr os theoreticos. Nem por isso pensamos que se tenha de o considerar isento de qualquer catalogação especifica. Por commodidade, distinguiremos um ponto de vista especulativo e outro pratico.

Mas, de ante-mão, entendamo-nos a respeito do conteúdo material desta locução, justiça social, tal como figura no vocabulario de revistas e cathedras; tal como o ratificou e desenvolveu a encyclica de Pio XI (13). Não ha duvida que se accomodou á linguagem corrente e não provocou disputas (14).

Pois bem: que characteristics presta a “*Quadragesimo anno*” á *justitia socialis*?

1. — Governar a ordem economica, refreando tanto a livre concorrência como o monopolio (15).

(13) Guarda a encyclica uma uniformidade de terminologia? Excepto em um ponto (11,5), em que contrapõe a *justitia socialis* á *caritas socialis* (e, portanto, incluye a commutativa); a *Quadragesimo anno* distingue constantemente a social da commutativa ou *strictissima justitia* (11, 1); “*Mutuae utrorunque relationes (scil. dominii et laboris) ad strictissima justitia leges exigi debent... ipsa populorum publica justitia... ad justitia socialis normam humanam consortionem conformare debent*”. Cfr. A. A. Sedis, 1, c., pag. 212.

(14) Testificam-no Tonneau, 1. cit., 498, e Schuster, 1. c., 233, 234.

(15) “*Perquam necessarium igitur est rem oeconomicam vero atque efficaci principio directivo iterum subdi et subici... oeconomicus potentatus frenari et regi non potest a seipso. Altiora igitur et nobiliora exquirenda sunt... socialis nimirum justitia et caritas socialis*”. (11,5).

“*Liberum certamen certis ac debitis limitibus septum, magis etiam oeconomicus potentatus publicae auctoritati... subdantur oportet*”. (11,1). Cfr. A. A. S., 1. c., pag. 206, 212.

2. — Prover á recta distribuição dos bens terrenos, de modo que uma classe não exclua a outra em sua possessão (16).
3. — Supprir as deficiencias do contracto de salario, de modo que os operarios encontrem sempre razoavel emprego do seu trabalho e recebam uma remuneração vital e familiar (17).

Se agora queremos, debaixo de um angulo de visão theorico, catalogar idéa tão ampla na cathegoria da justiça, precisamos de um criterio de divisão. Não se vê motivo algum para nos afastarmos do modulo commum do objecto formal. Com que utilidade acudir a outros elementos em materia de justiça, quando nas outras virtudes basta ésta noção para destacar umas das outras?

Appliquemos, pois, o mencionado criterio.

Salta aos olhos que não ha aqui um objecto unico; o *bonum alterius* objecto e razão de ser da *justitia socialis*, é, ora um *bonus totius*, como na função primeira; ora um *bonus partis*, como nas funções 2 e 3.

A justiça social não é, pois, univoca e independente, invade o campo das duas especies de justiça: a geral e a particular, sem ser absorvida totalmente por ellas. E' um syncretismo de virtudes, mais do que uma virtude em estado puro.

Mas, como se encontram os elementos de ambas as justicas no seio da justiça social? Justapostas ou hierarchizadas?

Aqui nos soccorre a feliz distincção de Pesch entre *bonum commune in fieri* e *bonum commune, in facto esse*.

Ha para Pesch uma justiça social em sentido metaphorico: é o mesmo objecto que aspira a realizar a justiça da sociedade.

Esta ordem objectiva é o bem estar social e cousiste na

(16) "Quamobrem divitiae quae per incrementa oeconomica-socialia iugiter amplificantur oportet ut... immune servetur societatis universae commune bonum. Hac justitiae socialis legem altera classis alteram ab emolumentorum partipati one excludere vetatur". (11, 2). Cfr. A. A. S., pag. 196.

(17) "Alienum est igitur a iustitia sociali ut... salari ita regantur ut quam plurimi operam locare... possint". (11,4) "Omni igitur ope ibitendum est ut mercedem patres familias percipiant sat amplam quae communibus domesticis necessitatibus convenienter subveniat. Quod si in praesentibus domesticis necessitatibus convenienter subveniat. Quod si in praesentibus rerum adiunctis non semper id praestari poterit, postulat, iustitia socialis, ut eae mutationes quamprimum inducantur, quibus cuivis adulto operario iusmodi salaria firmentur". (11,4) A. A. S., pags. 200, 202.

harmonia das circumstancias de facto com as exigencias idéaes do direito.

Realizar esta ordem — tal a missão da justiça social em seu sentido proprio. — Nessa exigencia social, ha um movimento de synergia — a justiça exige de cada homem a cooperação de sua actividade para a realização do bem commum — função legal. Uma vez realizado o bem commum, segue-se a função distributiva, que é uma tendencia para diffundir este bem pelos necessitados. Ha então uma expansão, uma divisão de bens, uma circulação de energias accumuladas.

Mas, as condições sociaes estão ás vezes de tal modo desequilibradas que não ha possibilidade de emprego do trabalho nem ha retribuição justa e vital do operario. A justiça social intervém então para supprir os defeitos da justiça commutativa e appella para o seu supremo tribunal.

*
**

Como explicar essa transcendencia invasora da justiça social em todas as ordens de justiça? Podemos apontar tres razões: ella tem sua séde primaria, como vimos, na justiça legal, com a qual conserva um maximo de semelhança e vizi-nhança. Assim é que a justiça legal é uma justiça geral, isto é, tem a propriedade de presidir e commandar os actos de todas as virtudes.

Logo, comprehende-se como a justiça exhorbite de sua séde para intervir na competencia da justiça particular (18).

Outra causa poderia ser a propria natureza do seu objecto principal: a propriedade e o trabalho. Idéa já cara aos antigos Padres da Igreja, accete commumente pela ethica tradicional: a propriedade (e por consequencia o trabalho) tem uma dupla caracteristica individual e social.

Só um individualismo egoista ou um socialismo exagerado puderam obliterar qualquer das duas funções. Desta maneira, a virtude, que se proponha regular o recto uso da

(18) Cfr. S. Thomaz, 2.^a q. 58, a. 5, 6. Esta é a propria significação da *virtus generalis*, o ter *imperium* sobre outras virtudes: "actus omnium virtutum possunt ad iustitiam pertinere, secundum quod ordinat hominem ad bonum commune. Et quantum ad hoc iustitia dicitur virtus generalis". Prummer (o., c., 67) amplia este conceito ao fim e objecto "illa igitur virtus... vocatur virtus generalis et quidem partim ex objecto et fine, quia scilicet bonum sociale est bonum generale; partim ex effectu et proprio munere..."

propriedade, tem necessariamente que cumprir um duplo officio: individual e social (19).

A terceira razão — e esta nos parece suprema e complexa: é que o conceito de justiça social é essencialmente dinamico e transborda de uma classificação estreita (20).

A divisão antiga e tradicional immobiliza as noções numa analyse estatica. Poder-se-ia falar assim de uma justiça legal que prescindie do bem particular; de uma justiça distributiva e commutativa, que abstrahe do bem commum. E' uma consideração abstracta e parcial. Em compensação, a justiça social descripta na "Quadragesimo anno" não póde ter uma séde fixa; não se accomoda a um estatismo rigido. Apesar de sua grande semelhança com a justiça legal e do imperio que sobre ella se exerce, immediatamente transpõe os seus limites, uma vez realizado o bem commum. O seu potencial de vida toma uma direcção regressiva ao bem particular e assume um character de justiça distributiva. Entre a justiça commutativa e a legal, por um lado, entre a distributiva e commutativa por outro, regem relações de teleologia. Exemplo:: o contracto de trabalho que está sempre reclamando subsidio da justiça social, quer seja em seu officio distributivo (possibilidade de alugar trabalho), quer em seu officio legal (justa retribuição do operario). (21).

A justiça social é, pois, dotada de uma finalidade reversivel, indo do individuo á sociedade, voltando da sociedade

(19) Sobre o character social de propriedade e as doutrinas patristicas, cfr. Cathrein: *Philosophia Moralis* 14, Friburgo, 1927, 455-7; Vermeersch: *Quaestiones de iustitia*, 2, Brux., 1904 198, 231, 237; De Lugo: *De Iustitia et iure*, Veneza, 1718, D. 6,1; Lessius: *De Iustitia et iure*, 1, 2, 5, Lovaina, 1605.

W. Heinen dá da justiça social uma definição que tem como centro precisamente este character da propriedade: "La iustitia socialis é aquella virtude que trata de urgir a função social da propriedade e com isso crea uma ordem social e economica, em que este fim é realizado de acordo com as constantes necessidades do bem comum". *De iustitia socialis*, in "Scientia Sacra". Festgabe, Cardinal Schulte, Colonia, 1935. Cfr. A. Deneffe. S. J.: "Scholastik", 10, 1935.

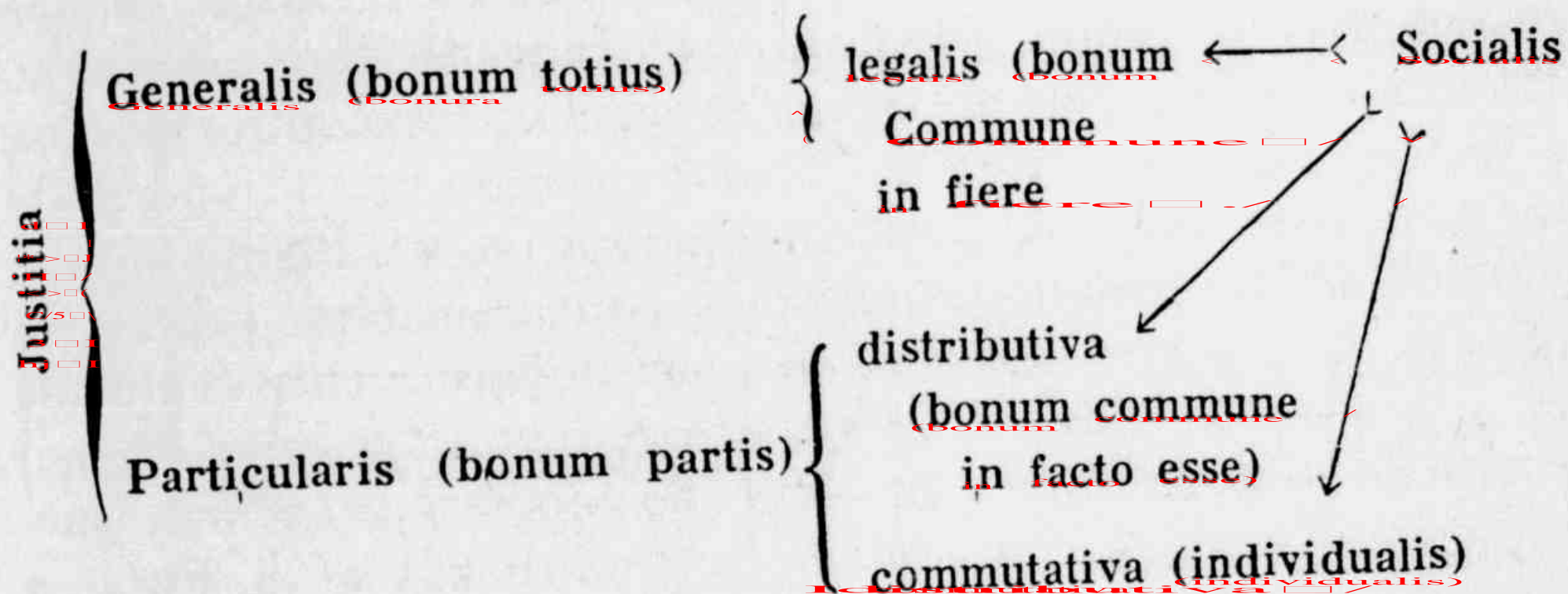
(20) Pesch já tinha assignalado este fator de progresso na justiça social: "A justiça social exige o cumprimento de todos os deveres, assim como a realização efetiva de todos os direitos que tem por objeto o bem social. Ela não se satisfaz com a tranquilidade da ordem; é tambem principio de progresso, a dinamica de uma sã evolução, desenvolvimento ou reforma das relações existentes". (*Lehrb. d. National-ökonomie*, 11 pag. 274). Schuster, retomando o motivo, desenvolve-o e delle tira importantes conclusões: "Segue-se disto que a exigencia da justiça não é em primeira linha de natureza primitiva, nem se apoia apenas numa lei positiva. Só a lei natural, a exigencia do direito natural possui esse dynamismo..." (*L. c.*, pag. 299). E mais adiante desenvolve detidamente a curva finalista da justiça em que se entremesclam os ramos da triade aristotelica (Pags. 238, sgs.).

(21) Sobre o papel suppletorio da justiça social na questão trabalho-salario. Cfr. J. Faidherbe. O. P.: *La justice distributive*, Paris, 1934. Ir.: *Le droit de la justice distributive*, "Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques", t. 22, pag. 47, 1933. Cfr. as criticas de Kleinhappl: *Scholastik*, t. 10, pag. 469, 1935, e Janssen: *Ephemerides Theologicae Lovanienses*, t. 12, pag. 407, 1935.

ao individuo, e despistando em sua rota aos que tentam encerral-a em rigoroso carcere.

Penetra o direito publico e privado, estabelece o intercambio entre o social e o individual. E' a mesma systole e diastole da vida social em flagrante funcionamento.

Apresentariamos num esquema approximativo essa concepção dynamica da justiça social:



E o ponto de vista pratico?

Reservariamos a solução Kleinhappl para este aspecto do problema.

Ninguém como elle, que saibamos, fixou tão nitidamente as características e funções da justiça social, segundo o espirito da encyclica "Quadragesimo anno".

De facto, tal é a complexidade e originalidade do conceito que nos ocupa, que tudo tende a reclamar seja tratado em pé de autonomia. Precisamente porque abarca toda a idéa de justiça e suas subdivisões e entranha além disso, uma potencia de movimento, tão mais impressionante quanto uma novidade conceitual, tanto mais revelado nos objectos e sujeitos de direito contidos apenas longe e implicitamente nas dobras da antiga divisão trina (22).

Não poderíamos, no emtanto, accetar a plena independencia reclamada por Kleinhappl.

Para tanto nos movem as seguintes considerações:

(22) Não seria o unico exemplo de uma virtude heterogenea tratada em pé de autonomia. A penitencia para muitos theologos e a pobreza não são virtudes especiais, mas virtudes gerais ou aggregados de virtudes. Cfr. Galtier: *De Paenitentia*, Paris, 23, 1923; Vermeersch: *Theologia Moralis*, t. 111, 134, Roma, 1927.

1. — Só á força de attenuar o conteúdo da justiça legal se consegue isolar de sua orbita a justiça social. Na realidade, são esferas que se competem e tem pelo menos muitos pontos de intercessão (23).
2. — A consideração do *subjectum, terminus* ou *objectum materiale*, é estranha ao criterio uno e permanente da divisão das virtudes. Ainda aqui Kleinhappl reduz e estreita os conceitos para poder apartal-os (24).
3. — A encyclica quiz manter-se no fio da tradição e accommodar-se á linguagem ordinaria entendida por todos. Assim se deve entender, portanto, a expressão *bonum commune* da *justitia legalis*, a qual não fica assim excluida do texto pontificio (25).
4. — A antinomia *coordenação-dispersão* só subsiste se se esquecer a dupla função da justiça social e seu aspecto *dynamic*o (26).

(23) Nem a justiça social tão pouco tem por objeto exclusivo a economia. Prova do contrario: *Q. a.*, 11, 5. "*Ipsa populorum atque adeo socialis vitae totius instituta imbuantur oportet*". A vinda do regime corporativo é outra missão propria da justiça social que excede o campo meramente economico. Cfr. Schuster: 1 c., pags. 234-5; Tonneau: 1, c., pag. 498.

(24) Ademais, termo da justiça legal não é só o Estado. O *bonum totius* pode ser da classe, profissão, corporação, da humanidade inteira. Cfr. Schuster: 1 c., pag. 231. A comunidade das nações, ainda no estado inorganico, e muito mais numa federação organica, é considerada como *terminus* da justiça legal; os Estados singulares, e não só os *cives*, serão, pois, sujeitos á justiça legal. Cfr. Vermeersch: *Questiones de Iustitia*, 53; Yves de la Brière, S. J.: *La communauté des puissances*, pag. 376, Paris, 1932; L. Taparelli, S. J.: *Saggio-teoretico e pratico di diritto naturale*, pag. 83, Napoles, 1850; A. Verdross: *Die Verfassung der Voelkerrechtsgemeinschaft*, pag. 57, 92, Viena, 1926. Da justiça legal diz expressamente Santo Thomaz: 2-2, 58, 6: "Et sic est in principio principaliter et quasi architectonice, in subditis autem secundario et quasi administrative".

(25) *Q. a.*, 11, 2; 11, 5; 111, 1; Schuster: 1. c., pag. 233. Sobre a noção de bem comum, chamamos a attenção para a interessante these de S. Michel: *La notion thomiste de bien commun*, Paris, 1932.

(26) Alem de Pesch, advertem na justiça social uma these distributiva. Genicot-Salsmans: *Theologia Moralis*, 1, 462 Bruxellas, 1922; Schuster, pags. 235, 239, Tonneau, pag. 498. A justiça distributiva tem um caracter misto. Individual por seu objecto, é social pelo seu sujeito e função. Apraz-nos a divisão que dá Vermeersch de *jus mediatum* e *immediatum*. Este é o proprio da commutativa; o *mediatum* é o proprio da legal e distributiva. Só mediatamente a justiça distributiva é, pois, uma justiça individual ou particular. (*Theologiae moralis*, t. 11, 342, 1928). O foco de todo o direito será sempre o homem. O objecto da mesma sociedade, no principio e no fim, é o bem do individuo. A noção *dynamic*o da justiça social põe em plena evidencia esta verdade, esquecida ás vezes na viviseccão do direito e da justiça, operada pelos classificadores-estaticos e theoreticos.

Seria superfluo dar uma definição da idéa que serviu de objecto a todas estas linhas. E' facil tarefa uma vez situada a justiça social entre as suas irmãs maiores. Sem pretender mais que uma descrição, que reflecte em suas linhas mestras os ensinamentos da "Quadragesimo anno", a justiça social nos apparece como a virtude que tem por fim realizar o bem estar da ordem social, com uma tendencia para repartir equitativamente os bens naturaes. Regula e dirige soberanamente a ordem economica, equilibrando as classes sociaes e supprimindo eventualmente as defficiencias do contracto do trabalho.

Só uma consideração dynamica de sua natureza é capaz de conciliar as exigencias especulativas da theoria tradicional e os dados determinados e complexos da vida economica e das normas pontificiaes.

Letras contemporaneas

JONATHAS SERRANO

P. J. CASTRO NERY — *Evolução do Pensamento Antigo*. — 1936. — Ed. da Livraria do Globo — Porto Alegre.

Em 1924 — (como passa o tempo!) — em volume escrito e publicado por insistencia, que era delicada ordem de amigo, do inesquecível Jackson, volume consagrado á figura bem marcada de Julio Maria, escrevemos sobre a philosophia no Brasil um breve capitulo, irritante acaso para certas vaidades, mas sincero e — passados doze annos ainda assim julgamos — opportuno e verdadeiro.

O proprio volume, que a critica benevola de Jackson Agrippino Grieco e Vicente Licinio recebera com palavras de estimulo, caiu no justo esquecimento das coisas mediocres. Pena, foi que o grande Redemptorista não tivesse encontrado melhor biographo.

Mas emfim cada um faz o que lhe permite a sua capacidade. O que ora pretendo recordar é sómente o que então escrevi a respeito da inexistencia de uma philosophia brasileira.

Não o fiz, aliás, com o proposito de ataque pessoal a quem quer que fosse, nem tampouco lamentando como grave mal esta nossa escassez de pensadores originaes em dominio tão alto. Registrei apenas o que se me afigurava — e ainda hoje o penso — um facto incontestavel; não ha um systema philosophico original no Brasil.

*
**

Ao proferir tal julgamento, não esqueçamos o caso espe-

cail de Farias Brito. Nem o deixamos passar em silencio. Reconhecemos que na historia do nosso pensamento elle foi, a certos respeito, unico. Foi mesmo quem mais se approximou do typo do verdadeiro philosopho. Accrescentamos sem receio: — “Diante delle Tobias e Sylvio reduzem-se ás suas justas proporções”. E resumimos, num balanço de poucas linhas, o seu merito: “Erudito, calmo, integro, viveu as suas convicções e teve a rara e nobre coragem de pregar o primado da intelligencia, de atacar o materialismo superficial e grosseiro, de recusar o seu incenso ao grupo dos thuriferarios de Comte e Spencer”.

Não pretendemos transcrever nem repetir por outras palavras, o nosso julgamento de 1924. Queremos só delimitar o nosso conceito de philosopho, já que no Brasil é mau vesio commum qualificar de historiador ao autor de qualquer compendio elementar ou de qualquer artiguete de jornal ou de revista, e é considerado philosopho todo aquelle que tenha leitura mais desenvolvida de livros de philosophia. Para o nosso modo de ver pessoal o verdadeiro philosopho *innova*, isto é, os velhos problemas apresenta-os sob aspecto, não presentido; ao estudá-los, varia de ponto de vista, é, emfim, quanto á misera contingencia humana é dado, um creador. São poucos esses gigantes, e como alguns delles se erguem ainda mais giganteus entre os companheiros de altos cimos! Um Aristoteles, um S. Thomaz, um Kaut, um Bergson...!

Exemplifico. Não classifico, nem faço enumerações exhaustivas.

*
**

Não quero ser, ou parecer pessimista, ao relembrar uma das reflexões de Julio Maria, quando era ainda, no seculo, Julio Cesar. A observação, deliciosamente justa, nas suas reticencias, é de 1882. Não perdeu ainda a oportunidade, para tantos que por ahi se julgam *philosophos* de vinte e poucos annos, com meia duzia, se tanto, de volumes mal digeridos: “A philosophia, no Brasil... é um *preparatorio*...

*
**

O livro que o Pe. J. de Castro Nery nos offereceu, não o lemos nós, portanto, nem com a preocupação de um elogio

facil e superficial, nem com o proposito de exigir do seu autor o que não fôra razoavel, dadas as circumstancias de tempo e de espaço e a propria finalidade da obra, de accôrdo com as exposições textuaes das pags. 29 e 30:

“A historia Geral do Pensamento poderia encerrar-se dentro em cinco épocas successivas; épocas essas que poderiamos denominar: a preparação, a formação, a expansão, a consolidação e a revolução das idéas. A primeira abrangeria todo o vasto periodo pre-thaletico, começando, se fôra possivel, com o proprio primitivo das cavernas, passando depois á concepção das tabas e das varias ideações da India, da China, do Egypto, para terminar nas Theogonias e Cosmogomias da Grecia que “prepararam” as abstracções e as hypotheses de Thales. Com este pensador se abriria a segunda phase do pensamento humano: partir-se-ia das indagações em derredor do thema da Materia e das diversas inquirições que “formaram” o cerne da cosmologia racional, para findar no movimento critico, necessario e perigoso, que ia quasi destruindo a brilhante tentativa pre-socratica”.

O autor não trata no seu livro, de todas as cinco phases a que se refere e que compara aos cinco actos de um drama grego, com a sua exposição, subida gradual, apogeu, regresso e catastrophe.

“Em linguagem singela, entre didactica e literaria, tentarei expôr as phases centraes da grande evolução”. Quer dizer que não se occupará da *preparação* (isto é todo o periodo anterior a Thales), nem da “*revolução*”, isto é da quinta phase, que vem de Bacon a Kand, passando, por Descartes, Espinoza, Leibnitz, Locke e os Illuministas.

Quer dizer que o presente volume trata só da formação, expansão e consolidação, phases centraes, segundo o ponto de vista adoptado. A *formação*, já vimos como a caracteriza o autor. A *expansão* e a *consolidação* elle assim as delimita:

“Com Socrates se inaugura o periodo mais vital do paganismo: do hilozoismo simplista dos pri-

meiros pensadores, passamos a um estudo racional do problema humano; todas as provincias da philosophia se dilatam, se aclaram e se aprofundam; a metaphysica alcança a sua phase de rigor, ao passo que a Psychologia, ou se quizerem a Anthropologia, a Cosmologia racional, a Theologia racional, A Antologia se fundamentam para todo o sempre. E' uma verdadeira expedição de conquista, uma "expansão".

A vaga morre depois sob um excesso de moralismo, de mysticismo e de scepticismo. Aos tempos em que estes ultimos momentos, pouco e pouco, se esgotavam, em virtude da inanição dos systemas, nova era surgia, era de correção das philosophias anteriores, provocada pelo arrebol do Christianismo. Nascida entre as asperezas do combate, em meio a todas as difficuldades politicas, a evolução desta phase é mais lenta do que as outras: a philosophia começa em posição subalterna relativamente á theologia, para, depois reaquirir dignidade propria, não separada, mas distincta. E' a época da "consolidação" junto das philosophias arabes, judaicas e christãs, empenhadas em continuar o esforço secular dos gregos".

Longa foi, de proposito, a citação. Por ella se vê o que pretendeu fazer o autor, qual o plano da obra, quaes os seus limites, qual o seu estylo.

E' licito discordar aqui e ali; fôra injustiça desconhecer o merito do trabalho, a elegancia da forma, a riqueza bibliographica.

Criticos exigentes reclamarão talvez contra a omissão voluntaria de toda, ou quasi toda a phase de preparação. Dizemos *quasi toda*, porque afinal o autor não deixou de tratar, a seu modo, na Introduccão, em varios topicos, do pensamento prehistorico, daquillo que chama ironicamente o romance evolucionista, do retrato do não-civilizado, da cosmologia do retardado, da psychologia bandu, da theodicea do primitivo, das idéas ethicas do negro, da sciencia do barbaro e do caminho da revelação. As idéas ahi expendidas apoiam-se em LE ROY e sobretudo no trabalho magistral de SCHMIDT, o admiravel propugnador do methodo da Escola historico-cultural.

Não quiz entretanto o autor expôr a primeira phase toda, allegando que os historiadores ainda não acordaram acerca da influencia exotica na philosophia grega. E, por que não estudar, em cada um dos povos mais importantes do proprio Oriente, o pensamento philosophico, ainda que mesclado de poesia ou não distincto perfeitamente da crença religiosa?

Em todo caso o autor tinha o direito, que não lhe negaremos, de circumscrever o seu plano e limitar o seu esforço. Mas sente-se o hiato entre o quadro geral e rapido, porém, incisivo, do pensamento primitivo ou prehistorico e a escola milesia. E' todo o immenso mundo oriental que fica na sombra...

Da Introduccão passa o autor ao Prólogo, onde se insurge contra a phase de Herculano — “como a philosophia é triste e arida”: Todo o topico é um teste de sadio optimismo christão. E tambem um teste de mocidade. Sentimos não dispôr de mais espaço para uma transcripcão integral “Triste, a philosophia! Mas é esquecer que, desde os seus inicios ella se occupou em desfazer os carceres de carne, afim de se librar nas espiritualidades; relegar a plano secundario o haver ella chegado, por seu proprio esforço, a descobrir uma entidade viva e remuneradora, que preside aos destinos da Humanidade: — Arida, a philosophia! Mas é perder de vista que não pôde ser arido o terreno em que germinaram as culturas mais sãs, nem pôde ser esteril o que engendrou a Mathematica, a Physica, a sciencia Politica, a Psychologia Experimental, para falar somente na linhagem mais nobre”.

*
**

Como se vê o livro é escripto com o calor do sentimento, e não apenas com a linguagem fria do raciocinio abstracto. Não censuro: registro.

O autor prometeu-nos uma linguagem singela, entre didatica e literaria: muita vez o homem de letras arrasta e vence o professor. Não estou, ainda nisto censurando: cada um de nós tem o seu feitio intellectual e é inutil querer fugir á propria natureza.

Não podemos acompanhar passo a passo todo o grosso volume nestas linhas medidas e apressadas.

Achamos que, em nosso meio, este livro é notavel. Não diremos que o autor com elle se inscreve entre os philosophos brasileiros, pelo que de inicio expuzemos quanto ao nosso conceito de philosophia no Brasil. Mas é, sem duvida, um erudito, um expositor elegante, um mestre dos mais agradaveis.

Pela fórma trabalhada é tambem um genuino homem de letras. E até, no sentido em que o vocabulo é as mais das vezes tomado, aqui e alhures, com justos titulos poderia eu dar-lhe afinal, o qualificativo de philosopho, e da melhor philosophia, a perenne, que tanto vale dizer a christã...

CENTRO DOM VITAL
BIBLIOTECA

Registro

A PARTICIPAÇÃO DO SANTO SACRIFICIO. Um dos nossos grandes problemas religiosos a solucionar, consiste em dar ocupação espiritual á maior parte dos fieis que assistem em nossos templos á celebração do Santo Sacrificio da Missa. Parece absurdo, realmente, que esse problema exista, dado que nenhum acto religioso poderá se comparar a esse, em prodigalidade de motivos para attrair a intelligencia e o coração dos catholicos. Uma simples instrucção mediana da natureza e do alcance dos mysterios que se desenrolam no altar durante aquella celebração, bastará para produzir recolhimento nas almas e dispol-as á participação das graças tão abundantes da Missa, entre as quaes avulta, por seu valor infinito, a incorporação na victima por excellencia da immolação incruenta. E comtudo, o que ordinariamente se verifica é que uma grande parte dos assistentes ao sacrificio da Lei Nova está em attitude de quem espera algo que não chega, quando não se porta como simples passeante que entrasse na igreja para cumprimentar alguns amigos que ali se encontrassem á espera desse gesto de bôa cortezia. E nada queremos dizer da assistencia ás missas de 7.º dia mandadas celebrar por pessoas "importantes", em que o templo se transforma em uma verdadeira sala de palestras. Pondo de parte essas verdadeiras profanações do culto sagrado, supinamente irritantes, mesmo assim, para um verdadeiro catholico, não é menos deploravel comprovar que as missas são celebradas, correntemente, sem proveito para uma grande parte da assistencia, que embora respeitosa em sua attitude exterior, permanece, no emtanto, completamente estranha aos phenomenos sobrenaturaes que nellas se manifestam e que encerram os principios vitaes indispensaveis ao alento e progresso da verdadeira vida interior, da fé, em summa.

CÁ E LÁ... MÁ Se o mal dos outros fosse consolo
FADAS HÁ... bastante para os nossos, seria o
 caso de dizer que não é somente
 no Brasil onde a attitude de muitos fieis, durante a missa,
 deixa algo a desejar. Vemos em um dos ultimos numeros de
 "Sept", o valente hebdomadario dos dominicanos de Juvisy,
 que na Belgica existe, neste particular, alguma coisa que
 desagrada ao zêlo do digno clero daquelle paiz. Isto se de-
 prehende da iniciativa recente do conego Simons, vigario
 da parochia de Saint-Gilles de Bruxellas, que fez armar no
 côro da sua igreja um aparelho cinematographico para
 fazer projectar, no momento dado, os textos da missa, le-
 vando os assistentes a acompanhar todas as phases do officio
 divino e a responder em altas vozes as orações proprias do
 acto. Ao que diz a noticia, e nós só temos razão para crêr
 na informação, esta innovação do citado sacerdote belga tem
 despertado grande interesse e produzido fructos excellentes.

A 1.ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA. A despeito do grande atrazo com
 que vae apparecer este numero
 de nossa revista, não podemos
 deixar de registrar em nossas paginas a realização de um
 verdadeiro acontecimento da vida catholica brasileira: a ce-
 lebração, no Rio, da 1.ª Semana Social em nosso paiz. Como
 é sabido, elle nasceu das conferencias que effectuou entre
 nós o eminente sociologo e escriptor belga padre Vallerio
 Fallon, S. J., que logrou constituir em nossa Capital um
 grupo de especialistas e estudiosos da questão social. Escuda-
 do no apoio de Sua Eminencia o Cardeal Leme, na forte
 energia e disciplinada cultura do illustre Secretario Geral
 do Centro D. Vital, o Dr. Hannibal Porto, e secundado por
 figuras de alto relevo em nosso mundo social, como a Exma.
 Sra. Getulio Vargas e o Sr. Ministro do Trabalho, o jesuita
 belga conseguiu levar a effeito a idéa da Semana Social,
 nascida, como dissemos, das suas notaveis conferencias pro-
 feridas no Rio e em São Paulo, sobre a materia de que é
 professor insigne na Universidade de Louvain. O exito desse
 empreendimento póde ser considerado, sem nenhum exagge-
 ro, verdadeiramente acima de toda expectativa. E seus fru-
 ctos hão de corresponder, estamos certos, ás esperanças que
 depositam nesse movimento quantos conhecem as virtudes

da doutrina social catholica e quantos aspiram uma solução pacifica para os pleitos que a questão social já suscita ou virá a suscitar no Brasil.

O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS.

A crêr no que diziam o Sr. Anisio Teixeira e seus assecclas, uma razão de prudencia aconselhava a não permissão do ensino religioso nas escolas: a possibilidade de conflictos provocados pela tolerancia dos catechistas e seus alumnos. Assim, em defesa da harmonia que deve reinar no ambiente escolar, entendiam, elle e seus partidarios, que se deviam cerrar as portas dos estabelecimentos de ensino official a esse provavel agente de perturbação. E houve muita gente mesmo grave e até rotulada de catholico, que abundou nos mesmos argumentos. O successor do senhor Anisio Teixeira, de triste memoria, porém, não se deixou impressionar por um temor a tal ponto absurdo. Pois, a ser exacto o que diziam o ex-proprietario do ensino publico do Districto, e seus servis repetidores, isto provaria a fallencia absoluta do senso administrativo e a impossibilidade manifesta dos dirigentes da instrucção municipal, de exercer nesse dominio as prerogativas da sua autoridade. O sr. Francisco Campos, como diziamos, não viu motivos para acceitar sem recorrer a uma experiencia, esse attestado de incapacidade e instituiu o ensino religioso nas escolas, cumprindo um dictamen da Carta Politica do paiz. A principio algumas professorinhas do sequito "anisiano", talvez sem se aperceberem que os tempos estavam mudados, tentaram crear incidentes que pudessem justificar as allegações do seu antigo chefe contra o ensino religioso. Logo, porém, foram levadas a comprehender que o novo gestor do departamento a que estavam subordinadas, permanecia attento e disposto a castigar todo acto de indisciplina. E a perfida tentativazinha abortou como era de esperar. De modo que ao fim do anno escolar, como nos encontramos, podemos affirmar que os perigos de perturbação do ambiente escolar pela instituição do ensino religioso, não nasciam da natureza desse ensino, nem dos encarregados de ministrá-lo, nem tão pouco dos que o deviam receber. Se de facto existiam, então se geravam na incompetencia ou na incapacidade dos responsaveis pela manutenção da ordem nos meios escolares, a menos que,

como era mais provavel, tivessem sua origem no espirito sectariamente anti-catholico dos gestores da instrucção publica no Districto Federal áquelle tempo.

A ETERNA HISTORIA DAS CRITICAS DA OPPOSIÇÃO.

Quando o Sr. Leon Blum, o actual chefe do governo francez, estava na opposição, atacava vehementemente a politica economica do

regimen do momento, porque, entre outros argumentos, dizia elle, conduziria inevitavelmente á desvalorização da moeda, verdadeira catastrophe para a vida nacional. Chegando ao poder o Sr. Leon Blum, longe de conter, acelerou a *débaçle* do franco, tornando realidade, num abrir e fechar de olhos, o que até sua chegada ao governo, fôra simplesmente um triste presagio, sobretudo um thema de opposição dos mais efficazes para inflamar a alma popular contra os gestores politicos do seu destino. A despeito disto o "premier" de França não se julga hoje menos digno da confiança dos seus partidarios do que nos tempos da campanha contra os que detinham as redeas do poder, que agora empunha com a conhecida galhardia dos homens sem memoria ou que não acreditam na memoria do povo...

A RUSSIA SE DEMO- CRATISA...

Era de vêr o accento lyrico com que certas almas nascidas para as mais estranhas beatitudes,

proclamavam, ha pouco tempo, que a Russia evoluia a olhos vistos para um regimen de liberdade. E isto a proposito da nova Constituição que Stalin mandára escrever e instituir como estatuto definitivo dos direitos e deveres dos cidadãos nas Republicas Sovieticas. A nós catholicos tentavam catechizar allegando que a Carta politica brindada pelo "Pae dos povos", empreiteiro maximo da tyrannia bolchevista, offerecia apreciaveis garantias á liberdade de consciencia. E a este respeito era sufficiente observar que assegurava aos padres o direito de votar e serem votados. Agora Yaroslavsky, um dos mentores dessa disposiçáo liberal para com os sacerdotes, explica o seu alcance. Diz elle que esse dispositivo constitucional está despido de significação pratica porque o numero de padres hoje existente na Russia é a tal ponto insignificante, que a sua votação ou a votação

a seu favôr não tem na presente realidade politica da Russia a menor probabilidade de exito para a sua intenção. Com effeito, devemos nos render á evidencia: a Russia se democratiza... e a Zululandia tambem.

Bibliographia

“CURSO COMPLETO DE DESENHO”, de Amadeu Sperandio. Livraria Liberdade. São Paulo. 1936.

O sr. Amadeu Sperandio, professor de desenho e pintura, dá-nos um curso completo de desenho para o ensino secundario, de accôrdo com os programmas officaes da primeira serie gymnasial. Vem com 578 desenhos intercallados no texto e 10 tabuas annexas. Sabemol-o adoptado em varios estabelecimentos religiosos da capital de São Paulo, o que já de si dá a entender se tratar de compendio bom. Com a offerta de um exemplar, tambem nos veiu o que se refere á segunda série, e ainda um curso completo de calligraphia, theorico-pratico, para escolas de commercio, secundarias, profissionaes e para os que se destinarem a professores de calligraphia. Traz setenta exemplos intercallados no texto.

“JESUS NAZARENO”, pelo P. Huberto Rohden. “Cruzada da Boa Imprensa”. Rio, 1936. Segunda edição.

Já aqui foi dito da primeira edição do ultimo trabalho do revmo. Padre Huberto Rohden. Sirvam então estas linhas para registrar o exito da obra, que tem sido magnificamente recebida em todo o paiz e conquistado louvores do Episcopado e do Clero em geral. A segunda edição apresenta capa ainda mais artistica.

“SUMA TEOLOGICA”, de Santo Thomas de Aquino. Primeira parte da segunda parte. Livraria Editora Odeon. S. Paulo, 1936.

Corresponde ao nono volume, e trata “Das Leis”. É a primeira traducção portugueza, acompanhada do texto latino, e foi a empreza commettida ao dr. Alexandre Corrêa, nosso apreciado collaborador.

Sobre o grande empreendimento da Livraria Editora Odeon, fazemos nossas as palavras do revmo. P. Leonel Franca, S. J.:

“Uma traducção portugueza da Summa Theologica de Santo Thomaz de Aquino, é um verdadeiro acontecimento, que deve marcar época na historia da nossa literatura. Na Vida do Anjo das Escolas, ella representa a sua obra fundamental, a expressão mais completa do seu pensamento... Eis o grande livro de que agora se nos offerece a traducção portugueza”.

“MAGGY”, de frei Martial Lekeux, O. F. M. Versão autorizada de Soares d’Azevedo. Segunda edição. “Cruzada da Boa Imprensa”. Rio, 1936.

É um livro encantador, escripto naquella linguagem vibrante e nervosa do franciscano Lekeux, que já se notabilizou em outros trabalhos do mesmo genero. Maggy é um pouco phantasia, mas em grande parte realidade. Trata-se de uma irmã sua, que viveu e morreu na Belgica como verdadeira heroína da caridade. Diz o P. Huberto Rohden, prefaciando o livro:

“Estamos no seculo da questão social e do problema operario — e Maggy apparece como uma verdadeira apostola do proletariado. Que exemplo para tantas moças que passam o melhor da sua existencia por entre futilidades e divertimentos mundanos! Que lição de idealismo, de nobreza d’alma, de invicta energia lhes dá essa joven! Sacerdotes e leigos, que trabalhaes no meio operario, difficilmente podeis fazer coisa melhor do que lançar este livro, ás centenas, aos milhares, no meio das massas proletarias”.

Realmente, é de um indizível encanto a leitura destas paginas, em que ha a tecedura de um romance e um verdadeiro compendio de apologetica.

“MEMORIAS de UM COMMUNISTA”, de Illemo Camelli. “Cruzada da Boa Imprensa. Rio de Janeiro, 1936.

Trata-se da auto-biographia de um chefe extremista que acabou no seio da Igreja Catholica. Dotado de uma indomavel energia, de um dynamismo assombroso, de uma tenacidade sem par, collocou-se o joven bandeirante á frente de milhares de operarios explorados pela ganancia de seus patrões. Trabalhou, estudou, organizou, chefiou revoluções, articulou greves; gastou a sua fortuna, a mocidade, a saude; foi perseguido pelas autoridades, exilado para além das fronteiras patrias; viu medrar nos proprios arraiaes a fraude, a ambição, a hypocrisia, o egoismo, a mentira — e acabou por se convencer da impossibilidade de uma regeneração social das massas sem a regeneração pessoal do individuo. Caiu-lhe nas mãos o texto do Evangelho, e uma nova luz resplende aos olhos do ardoroso chefe communista. Abysma-se cada vez mais na philosophia profunda desse codigo admiravel, unico programma capaz de transformar o doloroso conflicto social numa jubilosa harmonia universal. Espirito logico, character puro, alma sincera, leva Camelli ás derradeiras consequencias praticas o descobrimento da verdade. E toda a verdade é essencialmente christã.

“METHODO ANALITICO-SINTETICO DO PIANO”, por Ida Queiroz Santos Empreza Graphia da Revista dos Tribunaes. S. Paulo.

Expõe o methodo de ensino de piano, baseado na experiencia de cuidadoso estudo e apurada observação. Está dividido em tres partes: curso fundamental, curso geral e curso superior. A A. é uma das nossas grandes competencias na materia, o que equivale a dizer que este compendio se impõe.

“MON BEAU FILM”, por Charles Dodeman. Maison de la Bonne Presse, Paris. A. B. C., editora, Rio 1936. 3 frs.

A procura da felicidade...

Uma jovem faz-nos viver o film que viveu e em que alternam esperanças e decepções. E' assim que a empreendedora Giselia abandona a sua agulha de costura para entrar na administração. Nova de um jardineiro, sonha casar-se com um alto funcionario. Illusão! Depressa volta ao honesto rapaz para quem uma felicidade ameaçada fôra proveitoso estímulo. Casam. Um só filho. Bellos salarios, mas despesas exaggeradas. Beira de precipicio.

Giselia dirá ao leitor impaciente qual o ultimo episodio do film trepidante da sua juventude.

AVANÇO LENTO, MAS SEGURO

Quem quer que se dê ao trabalho de estudar mais de perto as actividades dos catholicos do Rio de Janeiro não tardará a convencer-se de que os progressos que se estão fazendo revestem-se de um caracter de segurança, de um caracter definitivo, que autoriza fortes esperanças para o futuro.

No ramo das boas letras, o passado não supporta confrontos com o presente. Estamos numa phase de febril produção litteraria. As emprezas para ella constituídas offerecem impressão de firmeza e estabilidade.

Não ha muito tempo sob os auspicios do dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) e da Colligação Catholica Brasileira, da qual é presidente o mesmo, constituiu-se uma sociedade por quotas, á qual empresta gernecia conscienciosa e solicita um nome assás acatado na industria e commercio do livro: o sr. Getulio Costa, ex-director da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, e da Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. A “Editora A. B. C. Limitada”, que funciona na propria séde da Colligação Catholica Brasileira, vae dar-nos um trabalho de grande folego, em um livro de d. Alba Canizares Nascimento, a eximia educadora, livro que a critica forçosamente receberá com

applausos calorosos. Trata-se da “Introdução á Biblia Sagrada”, conscienciosamente elaborado e disposto para colégios, seminarios, escolas e gymnasios, bem como para estudo portas a dentro de um lar christão.

— Outro livro já publicado, e que tem merecido as mais calorosas palmas da imprensa, é o da também eminente educadora e pedagoga, d. Laura Jacobina Lacombe, sobre a “Moral Christã”, do mesmo modo accessivel ás escolas e gymnasios, porque elaborado segundo todas as melhores regras didacticas. A iniciativa da “A. B. C.”, editando obras de tanta actualidade e de autoras tão respeitaveis e acatadas em nosso meio intellectual, vem mostrar quanto hoje a qualidade está sendo levada mais em conta que a quantidade e que os responsaveis pelo nosso movimento intellectual se dão bôa conta das suas responsabilidades, na hora grave que estamos vivendo.

— Mas a “A. B. C.”, não dorme á sombra dos louros colhidos. As suas iniciativas succedem-se umas após outras. Faz poucos dias, fez inaugurar a “Livraria Anchieta”, a primeira de uma serie que pretende abrir em todo o paiz, com o fim de divulgar o mais possivel o bom livro brasileiro. A “Livraria Anchieta”, funcionando ainda no andar terreo do vasto predio de onde a Colligação Catholica Brasileira faz estender por todo o Brasil as suas actividades, preparou-se para fornecer aos catholicos patricios o bom livro, tanto nacional como estrangeiro, sobretudo o bom livro que attenda ás necessidades intellectuaes da hora que passa.

Installação elegante, ponto accessivel (Praça 15 de Novembro, 101, Rio), a “Livraria Anchieta estamos certos de que virá cooperar de modo precioso com os guias da Accção Catholica, porque já estabeleceu contrato com as principaes casas editoras, da America e da Europa, afim de que lhe façam abundante provisão de tudo quanto possa interessar ao nosso meio.

— E não param aqui as iniciativas da já benemerita organização do livro. Com a importante empresa Saraiva e Cia., de São Paulo, se concertou a “Livraria Anchieta” para vir a ser, como de facto já é, unica depositaria e distribuidora, no Districto Federal, de todos os seus livros didacticos, que são algumas centenas. Nós sabemos muito bem a falta que ha de bons livros didaticos. Uma empresa que

se encarregue de fornecer aos nossos collegios, seminarios, gymnasios, etc., compendios dignos, tanto sob o ponto de vista moral, como sob o ponto de vista didatico, só póde merecer louvores e fazer jus a agradecimentos.

— Os operarios tiveram o seu brinde da “A. B. C.”, com a edição de “Os catholicos e a questão social”, do jesuita Padre Robinot Marcy (5\$000), livro em que a questão social é estudada com raro criterio e interessante espirito de analyse.

— Finalmente, no dia das Missões, que occorreu em 18 de outubro, a “A. B. C.” não se esqueceu do grande movimento missionario, que precisa ser intensificado em todo o paiz, e fez espalhar pelos Estados um livro que nem todos conhecem, embora mereça estudo e exame acurado: “Peló Rio-Mar”, o historico das Missões salesianas no Amazonas (5\$000), fartamente illustrado com suggestivas gravuras, livro esse de autoria do grande prelado do Rio Negro e grande missionario brasileiro, que é monsenhor Pedro Massa.

Está-se vendo, pos, tanto a “A. B. C.”, mãe, com a “Livreria Anchieta”, filha, iniciam auspiciosamente suas actividades e apparecem de molde a merecer confiança, solidariedade, estimulos e bem-querer.

Já se póde dizer que o Rio de Janeiro conta desde agora com a sua livreria catholica, o que é muito, e tambem conta com uma honesta e prudente casa editora, tambem catholica, o que representa grande passo para uma maior floração da intelligencia brasileira.

BOLETIM DA COLLIGAÇÃO CATHOLICA BRASILEIRA

N.º 10

Junho de 1936

Benção do Episcopado

A Colligação Catholica Brasileira, fundada na Metropole do Rio de Janeiro sob o alto patrocínio de S. Emcia. o Cardeal Dom Sebastião Leme, reúne em torno de sua bandeira de acção catholica numerosos grupos de actividades doutrinaarias, culturaes e sociaes destinados a uma profunda penetração do espirito de Nosso Senhor Jesus Christo em todos os orgãos d avida nacional.

E' com o maior entusiasmo pastoral que abençoamos esse grande movimento de ordenação de todos os nossos valores catholicos para o bem commum de nossa Patria, defesa das aspirações nacionaes e triumpho integral da realeza eucharistica de Nosso Senhor na terra de Santa Cruz.

(Documento assignado por E. Eminencia o Sr. Cardeal Leme, Sr. Nuncio Apostolico D. Aloisio Masella e mais 29 Exmos. Srs. Bispos, quando do Congresso Eucharistico da Bahia, em Setembro de 1933).

IMPORTANTE :

- 1.º O Boletim da Colligação Catholica Brasileira é de distribuição gratuita aos cooperadores e socios da Colligação e de todas as Associações colligadas.
- 2.º Sendo de natureza technica, o Boletim não publica artigos de collaboração.
- 3.º Aceita, porém, artigos de doutrina sobre qualquer assumpto que interesse á acção catholica.

BOLETIM DA COLLIGAÇÃO CATHOLICA BRASILEIRA

N.º 10

JUNHO DE 1936

ANNO III

SUMMARIO

1936	279
C. C. B.	281
Centro D. Vital	284
Conf. Nacional de Operarios Catholicos	287
Instituto Catholico de Estudos Superiores	289
Equipes Sociaes	292
Conferencia Vicentina Sto. Thomaz de Aquino	294
O Papa e a Acção Catholica	295
Balancete	296

EMPRESA A. B. C. L^{TDA.}

(Da Colligação Catholica Brasileira)

Praça 15 de Novembro, 101-2.º

Caixa Postal 249

Phone: 42-3055

Fornece qualquer livro de orientação catholica, tanto aos seus amigos desta capital, como dos Estados.

Tem sempre em "stock" variado sortimento de livros estrangeiros, sobre apologetica, religião, liturgia, sociologia, pedagogia, vida espiritual, ascetica e mystica.

Installa bibliothecas, tanto nesta capital como no interior.

Edita livros de reconhecido valor literario e moral.

Fornece-se gratis o catalogo geral a quem o solicitar.

1936

Se o anno de 1935 foi assignalado para a Acção Catholica Brasileira, pela promulgação dos seus Estatutos e a Carta do Santo Padre, marca o anno de 1936 o inicio dos trabalhos officiaes da A. C. Masculina pelo triduo realizado na presença e com a palavra apostolica do Cardeal Leme e pelo inicio do Curso de Formação, que vem congregando, ás segundas-feiras, na Colligação, um grupo consideravel de homens e de moços dispostos a trabalhar pela Igreja.

Começam assim as nossas obras a transformar-se, como sempre o declaramos, em secções do proprio corpo official da A. C. Sempre declaramos que a C. C. B. não era um organismo que pleiteasse a sua autonomia. E sim uma serie de organizações especializadas que visavam congregar os catholicos antes da organização official da A. C. De suas associações só permanecerão aquellas que a Autoridade Ecclesiastica julgar necessarias, desapparecendo todas as que forem substituidas, como a A. U. G., pela Juventude Universitaria Catholica, de outra amplitude.

Nem por isso deixamos de proseguir em nossas actividades e cada vez com mais ardor, pois não só associações haverá, como o Centro D. Vital, que não desapparecerão, mas ainda outras actividades se vão impondo de accôrdo com as necessidades do tempo e do apostolado.

Terminamos, este anno de 1936, os trabalhos de remodelação da nossa séde, o que permittiu uma actividade mais uniforme e constante, bem como uma installação mais condigna a nossos serviços, que tiveram uma vez a honra da visita pessoal de S. E. o Sr. Cardeal Arcebispo. Pudemos, tambem, fornecer locaes para a installação da Directoria do Ensino Religioso na Diocese, que movimenta a bagatela de 1.700 professores de catecismo nesta capital, desde que entrou em execução o decreto do ensino religioso. E' essa a primeira realização effectiva das reformas introduzidas na legislação e na vida brasileiras, graças aos esforços da Acção Catholica.

Proseguiram normalmente em funcionamento nossas associações, de accôrdo com os relatorios parciaes que se seguem neste Boletim. Aqui se realizaram tambem os cursos do P. Valère Fallon, S. J., que culminaram na reunião da 1.^a Semana Social Brasileira, dedicada ao problema da habitação popular, obra que deverá proseguir como uma das mais importantes de acção social dos catholicos.

E tivemos uma visita que aqui realizou uma só conferencia, mas que, pelo significado da sua presença entre nós, merece registro especial — a de Jacques Maritain.

Todas as nossas forças estão concentradas actualmente na mobilização das forças masculinas para a Acção Catholica. Ao passo que as moças e senhoras catholicas se organizam e trabalham com grande actividade, os moços e homens catholicos ainda estão longe de ter comprehendido o alcance de suas responsabilidades e o dever de acção uniforme, e não dispersa, que nos cabe.

Nesse sentido é que estão concentradas todas as forças da C. C. B., na sua dupla tarefa de formação para a A. C. e de collaboração nos seus trabalhos de irradiação do Christo na sociedade.

A incorporação mais profunda e efficiente, portanto, das nossas associações colligadas nos trabalhos da Acção Catholica official, foi o sentido dos nossos trabalhos no decorrer deste anno de 1936, ainda por terminar e comportando, portanto, ainda muito trabalho e muito sacrificio.

COLLIGAÇÃO CATHOLICA BRASILEIRA

DIRECTORIA

Alceu Amoroso Lima — Presidente.
Revmo Padre Paulo Bannwarth, S. J.,
assistente eclesiastico no impedimento do
Revmo. Padre Leonel Franca, S. J.
Wagner Dutra — Sub-secretario.
Perillo Gomes — Secretario.
F. S. Bandeira de Mello — Thesoureiro.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Fabio de Aguiar Goulart
Alfredo L. Ferreira Chaves
F. R. Barreto Campello
Hamilton Nogueira
J. C. de Mello e Souza
H. F. Sobral Pinto
Rubens Porto

CONSELHO TECHNICO

Alvaro da Silva Lima Pereira
Bernardo Guimarães Mascarenhas
Mario Andrade Ramos.

OBRAS ANNEXAS:

Congregação Mariana de N. S.^o das Graças.
Conferencia de S. Thomaz de Aquino
(S. S. Vicente de Paulo).

C. C. B.

Suas Atividades no Primeiro Semestre de 1936

Conforme foi resolvido em 1935, a C. C. B. ficou, para effeito administrativo, independente das outras associações colligadas e dividida em varias secções a parte, como sejam: Directoria, Secretaria, Thesouraria, etc. Isto veio em muito facilitar a consecução dos seus fins, sem que o conjuncto das associações soffresse quaesquer embaraços.

Damos a seguir o resumo de nossas actividades, para maior comprehensão do que vimos fazendo de Janeiro a Junho de 1936:

SESSÕES REALIZADAS: — Durante o primeiro semestre de 1936 realizaram-se 171 reuniões das diversas associações. A C.C.B. propriamente dita teve 3 reuniões de Directoria e uma sessão solenne.

VISITAS RECEBIDAS: — A C. C. B. teve, neste semestre decorrido, occasião de ser honrada com a visita de altas figuras do nosso Clero, destacando-se a de S. E. D. Sebastião Leme, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, do sr. Arcebispo Primaz da Bahia e do Sr. Bispo do Amazonas, os quaes pessoalmente puderam constatar o, quanto vamos realizando em prol da acção catholica.

CONF. CATHOLICA BRAS. DE EDUCAÇÃO: — Segundo já fôra annunciado no precedente Boletim, a C. C. B. E. localizou sua séde em nosso edificio, facto esse que veio augmentar mais ainda o campo de nossas actividades, cujo precipuo designio é o desenvolvimento do apostolado catholico.

QUADRO DE COOPERADORES: — Tal como nos annos anteriores, o apoio foi dado á C. C. B. pelo quadro de cooperadores é digno dos maiores encomios. Mais accentuado foi nesse semestre o auxilio prestado por esses valorosos amigos, pois seu numero cresce dia a dia, o que nos vem facilitar o caminho para a méta desejada.

PLANO DE ACCÇÃO: — Accentuamos mais uma vez que a nossa tarefa está muito além da nossa capacidade. Porém, dentro do limite de nossas possibilidades, vamos realizando o que mais necessario se torne, não desprezando as oportunidades que se apresentem para nos approximarmos mais ainda do fim almejado, servindo com honestidade e zelo á obra grandiosa da A. C. B., cujo sector que dirigimos com honra e incompetencia, mas com bôa vontade e amor, requer grandes esforços e magna perseverança. Assim vamos realizando muita coisa, embora não nos esqueçamos de que o que ha a fazer seja quasi tudo ainda.

Associações Colligadas

Central D. Vital

Acção Universitaria Catholica (A. U. C.)

Conf. Nacional de Operarios Catholicos

Associação de Bibliothecas Catholicas

Instituto Catholico de Estudos Superiores

Equipes Sociaes

Centro D. Vital

Fundado em 1921 por Jackson de Figueiredo, tem por fim a rechristinização dos intellectuaes: Palavras de Sua Eminencia o Sr. Cardeal Leme. "O Centro D. Vital é a maior affirmação da intelligencia christã em terras do Brasil".

DIRECTORIA:

Assistente ecclesiastico: Pe. Leonel França, S. J.

Presidente perpetuo: Alceu Amoroso Lima.

Vice-Presidente: F. B. Barreto Campello.

Secretario: Hannibal Porto.

Thesoureiro: M. X. Vasconcellos Pedrosa.

PUBLICAÇÕES:

Revista "A ORDEM"

Director: Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde).

Redactor Secretario: Wagner Dutra.

CENTRO DOM VITAL

Suas actividades no periodo do primeiro semestre de 1936

O Centro D. Vital esteve em contacto com os demais Centros, em pleno funcionamento, em numero de 15 em São Paulo, Recife, São João Del-Rey, Itajubá, Juiz de Fóra, Ouro Preto, Bahia, Aracaju, Porto Alegre, Bello Horizonte, Maceió, Victoria, Uberaba, Campos e Fortaleza, procurando informar-se das suas actividades e estreitando as relações pela troca de correspondencia frequente.

SESSÕES DE DIRECTORIA — Realizaram-se duas sessões, nas quaes foram tratados varios assumptos interessantes, sendo que todos tiveram soluções promptas e convenientes.

REUNIÕES GERAES — O Centro patrocinou cinco conferencias sobre themas da maior actualidade, com grande frequencia de associados e de outras pessoas, que embora não pertencendo ao nosso quadro social, accorrem ao convite para dellas participarem como assistentes:

Abril — 24 — O Homem Moderno e a Igreja — Dr. Alceu Amoro-
roso Lima.

Maio — 8 — A Familia Moderna e a Igreja — O mesmo.

Maio — 22 — O autor do segundo Evangelho — Frei Pedro
Secondi.

Junho — 5 — Charles Peguy — Prof. Robert Garric.

Junho — 19 — Racismo — Dr. Hamilton Nogueira.

MOVIMENTO FINANCEIRO: — E' lisongeira a nossa posição financeira neste primeiro semestre, como poderá ser verificado no balanço annexo a este Boletim.

SOCIOS — E' animador o augmento do quadro social neste semestre. Ingressaram no Centro, dando-nos o prazer de sua honrosa companhia e prestando-nos a sua collaboração as seguintes pessoas: Dr. José Rabello, Sylvio Neves de Moura, Dr. Domingos Guilherme da Costa, Julio Sá, Dr. Arthur Ferreira da Costa, Prof. Dr. Agamemnon Magalhães, Major José Lessa Bastos, Dr. Octavio Pereira Penna, Dr. José Villela Pedras, Dr. Beni Carvalho, Conego Olympio de Mello. Fernando Falcão e Coronel Floriano Peixoto Torres Homem.

SOCIOS FALLECIDOS: — O Centro D. Vital presta o seu preito de saudade aos socios fallecidos durante o semestre: Jeronymo Cabral, Dr. Octavio Mendes de Oliveira Castro e Ministro Athur Ribeiro. A's suas familias foram endereçados pesames e outras manifestações de solidariedade á sua dôr.

NUCLEOS VITALISTAS: — Tivemos entendimentos com alguns elementos influentes em diversos Estados, pessoalmente e por cartas, no sentido de um forte movimento de tendencia á fundação de novos Centros, animando-nos á convicção de que, se não houver solução de continuidade na accção, poderemos attingir o nosso elevado objectivo de irradiar efficazmente por aquelle meio a scenteilha espi-ritual que nos anima pela vastidão do nosso territorio.

Acção Universitaria Catholica

(A. U. C.)

Destinada a congregar os universitarios, visa preservar a nossa mocidade estudiosa do contacto de idéas exóticas e extremistas, abrigando-a á sombra da Igreja Catholica.

Pertencem á A. U. C. os seguintes Centros:

CENTRO DE LITURGIA

Haroldo Mattos, presidente.

CENTRO DE MEDICINA

Hamilton Nogueira, presidente.

Henrique Euclides da Silva, secretario.

CENTRO JURIDICO

Orlando Carneiro, presidente.

DIRECTORIA: — Hamilton Nogueira, presidente; Alvaro Milanez, vice-presidente; Henrique Penido, thesoureiro e Pedro Enout, secretario.

PUBLICAÇÃO:

- **VIDA — Revista de mocidade e de acção — de combate e de Fé.**

Direcção de: Nelson de Almeida Prado, Henrique Maia Penido, Weimar Penna, Sylvio Elia, Camargos Rocha, Pedro Enout, Alvaro Milanez.

Conf. Nacional de **Operarios Catholicos**

Trabalha pela arregimentação do operario nacional para, sob os ensinamentos das encyclicas pontificias, livral-o da seducção do communismo dissolvente, sem patria e sem Deus, e do capitalismo materialista.

DIRECTORIA: — Rubens Porto, presidente; R. Corrêa Sobrinho, secretario; Antonio de Jesus Queiroga, thesoureiro.
PUBLICAÇÃO:

Jornal "O CLAMOR"

Direcção de: Paulo de Oliveira e Antonio de Jesus Queiroga.

Conf. Nacional de Operarios Catholicos

RELATORIO DAS ACTIVIDADES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1936

Attendendo á responsabilidade que lhe cabe pelo encargo que se propoz de orientar o operariado nacional nos moldes da doutrina social christã, a C. N. O. C. continúa, com sacrificios, é claro, mas com resultados satisfactorios a sua tarefa.

O 1.º semestre de 1936 foi de trabalho bastante efficiente. A Directoria foi a seguinte:

Rubens Porto — Presidente.

Raymundo Corrêa Sobrinho — Secretario.

Antonio de Jesus Queiroga — Thesoureiro.

Moacyr C. V. de Oliveira — Procurador do Trabalho na C.N.O.C.

Aloysio Lopes Pontes — Adjuncto da Procuradoria.

Luiz Augusto do Rego Monteiro, Perillo Gomes, Amoroso Lima, Octavio Alexander de Moraes, Nelson de Almeida Prado e Pedro Bandeira de Mello — Conselheiros.

As reuniões da directoria foram em numero de 7, na séde, o que pareceria irrisorio si não tivessemos a argumentar que as reuniões dos Confederados não foram somente estas. Gente laboriosa e de domicilios, os mais variados e longinquos, gente de todos os bairros e suburbios, não podem os operarios ficar adstrictos a uma burocracia contraproducente. Assim, as nossas reuniões se realizaram em numero illimitado. Perdemos a conta mesmo. Nós nos temos reunido nos cafés e botequins, nas esquinas, nas organizações operarias dos suburbios, nos bondes, e... até nos palcos! Em toda parte se trama. Em toda parte se conspira a mais santa das conspirações: a solução das difficuldades do operariado. Nada de desperdicio de tempo. Já não ha tempo para quasi nada, quanto mais para perder.

O nosso movimento financeiro acha-se registrado no balancete da C. C. B. que se acha annexo a estas folhas. No movimento de expediente, entre nosso querido jornal celebrou-se entre applausos e palavras augurosas. Tivemos a benção especial de D. Leme, um artigo do sr. ministro do Trabalho e varias collaborações de brilhantes intellectuaes. Tivemos tambem um grande numero de cartas de nossos irmãos operarios de varios pontos do paiz. Cartas simples, mas cartas amigas. Um circulista de Porto Alegre, João Lattuada, por exemplo, nos enviou uma bella carta. João Lattuada nos enviou por meio desta carta o balanço de sua vida. João foi socialista, anarchista, comunista, o diabo, enfim. Agora é christão social alistado sob a bandeira do Pe. Bretanno. Está satisfeitissimo agora e não vae mais com o communismo. Agora elle vae é conosco "mesmo que choya canivete aberto" como dizemos em nossa linguagem.

Emfim, muito mais poderíamos dizer, si não tivessemos recommendação de fazer alto quando desconfiassemos que estavamos sendo extensos. Aqui não ha muitos numeros. As estatisticas, excessivas, os numeros demasiados, dão idéa de mechanização. E agora temos falta de mystica no mundo. Os numeros limitam. As idéas se expandem. Conquistamos muitos amigos. Não importa quantos mas importa que sejamos bons. Descobrimos energias latentes, operarios intelligentes, batalhadores de escol. Qual será o nosso programma agora? Dirigir a marcha rumo ao Christo Operario.

E' o que vamos fazer no segundo semestre.

INSTITUTO CATHOLICO
DE

ESTUDOS SUPERIORES

Fundador: TRISTÃO DE ATHAYDE

Fins: Preparação para a Universidade Catholica Brasileira e formação de uma cultura superior sadia.

Obra anexa:

NEWMAN CLUB — destinado ás pessoas que desejam aperfeiçoar-se na lingua ingleza.

DIRECTORIA: — Director: H. F. Sobral Pinto; Vice-director: Sylvio Elia; Secretario: Pio Benedicto Ottoni; Thesoureiro: Carlos de Carvalho Palmer.

CURSOS que funcționaram no 1.º semestre de 1936

THEOLOGIA

Prof. D. Martinho Michler, O. S. B.

PHILOSOPHIA

Prof. Frei Pedro Secondi, O. P.

SOCIOLOGIA E ACÇÃO CATHOLICA

Prof. Dr. Alceu Amoroso Lima.

INTR. A' SCIENCIA DO DIREITO

Prof. Dr. H. F. Sobral Pinto.

BIOLOGIA

Prof. Dr. Hamilton Nogueira.

HISTORIA DA IGREJA

Prof. Guy de Hollanda.

HISTORIA DA IDADE MEDIA

Prof. Guy de Hollanda.

Instituto Catolico de Ensinos Superiores

RELATORIO DE 1936 - PRIMEIRO PERIODO

Dentro da Colligação Catholica Brasileira representa o Instituto a grande realização no dominio intellectual. Sabemos que uma das mais importantes fontes da anarchia dos espiritos e da inquietação social dos nossos dias é a falta de organicidade nas idéas, cada uma desenvolvendo-se á parte, donde hypertrophia de cada sector e desequilibrió do conjuncto.

O papel da Universidade Catholica — obra das mais meritorias e indispensaveis que infelizmente ainda não possuímos, mas que resultará de uma reorganização geral do nosso Instituto, o que se verificará em momento opportuno — principalmente no Estado Leigo, é de attractar a si intelligencias da elite, que formarão a aristocracia mental do paiz, afim de educal-as num Sentido Christão, isto é, respeitando a hierarchia dos conhecimentos, illuminando a sciencia com os clarões da Fé, e não deixando fenecer as obras da razão por uma perda de contacto com a integridade da Vida, de que o sobrenatural é a mais nobre parte.

Poder-se-á perguntar se o Instituto tem preenchido perfeitamente essa importantissima função. Lembremos, porém, que a sua grande relevancia está a exigir desdobramentos de esforços, constancia e tempo.

Fundado em Maio de 1932, sob a orientação de Alceu Amoroso Lima, que até o presente nunca o abandonou, o seu quinto anno de vida cujo 1.º periodo vem de se escoar, é testemunho de que não lhe faltam elementos para a completa victoria.

Cresceu o numero de matriculas, abriram-se novos cursos, registrou-se maior entusiasmo.

Cumpra que as familias catholicas e, principalmente, os moços, a quem esta obra é quasi totalmente dedicada, não se contentem com o simples preparo tecnico ou profissional, que vão haurir nas escolas superiores.

O que torna o homem verdadeiramente culto, capaz de olhar a vida de um plano superior para compreender o panorama, são os chamados estudos de humanidades, hoje convertidos nos collegios officiaes, em meros preparatorios.

Para a fórmula mais elevada, porém, do "Humanismo Christão", fóra do qual os jovens intellectuaes da Igreja só encontrarão desvios perigosos, é que se orienta o Instituto Catolico de Estudos Superiores. Nelle e com elle precisa marchar a jovem intelligencia do Brasil.

● CURSOS PROFESSADOS

Continuaram funcionando as classes de Theologia, Philosophia, Sociologia e Accção Catholica, com frequencia animadora e interesse invulgar. Regem essas cadeiras, respectivamente, D. Martinho Michler, O. S. B. Frei Pedro Secondi, O. P., e Dr. Alceu Amoroso Lima (as duas ultimas, cuja proficiencia e saber têm sido attestados pelos optimos resultados obtidos nos dois ultimos annos).

Tambem continuam os seus cursos os Drs. Hamilton Nogueira e Heraclito Sobral Pinto, regentes de Biologia e Introducção á Sciencia do Direito, respectivamente. São materias que interessam muito

de perto aos futuros medicos e bachareis, cuja frequencia, aliás, nessas aulas, é predominante.

Inauguraram-se dois novos cursos, ambos ao cargo do professor Guy de Hollanda :o primeiro, curso official, é de Historia da Igreja e o segundo, facultativo e publico, de Historia da Idade Média. Só o primeiro, porém, se acha funcionando, pois, por motivos superiores de ordem particular, o prof. Guy de Hollanda suspendeu o segundo em 8 de Junho.

As aulas tiveram inicio a 20 de Abril e foram suspensas, por motivo de ferias, em 18 de Junho, tendo-se realizado 57 aulas nesse periodo.

REUNIÕES DA DIRECTORIA

Reuniu-se a Directoria seis vezes em 1936, no periodo, para tratar de interesses geraes. Com a entrada do Sr. Sylvio Elia para a vice-directoria, ficou a directoria assim constituida: Director, H. F. Sobral Pinto; vice-director, Sylvio Elia; secretario, Pio Benedicto Ottoni; thesoureiro, Carlos de Carvalho Palmer.

São de mencionar os grandes serviços prestados pelo dedicado auxiliar Henrique G. de Serpa Pinto.

Nessas reuniões traçou-se o plano de acção para 1936, pezar-se as possibilidades do Instituto e creou-se uma divisão no corpo discente, entre alumnos ouvintes e effectivos, e instituiu-se para estes ultimos o regimen de provas parciaes.

PROVAS PARCIAES

Como está já divulgado, o actual Instituto deverá, em futuro mais ou menos proximo, converter-se na Universidade Catholica do Brasil. Para tanto vae aos poucos integrando-se no ambiente universitario, isto é, exigindo frequencia, avaliando o preparo dos alumnos por meio de provas, ampliando os cursos, creando novas cadeiras, organizando o ensino em séries, etc.

Já vimos a abertura de mais uma classe. Registramos aqui, á parte, a instituição do regime de provas parciaes obrigatorias para os alumnos effectivos.

E' o primeiro passo para a seriação, seleccionando os valores capazes de ascender mais um degráu até a obtenção final do diploma no terminar do curso.

As primeiras provas parciaes do Instituto foram fixadas para a primeira quinzena de Julho.

CONCLUSÃO

Terminou o primeiro periodo, como se vê, dentro do ambiente do mais grato entusiasmo. As deliberações tomadas effectuaram-se rigorosamente a seu tempo, e o Instituto, em pleno funcionamento, vive mezes de franca ascensão.

A decisão de proseguir sempre dos seus dirigentes e de não regatear esforços, é penhor de confiança para quantos ingressaram ou venham a ingressar no estabelecimento mais importante de formação cultural e religiosa existente no Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1936.

SYLVIO ELIA

EQUIPES SOCIAES

Obra social de união entre as classes por meio da instrução e amizade.

DIRECTORIA:

FR. PEDRO SECONDI, O. P. Conselheiro ecclesiastico.

ALCEU AMOROSO LIMA — Presidente de Honra.

HAROLDO DE ALMEIDA MATTOS — Presidente.

PEDRO ENOUT — Secretario.

HENRIQUE MARIA PENIDO — Thesoureiro.

WEIMAR PENNA — Chefe de Methodo.

PUBLICAÇÃO:

Boletim de Methodo

Jornal EQUIPE.

Direcção de: — Haroldo de Almeida Mattos.

EQUIPES SOCIAIS

As Equipes Sociaes funcionaram regularmente durante o primeiro semestre de 1936, sob a organização da seguinte Direcção central: Haroldo Mattos, presidente; Henrique Penido, thesoureiro; Pedro Enout, secretario; Weimar Penna, chefe de methodo; Paulo Pantoja Leite, chefe de propaganda.

Caracterizou-se esta primeira metade de 1936 por um intenso movimento de propaganda, do augmento do numero de estudantes, de equipes e de operarios; movimento este que nos foi trazido e impulsionado por Robert Garric, fundador e presidente geral das Equipes. Sua intensa constancia e insistencia no trabalho communicou-nos um novo entusiasmo, o qual levou-nos a um resultado satisfactorio. Temos cerca de 50 estudantes trabalhando, 12 Equipes em funcionamento e cada Equipe de per si com grande augmento do numero de operarios.

Communicamos tambem o apparecimento do n.º 3 de nossa utilissima publicação — “Boletim de Methodo” — que orienta o estudante no methodo de seu trabalho de educação popular na Equipe. Acha-se em preparo o n.º 4, desta mesma publicação.

ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTHECAS CATHOLICAS

**Tem por fim desenvolver a bôa leitura;
a divulgação de livros uteis; a impressão
de livros moraes e intellectualmente sadios;
traduccões, venda e emprestimos de li-
vros, etc.**

Obra mantida pela Associação:

EMPRESA A. B. C. LTDA.

para a diffusão do bom livro e da cultura catholica moderna.

CONFERENCIA VICENTINA DE SANTO THOMAZ DE AQUINO

Relatorio do primeiro semestre de 1936

A Conferencia de S. Thomaz de Aquino, não dispondo de grandes recursos para realizar seu programma, tem conseguido, comtudo, mercê da bôa vontade dos seus confrades, manter o fornecimento de auxilio aos nossos pobres. Devemos isto ao auxilio de Deus, que nos tem sempre animado na pratica da caridade.

Com pesar temos que registrar a partida, para São Paulo, do saudoso confrade Fabricio de Barros, com cuja dedicação sempre contamos para a realização de nossa santa e agradavel tarefa.

Seria para se desejar que estendessemos mais a nossa accção; a falta de meios porém, nol-o impossibilita, mas o augmento, dos membros da conferencia poderá mais tarde fornecer-nos maiores recursos e então teremos a grande satisfação de ampliar a nossa obra para maior gloria de Deus.

Foram effectuadas 32 sessões ordinarias.

O numero de confrades é de 15 e o de pobres são 11.

As reuniões realizam-se aos sabbados ás 16 horas.

DIRECTORIA ACTUAL:

Murillo Mendes — Presidente.

Christovão Breiner — Vice-presidente.

Oswaldo Gomes Lima — Secretário.

Perry Pereira dos Santos — Thesoureiro.

O Papa e a Acção Catholica

Aquelle que tem a felicidade de se approximar do nosso muito amado Soberano Pontifice e conhecer, mais intimamente, uma synthese da sua obra, vê com alegria que esse pensamento é o resultado de uma forte intelligencia e de um coração generoso que haure, cada dia, para não dizer cada hora, a luz no proprio Coração do Divino Salvador. E' o Vigario de Jesus Christo, que vive em communhão ininterrupta de pensamento e de amor com o Divino Mestre, e que, a todo o instante de sua vida, procura elevar-se até esse Modelo indoravel e pôr a sua actividade á altura da grande missão que lhe foi confiada.

Numerosas e magnificas são as obras e as iniciativas desse Pontifice, preparando para sua missão por eminentes qualidades pessoas, por um habito de meditação e de estudo, elevado continuamente para o céu, e fortificado pela prece; porém, suas obras podem resumir-se todas na sêde inextinguivel de salvar o mundo, sêde que devora seu coração de Pastor e Pae.

Tal é a obra do Papa na Acção Catholica, do Papa que chama o laicato a collaborar com a Hierarchia, com o bispo e o cura, para a defesa e a extensão do reino de Nosso Senhor Jesus Christo, reino ameaçado e compromettido pelas depravações modernas.

B. U. F. C. I.

COLLIGAÇÃO CATHOLICA BRASILEIRA

Balancete de Razão em 20 de Junho de 1936

ACTIVO

CONTAS DE DESPESAS

Alugueis:

Centro D. Vital 900\$000

Annuncios:

Bibliotheca	245\$000	
Centro D. Vital	162\$000	
Inst. Cath. Est. Sup.	225\$000	632\$000

Commissões:

Ordem	1:573\$000	
Colligação	890\$900	
Clamor	159\$600	
Centro D. Vital	2:409\$900	
Accão Univ. Cath.	75\$000	
Inst. Cath. Est. Sup.	9\$000	
Liga Eleit. Cath.	541\$700	
Bibliotheca	12\$000	
Vida	24\$000	5:695\$100

Contribuições:

Conf. Nac. Op. Cath.	318\$000	
Centro D. Vital	5:112\$000	
Conf. Impr. Cath.	5:112\$000	
Assoc. Bibl. Cath.	2:395\$000	
Accão Univ. Cath.	960\$000	
Liga Eleit. Cath.	600\$000	14:497\$000

Despezas Geraes:

Colligação	6:023\$400	
Bibliotheca	655\$700	
Conf. Nac. Op. Cath.	414\$500	
Centro D. Vital	355\$400	
Ordem	266\$000	
Vida	149\$400	
Congr. Marianna	488\$500	
Clamor	495\$900	
Accão Univ. Cath.	76\$000	
Inst. Cath. Est. Sup.	129\$800	
Conf. Impr. Cath.	28\$000	
Liga Eleit. Cath.	20\$100	9:102\$700

ACTIVO

Direitos Autoraes:

Bibliotheca 1:430\$000

Juros e Descontos:

Bibliotheca 36\$200
 Ordem 5\$000
 41\$200

Luz e Força:

Colligação 807\$400

Ordenados:

Colligação 35:774\$300
 Liga Eleit. Cath. 2:150\$000
 Inst. Cath. Est. Sup. 100\$000
 38:024\$300

Papelaria e Impressos:

Bibliotheca 835\$800
 Colligação 1:107\$500
 Clamor 74\$800
 Centro D. Vital 491\$000
 Ordem 757\$500
 Vida 530\$000
 Inst. Cath. Est. Sup. 153\$600
 Conf. Nac. Op. Cath. 2\$700
 Conf. Impr. Cath. 58\$300
 Congr. Marianna 20\$000
 4:031\$200

Periodicos a Socios e Coop:

Centro D. Vital 2:585\$700
 Colligação 258\$400
 Liga Eleit. Cath. 61\$200
 Acção Univ. Cath. 20\$400
 2:925\$700

Remodelação da Séde:

Colligação 11:424\$600

Reorganização da Contabilidade:

Colligação 919\$100

Revistas e Jornaes:

Clamor 2:272\$600
 Vida 3:140\$000
 Equipe 126\$000
 Ordem 11:558\$700
 17:597\$300

ACTIVO**Seguros:**

Colligação	405\$500
------------------	----------

Sellos e Estampilhas:

Bibliotheca	1:106\$120	
Assoc. Bib. Cath.	124\$900	
Colligação	227\$600	
Conf. Nac. Op. Cath.	91\$400	
Centro D. Vital	248\$700	
Ordem	744\$180	
Accção Univ. Cath.	11\$000	
Vida	144\$720	
Inst. Cath. Est. Sup.	88\$300	
Congr. Marianna	111\$250	
Clamor	99\$000	
Conf. Impr. Cath.	133\$400	
Equipes Sociaes	21\$100	3:151\$670

Teleph. Telegrapho:

Colligação	587\$100	
Centro D. Vital	19\$100	
Equipes Sociaes	1\$000	
Conf. Nac. Op. Cath.	20\$400	627\$600 112:212\$370

APOLICES MINEIRAS:

Colligação	1:000\$000
------------------	------------

CAIXA:

Colligação	1:217\$400
------------------	------------

CAIXA ECONOMICA:

Colligação	22:875\$810
------------------	-------------

CONTAS CORRENTES

Bibliotheca	3:171\$114	
Colligação	20:286\$980	
Ordem	2:219\$500	
Conf. Nac. Op. Cath.	1:037\$900	
Centro D. Vital	6:589\$800	
Vida	439\$000	
Clamor	150\$000	
Accção Nniv. Cath.	402\$100	34:296\$394

ACTIVO

CONTAS CORRENTES CONSIGNAÇÃO:

Bibliotheca	4:453\$000	
Acção Univ. Cath.	1:072\$900	5:525\$900
	<hr/>	

LAR BRASILEIRO S. A.:

Colligação	50:000\$000	
Acção Univ. Cath.	60\$800	50:060\$800
	<hr/>	

LIVROS:

Conf. Nac. Op. Cath.	83\$400	
Centro D. Vital	1:612\$300	1:695\$700
	<hr/>	

LIVROS EM CONSIGNAÇÃO:

Bibliotheca		8:464\$370
-------------------	--	------------

LIVROS OFFERTADOS:

Centro D. Vital		200\$000
-----------------------	--	----------

MOVEIS E UTENSILIOS:

Colligação	10:008\$700	
Bibliotheca	9\$000	
Conf. Nac. Op. Cath.	60\$000	
Congr. Marianna	120\$000	
Acção Univ. Cath.	60\$000	10:257\$700
	<hr/>	

VERBAS A DEBITAR:

Colligação		400\$000
------------------	--	----------

CONTAS DE COMPENSAÇÃO:

Congr. Marianna	22\$150	
Equipes Sociaes	151\$960	
Acção Univ. Cath.	46\$380	
Liga Eleit. Cath.	2:780\$597	
Assoc. Bib. Cath.	18:638\$880	
Colligação	13:023\$766	34:663\$733
	<hr/>	<hr/>
		282:870\$177

PASSIVO**CONTAS DE RECEITA:****Alugueis:**

Colligação	250\$000	250\$000
------------------	----------	----------

Annuncios:

Ordem	1:312\$000	
Clamor	452\$000	1:764\$000

Assignaturas:

Ordem	15:187\$500	
Vida	697\$000	
Clamor	632\$000	
Bibliotheca	71\$500	16:588\$000

Carteiras:

Inst. Cath. Est. Sup.	3\$000
----------------------------	--------

Collectas:

Congregação Marianna	371\$600
---------------------------	----------

Contribuições das Associações:

Colligação	14:497\$000
------------------	-------------

Exp. Mund. Impr. Cath.:

Conf. Impr. Cath.	22:059\$650
------------------------	-------------

Festival Sto. Ignacio:

Conf. Nac. Op. Cath.	448\$500
---------------------------	----------

Juros e Descontos:

Colligação	878\$840	
Accção Univ. Cath.	6\$700	885\$540

Matriculas:

Inst. Cath. Est. Sup.	1:420\$000
----------------------------	------------

Mensalidades:

Inst. Cath. Est. Sup.	1:285\$000
----------------------------	------------

PASSIVO

Soc., Coop. e Donativos:

Bibliotheca	52\$100	
Colligação	28:316\$000	
Liga Eleit. Cath.	2:996\$000	
Centro D. Vital	16:280\$000	
Ordem	58\$000	
Inst. Cath. Est. Sup.	100\$000	
Acção Univ. Cath.	3:500\$000	
Clamor	500\$000	
Conf. Nac. Op. Cath.	40\$000	51:841\$100
	<hr/>	

Vendas Avulsas:

Clamor	585\$400	
Ordem	3:535\$950	
Vida	2\$500	4:123\$850
	<hr/>	

CONTAS CORRENTES EM CONSIGNAÇÃO:

Bibliotheca	8:464\$370
-------------------	------------

LIVROS

Bibliotheca	15:790\$624	
Acção Univ. Cath.	3\$000	15:793\$624
	<hr/>	

LIVROS CONSIGNADOS:

Bibliotheca	4:453\$000	
Acção Univ. Cath.	1:072\$900	5:525\$900
	<hr/>	

LIVROS OFFERTADOS:

Bibliotheca	91\$400
-------------------	---------

PATRIMONIO:

Colligação	102:433\$660
------------------	--------------

CONTAS DE COMPENSAÇÃO:

Centro D. Vital	8:393\$753	
Inst. Cath. Est. Sup.	2:818\$500	
Conf. Nac. Op. Cath.	9:121\$800	
Conf. Impr. Cath.	14:688\$930	35:022\$983
	<hr/>	<hr/>
		282:870\$177

A O R D E M

REVISTA DE CULTURA

ORGÃO DO CENTRO D. VITAL

FUNDADOR: JACKSON DE FIGUEIREDO

DIRECTOR: TRISTÃO DE ATHAYDE

DIRECTO-SECRETARIO: WAGNER DUTRA

Collaboração das mais altas figuras
da intellectualidade brasileira

Assignatura de 12 numeros... 25\$000

Redacção e Administração:

RUA 15 DE NOVEMBRO, 101 - 2.º

Caixa Postal, 249 — Tel. 42-3055

Peçam um specimen gratis

ASSIGNEM "VIDA"

DIRECÇÃO DE:

NELSON DE ALMEIDA PRADO

HENRIQUE MAIA PENIDO

ALVARO MILANEZ

WEIMAR PENNA

SYLVIO ELIA

ANTONIO CAMARGO ROCHA

PEDRO ENOUT

REVISTA DE MOCIDADE E DE
ACÇÃO, DE COMBATE E DE FE'

Assig. de manutenção — anno 15\$000

Assig. simples — anno. 5\$000

Estrangeiro — anno. 10\$000

Redacção — PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 101 — 2.º and.

CAIXA POSTAL 249 — RIO DE JANEIRO

LEGIONARIO

Semanario catholico com approvação ecclesiastica

Director: **PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA**

ASSIGNATURA ANNUAL: 15\$000

Redacção: **RUA IMMACULADA CONCEIÇÃO, 5**

ADMINISTRAÇÃO: R. Quintino Bocayuva, 54 - Sala 323

Caixa Postal. 3471 — São Paulo — Rio

Construcção de edificios, es-
tradas de ferro e de rodagem

Pavimentos de asfalto im-
permeabilisações calçamento

ESTRUCTURAS DE CONCRETO ARMADO

BULHÕES PEDREIRA & CIA. LTDA.

Engenheiros - Constructores - Empreiteiros

AV, RIO BRANCO, 117
5.º And. - Salas 500/503

Telephone 23-0699
Rio de Janeiro

Pe. J. de Castro Nery — EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO

ANTIGO. Escorço historico das filosofias grega, patristica e medieval, com uma introdução sobre as idéas geraes do primitivo.

Edição da Livraria do Globo — Porto - Alegre.

— FRANCÊS —

Aprendam o francês com professor nato e formado; somente assim falarão correctamente e com pronuncia perfeita.

PROF. M. VOISIN

PRAIA DO RUSSELL N.º 164, 4.º ANDAR APT. 9

Tel. 25-3126

"O Centro D. Vital é a maior
afirmação da intelligencia chris-
tã em terras do Brasil"
Cardeal Leme, Arcebispo

Inscreva-se como socio do
CENTRO D. VITAL
do Rio de Janeiro

Fundador: JACKSON DE FIGUEIREDO

DIRECTORIA:

Presidente:
Alceu Amoroso Lima.
Vice-Presidente:
Barreto Campello.
Secretario:
Hannibal Porto.
Thesoureiro:
M. Xavier Pedrosa.

Não limite sua acção apenas á leitura da ORDEM. A Acção Catholica reclama sua cooperação nas fileiras do Centro D. Vital.

O C. D. V., fundado ha 14 annos no Rio de Janeiro, por Jackson de Figueiredo, é representado, hoje, por mais 14 entidades congeneres nas seguintes cidades: Recife, São Paulo, São João del Rey, Bello Horizonte, Aracaju', Fortaleza, Porto Alegre, São Salvador, Juiz de Fóra, Itajubá, Ouro Preto, Uberaba, Campos e S. Luiz do Maranhão.

Centro D. Vital — Caixa Postal 249
— Rio de Janeiro.

Os artigos desta revista, a não ser em matéria de dogma e de moral, são publicados sob a exclusiva responsabilidade de seus signatarios.

A redacção.